



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais - CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º 268, Rosário, CEP 35.610-000

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 006/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 015/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E SUBSTITUIÇÃO PONTUAL DE EQUIPAMENTOS DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E ORNAMENTAL DO MUNICÍPIO DE DORES DO INDAIÁ-MG, COMPREENDENDO, CONFORME DEMANDA TÉCNICA, A RETIRADA DE EQUIPAMENTOS EXISTENTES E A INSTALAÇÃO DE NOVOS POSTES, LUMINÁRIAS PÚBLICAS DE LED, REFLETORES E LUMINÁRIAS DECORATIVAS ORNAMENTAIS, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES DESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ A DATA: 27/02/2026 - 08:00H

ABERTURA E ANÁLISE DAS PROPOSTAS: 27/02/2026 - 08:15h

INÍCIO DA ETAPA DE LANCES: 27/02/2026 - 08:15h

SISTEMA: AMM LICITA (www.ammlicita.org.br)

MODO DE DISPUTA: Aberto

EXCLUSIVO PARA ME/EPP: não

VALIDADE DA PROPOSTA: (60 DIAS)

VALOR DA CONTRATAÇÃO: R\$11.168.223,20 (onze milhões, cento e sessenta e oito mil, duzentos e vinte e três reais e vinte centavos).

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário oficial de Brasília/DF, e, dessa forma serão registradas no sistema eletrônico a documentação relativa ao certame.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: através do e-mail institucional licitacao@doresdoindaia.mg.gov.br

LOCAL: www.ammlicita.org.br

EDITAL: <https://www.doresdoindaia.mg.gov.br/licitacoes.php> ou no site www.ammlicita.org.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais - CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º 268, Rosário, CEP 35.610-000

PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE DORES DO INDAIÁ-MG**, realizará procedimento de licitação n.º 015/2026, modalidade **Pregão Eletrônico com registro de preços, do tipo menor preço GLOBAL**, para *eventual contratação de empresa especializada em serviços de manutenção e substituição pontual de equipamentos do sistema de iluminação pública e ornamental do Município de Dores do Indaiá-MG, compreendendo, conforme demanda técnica, a retirada de equipamentos existentes e a instalação de novos postes, luminárias públicas de LED, refletores e luminárias decorativas ornamentais*, nos termos da Lei 14.133/2021, Lei Complementar 123/06 e legislação de regência, de acordo com as condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de plataforma digital ("INTERNET"), mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a plataforma eletrônica "AMM LICITA", constante da página eletrônica no endereço www.ammlicita.org.br, sendo que os trabalhos serão conduzidos pela Pregoeira Oficial ou substituto designado pela Portaria n.º 002/2026. Eventuais esclarecimentos e informações podem ser obtidos por meio dos telefones (37) 3551-6250 e (37) 9 3618-0390 (WhatsApp), ou pelo e-mail licitacao@doresdoindaia.mg.gov.br, nos termos e prazos definidos neste edital.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto ***o registro de preços para eventual contratação de empresa especializada em serviços de manutenção e substituição pontual de equipamentos do sistema de iluminação pública e ornamental do Município de Dores do Indaiá-MG, compreendendo, conforme demanda técnica, a retirada de equipamentos existentes e a instalação de novos postes, luminárias públicas de LED, refletores e luminárias decorativas ornamentais***, conforme especificações descritas no ANEXO I.

1.2. Os anexos deste edital constituem partes integrantes e indissociáveis de seu conteúdo.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais - CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º 268, Rosário, CEP 35.610-000

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados na Plataforma AMM LICITA, no endereço www.ammlicita.org.br.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor da plataforma eletrônica "AMM LICITA" ou do Município de Dores do Indaiá-MG por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais na plataforma eletrônica "AMM LICITA" e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar *desclassificação* no momento da habilitação.

3.5. Não poderá participar do presente certame a licitante:

3.5.1. que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.5.2. autor(a) do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.5.5. que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente deste Município ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais - CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.8. agente público do Município de Dorés do Indaiá-MG;

3.5.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.5.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público deste Município, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme Art. 9º, §1º, da Lei 14.133/2021;

3.5.12. empresa que possua objetivo social incompatível com o objeto da licitação.

3.5.13. em processo de falência; sob concurso de credores; em dissolução; ou em recuperação judicial;

3.5.14. estrangeira que não funcione no País.

3.5.15. que se enquadre como cooperativa de mão de obra.

3.6. O impedimento de que trata o item “3.5.4” será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.7. A vedação de que trata o item “3.5.11” estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. No item do presente processo licitatório, cujo valor total seja de até **R\$ 80.000,00** (oitenta mil reais), participarão **EXCLUSIVAMENTE microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP), microempreendedor individual (MEI)** e equiparados, conforme determina o Art. 48, I, da Lei Complementar n.º 123/06 c/c **Art. 4º**, da Lei 14.133/2021.

3.8.1. Consideram-se Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI) aptos à participação no presente certame, aqueles que preenchem os requisitos do Art. 3º, da Lei Complementar Federal n.º 123/06.

3.8.2. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (R\$4.800.000,00 ou valor correspondente atualizado pela legislação vigente).

3.8.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no Art. 16, da Lei 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º 268, Rosário, CEP 35.610-000

física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.

4. DA IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTOS AO ATO CONVOCATÓRIO

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital ou solicitar esclarecimentos, por irregularidade na aplicação da Lei 14.133/2021, devendo protocolar o pedido **até 3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

4.2. A impugnação ao edital e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados diretamente na plataforma eletrônica “AMM LICITA” (www.ammlicita.org.br), ou via e-mail institucional licitacao@doresdoindaia.mg.gov.br, com documentação ou procuração que comprove os poderes para o ato, assinados por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

4.3. Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital o licitante que não apontar as falhas ou irregularidades neste edital, que supostamente acarretem irregularidade na aplicação da Lei 14.133/2021, até o 3º (terceiro) dia útil que anteceder à data de realização do Pregão. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame, nem terá efeitos de recurso.

4.4. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.5. Acolhida e provida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

5. DAS FASES DO CERTAME

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecido neste edital, simultaneamente, os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme as funcionalidades da plataforma eletrônica do pregão, sempre recordando que os documentos devem ser inseridos até a data limite da sessão (vide itens “7.11”, “8.2” e “9.13”), sendo que o fato de serem exigidos apenas do licitante vencedor não significa que possam vir a ser inseridos após o início da sessão.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais - CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º 268, Rosário, CEP 35.610-000

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio da plataforma *eletrônica*, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até o fim do recebimento de propostas.

6.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante **DECLARARÁ**, em campo próprio da plataforma eletrônica, que:

6.2.1. cumpre plenamente os requisitos de habilitação;

6.2.2. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada está em conformidade com o edital e que o valor ofertado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

6.2.3. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

6.2.4. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no Art. 5º, III, da Constituição Federal;

6.2.5. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no Art. 93, da Lei 8.213/1991.

6.3. O licitante organizado em cooperativa deverá **declarar**, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 16, da Lei 14.133/2021.

6.4. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus Arts. 42 a 49, observado o disposto no Art. 4º, §§ 1º ao 3º, da Lei 14.133/2021.

6.4.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "*nenhuma*", impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "*nenhuma*", apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/ 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

OBS. É indispensável o preenchimento no campo disponibilizado pela plataforma eletrônica, concernente à declaração de enquadramento como ME/EPP e equiparados, para que possa usufruir do regime jurídico



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º 268, Rosário, CEP 35.610-000

diferenciado da LC 123/06 durante a sessão certame.

6.5. A falsidade de declaração de que trata os itens “6.2” ao “6.4” sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei 14.133/2021, e neste Edital.

6.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, a partir da fase de julgamento e aceitação das propostas.

6.8. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações na plataforma eletrônica durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.9. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor da plataforma eletrônica qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para eventuais providências.

6.10. Caso o licitante não encontre campo para envio de documento exigido na habilitação/apresentação de proposta, ou tenha problema no carregamento de qualquer arquivo, deverá comunicar imediatamente ao provedor da plataforma, sendo que tal motivo não poderá vir a ser utilizado como justificativa para não envio da documentação exigida neste edital, respondendo o licitante por sua inércia e desídia em caso de desclassificação/inabilitação por ausência documental arguida sob tal alegação técnica.

7. DO PREENCHIMENTO E ENVIO DA PROPOSTA

7.1 As licitações aptas para o recebimento de propostas estão disponíveis na Plataforma eletrônica “AMM LICITA” no menu “Sala de Disputa”, no campo das licitações na coluna (menu) da etapa “Aberto para receber propostas”.

7.1.1. O licitante interessado poderá utilizar filtros de buscas e selecionar o lote/item de interesse e, posteriormente preencher os campos exigidos no sistema da plataforma eletrônica e finalizar no comando “enviar proposta”.

7.1.2. O licitante deverá enviar a sua proposta mediante o preenchimento prévio das informações exigidas na plataforma eletrônica, sendo indispensável constar o preço unitário e o total, em conformidade com os quantitativos exigidos, de acordo com o **ANEXO II**, deste edital, **tendo o cuidado para não se identificar.**

7.1.3. O Acesso para participar das licitações está condicionado ao cadastro prévio do interessado na Plataforma eletrônica “AMM LICITA”.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais - CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º 268, Rosário, CEP 35.610-000

7.1.4. O licitante não poderá se identificar de forma alguma no preenchimento da proposta, sob pena de desclassificação sumária. Só ao final, em caso de sagrar-se vencedor em item/lote, enviará a proposta devidamente realinhada com o lance final ofertado e devidamente assinada digitalmente, conforme item "8.23".

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante.

7.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

7.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha (quando for o caso), no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.9. Eventual sobrepreço ou superfaturamento da proposta ou lance poderá ser objeto de apuração de responsabilidade.

7.10. Independente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, dentro do período em que o sistema esteja aberto para o recebimento de proposta. Os documentos de habilitação não poderão ser excluídos ou alterados a partir do prazo em que recebimentos das propostas estiver encerrado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais - CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de plataforma eletrônica, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos na plataforma eletrônica, somente até a etapa de abertura da sessão pública.

8.3. Quando autorizado e devidamente justificado pela Pregoeira, os licitantes poderão alterar a proposta anteriormente inserida no sistema durante a fase de análise de propostas.

8.3.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.3.2. Será desclassificada a proposta de licitante que realizar ligação telefônica para a Pregoeira, durante a realização da sessão do certame, uma vez que tal expediente também implica na identificação da licitante e quebra da imparcialidade exigida. Tal fato deverá ser comunicado imediatamente a todos os demais participantes, no *chat* online, para efeitos de motivação, transparência do procedimento e isonomia.

8.3.3. A *desclassificação* será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.3.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.4. O sistema da plataforma eletrônica ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.5. A plataforma eletrônica disponibilizará campo próprio (*chat*) para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes, bem como as mensagens automáticas enviadas pelo próprio sistema.

8.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio da plataforma eletrônica, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.7. O lance deverá ser ofertado pelo valor **GLOBAL DO LOTE**.

8.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.9. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema da plataforma eletrônica.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais - CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

8.10. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$1,00(um real).

8.11. O procedimento seguirá de acordo com o MODO DE DISPUTA ABERTO.

8.12. No pregão eletrônico o MODO DE DISPUTA “ABERTO”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema da plataforma eletrônica quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública *online*.

8.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de **dois minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema da plataforma eletrônica ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.13. Serão aceitos lances inferiores, iguais ou superiores ao lance de menor valor já ofertado.

8.14. Durante o transcurso da sessão pública online, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.

8.15. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico da plataforma eletrônica poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Pregoeira persistir por tempo superior a 3 (três) horas a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas **vinte e quatro horas** da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.18. Encerrada a etapa de lances, a plataforma eletrônica identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada para o fim de aplicar-se o disposto nos Arts. 44 e 45, da Lei Complementar n.º 123/2006.

8.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até **5%** (cinco por cento) acima



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais - CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º 268, Rosário, CEP 35.610-000

da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.18.4. Não se aplicará o desempate de que tratam os Arts. 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/2006, quando a primeira colocada também tiver se declarado microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.18.5. Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no **Art. 60**, da Lei 14.133/2021, nesta ordem:

8.18.5.1. *disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;*

8.18.5.2. *avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;*

8.18.5.3. *desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;*

8.18.5.4. *desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade (compliance), conforme orientações dos órgãos de controle.*

8.18.6. *Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:*

8.18.6.1. *empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;*

8.18.6.2. *empresas brasileiras;*

8.18.6.3. *empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;*

8.18.6.4. *empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.*

8.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a Pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.19.2. A negociação será realizada por meio da plataforma eletrônica, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais - CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º 268, Rosário, CEP 35.610-000

8.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes via plataforma eletrônica e anexado aos autos do processo licitatório.

8.20. Será **desclassificada** a proposta que:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- f) identificar o licitante antes da abertura dos documentos de habilitação, de acordo com as condições deste edital.

8.21. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, conforme Art. 34, da IN SEGES 73/2022.

8.21.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência da Pregoeira, que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.22. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas **diligências**, para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.23. **Erros formais no preenchimento não constituem motivo para a desclassificação** da proposta. A proposta poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pela plataforma eletrônica, desde que não haja majoração do preço.

8.23.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que **não alterem a substância das propostas**;

8.23.2. Considera-se erro no preenchimento da proposta passível de correção: erros de soma, quantitativo errado (divergência entre o unitário e o total), e informações inconsistentes decorrentes de mero erro de digitação.

8.23.3. A Pregoeira solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, em campo próprio da plataforma eletrônica, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, momento em que a identificação deverá constar da proposta enviada conforme ANEXO II, deste edital.

8.23.4. É facultado à Pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pelo licitante, antes de findo o prazo.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais - CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º 268, Rosário, CEP 35.610-000

9.1. Encerrada a etapa de negociação e aceitação, a Pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no Art. 14, da Lei 14.133/2021, legislação correlata e no item “3.5” do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

c) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica (TCU) (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

d) Registro Cadastral ou Registro de Sanções Administrativas do órgão licitante, se houver.

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o Art. 12, da Lei 8.429/1992.

9.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de *habilitação*.

9.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar enquadre-se no tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro obedecerá ao disposto nos Arts. 42 e 43, da Lei Complementar n.º 123/06.

9.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à *adequação ao objeto e à compatibilidade do preço* em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no Artigo 29 a 35, ambos da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.6. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos **do licitante melhor classificado para fins de habilitação**, nos termos dos Arts. 62 a 70, da Lei 14.133/2021.

9.7. Quanto à HABILITAÇÃO JURÍDICA, a licitante apresentará:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, ou registro empresarial devidamente registrado. Em se tratando de sociedade por ações, o estatuto social deverá vir acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.

b) Autorização para o exercício da atividade a ser contratada, quando cabível.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais - CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º 268, Rosário, CEP 35.610-000

9.8. Quanto à REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA, apresentará:

a) CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica emitido pelo Ministério da Fazenda, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste edital.

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

c) Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional, comprovada mediante fornecimento de Certidão conjunta negativa de débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, e Seguridade Social.

d) Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual e Municipal;

e) FGTS - Prova de regularidade de recolhimento de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS, mediante a apresentação de Certificado fornecido pela Caixa Econômica Federal.

f) CNDT - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, disponível no *Portal do Tribunal Superior do Trabalho* (www.tst.jus.br/certidao).

g) Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

h) A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (Art. 4º, do Decreto nº 8.538/2015).

9.9. Quanto à REGULARIDADE ECONOMICO-FINANCEIRA, apresentará:

a) Certidão negativa de pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial e de concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data de emissão não anterior a 30 (trinta) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.

b) Balanço Patrimonial e demonstração de resultado dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentáveis na forma da lei, que comprovem a boa situação econômico financeira da licitante, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

b.1) O Balanço Patrimonial e demonstrações apresentados para fins de habilitação **após o dia 30 de abril de 2026**, será obrigatoriamente o do exercício imediatamente anterior (2025).

c) Tratando-se de empresa que ainda não encerrou o seu primeiro exercício contábil, por ter sido constituída a menos de um ano, deverá apresentar, em substituição ao subitem anterior, o balanço de abertura, considerando-o para fins de comprovação da boa situação financeira.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais - CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º 268, Rosário, CEP 35.610-000

d) as empresas obrigadas por lei a apresentar ECD – Escrituração Contábil Digital, deverão juntar o respectivo comprovante de transmissão ao SPED (Sistema Público de Escrituração Digital), bem como o Balanço Patrimonial (Instrução Normativa 1774, de 22 de dezembro de 2017).

9.10. Quanto à comprovação da QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, apresentará:

a) A licitante deverá comprovar que possui, em seu quadro técnico, **Responsável Técnico** habilitado, legalmente registrado no respectivo conselho profissional, compatível com o objeto, admitindo-se:

I - Engenheiro Eletricista, ou

II - Engenheiro Eletricista/Engenheiro com atribuições em eletricidade, ou

III - Engenheiro Civil com atribuições legais para obras e instalações elétricas, conforme legislação do CONFEA/CREA.

a.1) O profissional indicado deverá estar regularmente inscrito no CREA ou conselho competente.

a.2) Prova de qualificação técnico-profissional, mediante apresentação de **Certidão de Acervo Técnico – CAT**, emitida pelo CREA competente, em nome do **responsável técnico** indicado pela licitante, acompanhada do respectivo atestado, comprovando a execução de serviços compatíveis com o objeto da licitação, tais como:

- instalação, manutenção ou substituição de luminárias públicas LED;
- serviços elétricos em iluminação pública;
- implantação ou manutenção de sistemas de iluminação pública e/ou ornamental;
- serviços executados em altura ou em rede aérea.
- implantação de sistemas de iluminação convencional
- implantação de sistemas de iluminação cênica
- implantação de postes em praças ou parques
- implantação de rede subterrânea em sistemas de iluminação

b) A licitante vencedora deverá comprovar, no momento da assinatura do contrato ou da primeira ordem de serviço, que dispõe de equipe operacional mínima compatível, composta por:

- Eletricistas qualificados para serviços em iluminação pública;
- Ajudantes técnicos;
- Profissionais capacitados para trabalho em altura.

c) A licitante deverá declarar que dispõe, no momento da assinatura do contrato ou da primeira ordem de serviço, ou terá disponibilidade contratual, de equipamentos compatíveis com a execução, tais como:

- Caminhão-cesto aéreo ou equivalente;
- Ferramental isolado;
- Equipamentos de proteção individual (EPIs);
- Equipamentos de medição elétrica.

c.1) A comprovação poderá ocorrer por declaração formal, sujeita à verificação pela fiscalização.

f) Os **responsáveis técnicos** e/ou membros da equipe técnica relacionada deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital:



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais - CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º 268, Rosário, CEP 35.610-000

I - o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social em vigor, devidamente registrado no órgão competente;

II - o administrador ou o diretor;

III - o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social ou mediante Ficha de registro de trabalho, autenticada junto a DRT (Delegacia Regional do Trabalho);

IV - o prestador de serviços autônomo com contrato escrito firmado com a licitante, em plena vigência.

g) No decorrer da execução dos serviços, os profissionais que compõem a equipe técnica poderão ser substituídos, nos termos do **Art. 67, §6º**, da Lei Federal 14.133/2021, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja previamente comunicada e aprovada pela Administração Municipal.

9.11. Declarações complementares de apresentação obrigatória:

a) *Declaração* de pleno cumprimento dos requisitos de habilitação.

b) Em se tratando de microempresa ou de empresa de pequeno porte, *declaração* subscrita por representante legal do licitante afirmando o seu enquadramento nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.

c) Em se tratando de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no Art. 34, da Lei nº 11.488/2007, *declaração* subscrita por representante legal do licitante afirmando que seu estatuto foi adequado à Lei Federal nº 12.690/2012 e que auferir Receita Bruta até o limite definido no Art. 3º, caput, II, da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

d) *Declaração* de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no Art. 93, da Lei nº 8.213/1991.

9.12. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, ***declaração*** de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.13. Os documentos exigidos para fins de habilitação serão apresentados por meio eletrônico, via plataforma eletrônica, até o momento de início da sessão, quando a oportunidade estará automaticamente vedada.

9.14. Havendo dúvida sobre a veracidade do documento, ou quando a legislação assim o exigir, será exigida a apresentação dos originais não-digitais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º 268, Rosário, CEP 35.610-000

9.15. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido pelo Município, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei 14.133/2021.

9.16. Eventual *inabilitação* do licitante será considerada para fins de apuração da veracidade das informações prestadas na declaração de cumprimento aos requisitos de habilitação, conforme o Art. 63, I, da Lei 14.133/2021.

9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18. A verificação pela Pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.19. Os documentos adicionais exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 2h(duas horas), ou outro estipulado pela Pregoeira.

9.20. Após a vinculação dos documentos para habilitação, **não** será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de **diligência** para:

- a)** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b)** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.21. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio da plataforma eletrônica, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no Art. 36, §1º e no Art. 39, §1º, da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.21.1. Respeitada a exceção do subitem **9.8**, 'g', relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.21.2. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9.22. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9.23. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.24. Todos os documentos deverão ter vigência até o dia previsto para realização do pregão; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão **válidos por 90 (noventa) dias**, contados de sua expedição, ressalvadas as exceções previstas no edital.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso contra a decisão proferida pelo pregoeiro referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, observará o disposto no Art. 165, da Lei 14.133/2021.

10.2. O prazo para apresentação das razões recursais é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata. A interposição do recurso será comunicada aos demais licitantes, os quais poderão apresentar contrarrazões em igual prazo, contado da interposição do recurso, sendo assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.2.1. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no Art. 17, § 1º, da Lei 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.3. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após a declaração de vencedor, sob pena de preclusão.

10.4. O tempo mínimo para manifestação da *intenção* de recurso será de **20 minutos**, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema da plataforma eletrônica, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

10.5. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio da plataforma eletrônica.

10.5.1. As petições recursais e eventuais contrarrazões serão oferecidas exclusivamente por meio eletrônico, no sítio do sistema, sendo que a apresentação de outros documentos relativos às peças retromencionadas, caso houver, poderá ser efetuada mediante envio de arquivos via e-mail para o endereço eletrônico licitacao@doresdoindaia.mg.gov.br, sendo imprescindível efetuação do protocolo de remessa em tempo hábil (dentro do prazo recursal), de forma fidedigna ao conteúdo enviado, com documentação ou procuração que comprove os poderes para o ato, assinados e autenticados por meio de



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais - CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º 268, Rosário, CEP 35.610-000

Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O recurso será dirigido à Pregoeira que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para o Prefeito Municipal, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos, considerando sempre nesta contagem o decurso do prazo para oferecimento de eventuais contrarrazões.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Em caso de necessidade de realização de *diligência* necessária para decisão do mérito, ou por motivo de força maior, o prazo de decisão poderá ser prorrogado, mediante justificativa fundamentada, nos moldes do Art. 49, da Lei 9784/99.

10.11. A decisão proferida em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento a todos os licitantes diretamente interessados, pela plataforma eletrônica do pregão, ou via correio eletrônico.

10.12. Uma vez decididos os recursos administrativos, eventualmente interpostos, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade competente, no interesse público, adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. Em caso de recurso, caberá ao Prefeito Municipal adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora, sendo que nas demais hipóteses, o pregoeiro promoverá a adjudicação.

11.2. A homologação é ato de competência da Autoridade que determinou a abertura do procedimento.

11.3. Em se tratando de licitação processada sobre o sistema de registro de preços, não haverá adjudicação.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais - CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º 268, Rosário, CEP 35.610-000

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, a licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela pregoeira durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado e aceito pela Administração, não manter a proposta em especial quando:

a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) pedir para ser desclassificada quando encerrada a etapa competitiva; ou

d) deixar de apresentar amostra;

e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.5. fraudar a licitação;

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no Art. 5º, da Lei n.º 12.846/2013.

12.2. Com fulcro na Lei 14.133/ 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) advertência: comunicação formal, por notificação escrita, com aviso de recebimento, versando sobre alguma desconformidade quanto à inobservância de deveres contratuais e/ou outras obrigações assumidas, com determinação da adoção das necessárias medidas de correção e adequação da relação contratual;

b) multa; de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total homologado, sem prejuízo de eventual cancelamento do registro de preços/rescisão, nos casos:

I - inobservância do nível de qualidade e quantidade dos serviços;

II - execução de serviço com especificações e/ou objeto diversos da proposta ofertada e homologada, salvo em caso de prestação superior e devidamente justificada e aceita pela Administração;

III - transferência total ou parcial da relação contratual a terceiros;

IV - subcontratação no todo ou em parte do objeto sem prévia autorização formal do Município;



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º 268, Rosário, CEP 35.610-000

V - desistir do compromisso/contrato ou der causa ao cancelamento do registro de preço e/ou rescisão/extinção do contrato decorrente, sem justificativa prévia e fundamentada, devidamente aceita pela Administração;

VI - recusa em executar "ordem de serviço" ou instrumento equivalente por prazo superior a 15 (quinze) dias, sem justificativa prévia e devidamente aceita pela Administração;

VII - descumprimento de cláusula contratual.

c) impedimento de licitar e contratar;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida.

b) as peculiaridades do caso concreto

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial e deverá ser paga por meio de guia própria ao Município de Dorés do Indaiá-MG.

a) Para as infrações previstas nos itens “12.1.1”, “12.1.2” e “12.1.3”, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato licitado.

b) Para as infrações previstas nos itens “12.1.4”, “12.1.5”, “12.1.6”, “12.1.7” e “12.1.8”, a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens “12.1.1”, “12.1.2” e “12.1.3”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens “12.1.4”, “12.1.5”, “12.1.6”, “12.1.7” e “12.1.8”, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens “12.1.1”, “12.1.2” e “12.1.3”



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais - CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no Art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item “12.1.3”, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do Município, nos termos do Art. 45, §4º, da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação ao Prefeito Municipal, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20(vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final do Prefeito Municipal.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12.15. As hipóteses de rescisão contratual, quando incidentes por fato causado pela Contratada, poderão ser cumuladas com as respectivas penalidades, sem prejuízo da cumulação de eventuais multas pertinentes ao caso.

13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de até 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação,



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais - CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021.

13.2. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

13.3. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do licitante convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

13.4. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital, autenticada por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil, e disponibilizada no sistema de registro de preços.

13.5. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

13.6. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

13.7. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada, e nos termos do Decreto Municipal 15/2024.

13.8. A contratação formalizar-se-á mediante ordem de serviço/pedido de compra ou instrumento equivalente, observadas as cláusulas e condições deste edital, da Ata de Registro de Preços e da proposta vencedora, conforme o que dispõe o Art. 95, da Lei 14.133/2021.

13.9. Os instrumentos de que trata o item *supra*, constantes do Art. 95, da Lei 14.133/2021, serão assinados/emitidos no prazo de validade da ata de registro de preços.

13.10. Para efeitos de negociação dos preços registrados, será considerado "*preço de mercado*", os preços que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pela Administração para determinado Item.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais - CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

13.10.1. Para efeitos deste edital e dos atos administrativos e contratuais dele decorrentes, considera-se "preço de mercado" aquele valor apurado referente aos mesmos itens.

13.10.2. A Administração reserva-se o direito de pesquisar no mercado o preço dos produtos/serviços solicitados, de modo a comprovar se os valores registrados estão condizentes com os praticados no mercado.

13.11. A Administração convocará o prestador beneficiário do registro de preços para negociar a o preço registrado, e, adequá-lo ao preço de mercado, no prazo limite de **24h** (vinte e quatro horas), sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado.

13.11.1. A recusa ou omissão do prestador registrado em responder à solicitação administrativa no prazo acima estabelecido, implicará na liberação da Administração Municipal para tomar as providências cabíveis para consumir a contratação pretendida, em sintonia com o Art. 26 , do Decreto Municipal 15/2024.

13.12. A solicitação de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro não autoriza a suspensão ou cancelamento da execução de serviços relativos à ordem de serviço ou instrumento equivalente, já emitidos.

14. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVAS

14.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com *preço igual* ao do vencedor, observada a classificação na licitação, bem como dos licitantes que *mantiverem sua proposta original*.

14.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos prestadores e/ou licitantes registrados na ata.

14.3. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

14.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou prestadores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do vencedor, antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

14.5. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

b) quando houver o cancelamento do registro do prestador ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos Art. 28 e Art. 29, do Decreto Municipal 15/2024.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais - CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

14.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto/item, com *preço igual ao do vencedor*, concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

a) convocar os licitantes que *mantiveram sua proposta original* para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do beneficiário original; ou

b) adjudicar e firmar contrato decorrente da ata nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta da dotação orçamentária n.º:

FICHA	FONTE	DOTAÇÃO
61	1.500	02.04.01.04.122.0005.2009.3.3.90.39
69	1.500	02.04.01.13.392.0005.2012.3.3.90.39
72	1.500	02.04.01.22.695.0005.2013.3.3.90.39
67	1.500	02.04.01.13.392.0005.2012.3.3.90.30
71	1.500	02.04.01.22.695.0005.2013.3.3.90.30
76	1.500	02.04.01.27.812.0005.2048.3.3.90.30
103	1.500	02.06.01.04.122.0007.2060.3.3.90.30
115	1.500	02.06.01.15.452.0007.2019.3.3.90.30
104	1.500	02.06.01.04.122.0007.2060.3.3.90.39
108	1.500	02.06.01.15.122.0007.2018.3.3.90.39
116	1.500	02.06.01.15.451.0007.2019.3.3.90.39

15.2. OBS: A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização de contrato ou de outro instrumento hábil, decorrentes da ata de registro de preços.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais - CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

16.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação do objeto.

16.5. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, o cancelamento do registro de preços, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

16.6. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

16.7. A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

16.8. O licitante é responsável pelo preenchimento das **declarações** disponibilizadas pela plataforma do pregão eletrônico, sendo que a Administração não responde por sua omissão, negligência ou simples desatenção, estando sujeito a ser inabilitado ou deixar usufruir do regime jurídico diferenciado conferido pela Lei Complementar 123/06, devido ao não preenchimento dos campos necessários exigidos pela Lei 14.133/2021.

16.9. Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após decorrido prazo para impugnação não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

16.10. O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia, do formalismo moderado e do interesse público.

16.11. A presente licitação somente poderá ser revogada por razões de conveniência e oportunidade, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

16.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia útil de expediente na Prefeitura.

16.13. No caso de eventuais modificações neste edital, haverá nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

16.14. Cópias deste Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico referido no preâmbulo deste Edital.

16.15. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para execução dos serviços, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal, fundamentada, e devidamente aceita pela Administração.

16.16. Uma vez convocada, a recusa injustificada da prestadora beneficiária em executar o serviço, dentro do prazo e condições estabelecidos neste edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se ao cancelamento do registro de preços e às penalidades legalmente estabelecidas.

16.17. Quaisquer dúvidas porventura existentes sobre o disposto no presente Edital deverão ser objeto de consulta, por escrito, à Pregoeira na Prefeitura Municipal, no endereço declinado no preâmbulo do presente Edital. Demais informações poderão ser obtidas pelos telefones (37) 3551-6250 e (37) 9 3618-0390 (WhatsApp), ou pelo e-mail: *licitacao@doresdoindaia.mg.gov.br*

16.18. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, em consonância com a Lei 14.133/2021, Decreto Municipal 15/2024 e os princípios gerais de direito.

16.19. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Dores do Indaiá-MG.

16.20. Fazem parte integrante deste Edital:

ANEXO I	Termo de referência
ANEXO II	Modelo de Proposta Comercial
ANEXO III	Minuta da Ata de Registro de Preços
ANEXO IV	Modelo de declaração unificada
ANEXO V	Decreto Municipal 15/2024
ANEXO VI	Decreto Municipal 274/2023 (Assinatura Digital)



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais - CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º 268, Rosário, CEP 35.610-000

Dores do Indaiá-MG, 09 de fevereiro de 2026.

LARA GONTIJO GIL CORRÊA SILVA

Pregoeira Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais - CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º 268, Rosário, CEP 35.610-000

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 006/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 015/2026

1 - DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E SUBSTITUIÇÃO PONTUAL DE EQUIPAMENTOS DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E ORNAMENTAL DO MUNICÍPIO DE DORES DO INDAIÁ-MG, COMPREENDENDO, CONFORME DEMANDA TÉCNICA, A RETIRADA DE EQUIPAMENTOS EXISTENTES E A INSTALAÇÃO DE NOVOS POSTES, LUMINÁRIAS PÚBLICAS DE LED, REFLETORES E LUMINÁRIAS DECORATIVAS ORNAMENTAIS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DESTES INSTRUMENTOS.

2 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, sendo necessário reiterar os seguintes pontos:

2.1. Justificativa legal: A presente contratação tem como base a necessidade de conservação, manutenção e modernização dos bens públicos municipais, especialmente do sistema de iluminação pública e ornamental, em consonância com o dever de conservação do patrimônio público, insculpido no **Art. 23, I**, da Constituição Federal, concomitante com o *princípio da eficiência administrativa*, previsto no **Art. 37, caput**, também da Constituição Federal, assim como às normas e princípios da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente, aqueles relacionados à economicidade, eficiência, padronização, sustentabilidade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

2.2. Justificativa técnica:

a) O sistema de iluminação pública e ornamental do Município necessita de manutenção contínua, substituição de equipamentos defasados e implementação de novas tecnologias, considerando que há desgaste natural dos componentes, variações na eficiência energética e ocorrência de falhas que comprometem a segurança e o adequado funcionamento dos espaços públicos.

b) A iluminação pública desempenha papel essencial na segurança urbana, mobilidade noturna, prevenção de acidentes e valorização dos espaços públicos, sendo fundamental para a continuidade dos serviços públicos e para o bem-estar da população.

c) A crescente disponibilidade de tecnologias de luminárias em LED, com maior durabilidade e menor consumo energético, torna a modernização do parque de iluminação uma medida técnica e economicamente vantajosa, contribuindo para redução de custos com energia e manutenção corretiva.

d) O modelo de Registro de Preços é o mais adequado, considerando que as demandas de manutenção, substituição e instalação de novos pontos de iluminação são contínuas, variáveis e distribuídas entre diversas áreas do Município, pois o SRP permite contratações graduais conforme a real necessidade, evitando imobilização de recursos e prevenindo o fracionamento irregular de despesas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

e) As especificações técnicas exigidas baseiam-se em normas da ABNT, portarias do INMETRO e padrões luminotécnicos reconhecidos, sendo imprescindíveis para assegurar segurança elétrica, durabilidade, eficiência energética e desempenho adequado dos equipamentos instalados, evitando falhas prematuras e custos excessivos com manutenção.

f) Outrossim, como se trata de serviços comuns, nos moldes do Decreto Municipal 231/2023, e, amplamente referenciados pelo mercado, adotou-se a modalidade pregão, sendo que em virtude da demanda variável, ocasional, parcelada, deliberou-se pelo enquadramento no sistema de registro de preços, nos moldes estabelecidos pelo Art. 3º, do Dec. 11.462/23 c/c Decreto Municipal n.º 15/2023.

g) Por fim, as especificações técnicas exigidas são necessárias e imprescindíveis para a obtenção de serviços de qualidade, compatíveis com as praticadas no mercado em referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Especificações técnicas da contratação: A contratação deverá atender à seguinte especificação:

LOTE 01			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
1.1	LUMINÁRIA PÚBLICA LED MÁXIMO DE 200W. CONFORME ITEM 3.2.4	Unid.	100
1.2	LUMINÁRIA PÚBLICA LED MÁXIMO DE 150W. CONFORME ITEM 3.2.4	Unid.	100
1.3	LUMINÁRIA PÚBLICA LED MÁXIMO DE 100W. CONFORME ITEM 3.2.4	Unid.	400
1.4	LUMINÁRIA PÚBLICA LED MÁXIMO DE 50W. CONFORME ITEM 3.2.4	Unid.	600
1.5	Poste escalonado 12 metros. Conforme Item 3.2.8	Unid.	120
1.6	Poste escalonado 8.5 metros. Conforme Item 3.2.8	Unid.	200
1.7	Poste escalonado 4 metros. Conforme Item 3.2.8	Unid.	200
1.8	Kit Braço 3 metros juntamente com kit de ferragem. Conforme Item 3.2.9	Unid.	200
1.9	Kit Braço 2 metros juntamente com kit de ferragem. Conforme Item 3.2.9	Unid.	200
1.10	Relé fotoeletrônico com proteção de Sobretenção. Conforme Item 3.2.11	Unid.	200
1.11	Bloqueador de Vazamento de Corrente. Conforme Item 3.2.12	Unid.	200
1.12	Instalação Luminária Pública de Led juntamente com material elétrico.	Serv.	1200
1.13	Retirada de Luminária Pública de Led com descarte.	Serv.	1200
1.14	Instalação de braço em poste (Braço, parafusos e ferragens).	Serv.	600



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais - CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

1.15	Retirada de braço em poste (Braço, parafusos e ferragens, com descarte).	Serv.	600
1.16	Instalação de poste	Serv.	320
1.17	Retirada de poste com descarte.	Serv.	320

LOTE 02

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
2.1	LUMINÁRIA TIPO ORNAMENTAL TIPO REPUBLICANO LED 75W.(POSTE ORNAMENTAL) CONFORME ITEM 3.2.6	Unid.	300
2.2	LUMINÁRIA LED DECORATIVA DE PRAÇA 50W. (POSTE ORNAMENTAL) CONFORME ITEM 3.2.7	Unid.	150
2.3	LUMINÁRIA LED DECORATIVA DE PRAÇA 100W. (POSTE ORNAMENTAL) CONFORME ITEM 3.2.7	Unid.	150
2.4	Instalação de Luminária Decorativa/Projektor	Serv.	600
2.5	Retirada de Luminária Decorativa com descarte	Serv.	600

LOTE 03

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
3.1	Refletor Led 1000W. Conforme item 3.2.5	Unid.	50
3.2	Refletor Led 500W. Conforme item 3.2.5	Unid.	100
3.3	Refletor Led 200W. Conforme item 3.2.5	Unid.	300
3.4	Refletor Led 150W. Conforme item 3.2.5	Unid.	100
3.5	Refletor Led 100W. Conforme item 3.2.5	Unid.	200
3.6	Refletor Led 50W. Conforme item 3.2.5	Unid.	400
3.7	Instalação de Refletor de Led	Serv.	1000
3.8	Retirada de Refletor de Led com descarte	Serv.	1000

LOTE 04

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
------	-----------	-------	--------



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais - CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º 268, Rosário, CEP 35.610-000

4.1	POSTE SOLAR C /LUMINARIA + BATERIA + CONTROLADO DE CARGA + BRAÇO E PLACA FOTOVOLTAICA. Conforme Item 3.2.13	Unid.	200
-----	--	-------	-----

*UNIDADE DE EMBASAMENTO DO SISTEMA INFORMATIZADO: UNIDADE, SERVIÇO.

3.2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

3.2.1. Os códigos, características, especificações e descrições fornecidas podem, eventualmente, divergir das especificações equivalentes no mercado, neste caso, ou seja, havendo divergências consideráveis quanto às especificações, devem prevalecer as detalhadas neste termo de referência, admitindo-se equivalentes que os atinjam ou superem, mediante comprovação técnica (documentos e/ou amostras).

3.2.2. O critério de mensuração será a unidade "SV", que deverá envolver todos os custos e encargos inclusos na prestação do serviço.

3.2.3. A "quantidade" do SERVIÇO (SV), foi definida levando-se em conta a periodicidade ANUAL para efeitos de remuneração e aferição da execução.

3.2.4. Especificações técnicas mínimas para luminárias de led conforme cenário "SISTEMA PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA VIÁRIA":

3.2.4.1. O fabricante/modelo ofertado obrigatoriamente deverá apresentar o registro no INMETRO, Conforme Portaria nº 62, de 17 de fevereiro de 2022, para Luminárias Públicas Viárias, respeitando seu prazo de exigência conforme consta em Portaria, com registro válido e vigente, na qual, sendo que o motivo de tal exigência é a manutenção da garantia de 5 anos para os produtos possa ser aferida dentro de padrões objetivos, pois sendo a data limite até 2030, a Portaria regulamenta que o fabricante/importador deve obrigatoriamente possuir o registro válido e vigente, o que, por conseguinte, implica que o fabricante apto com registro no INMETRO tenha condições de repor os mesmos produtos ofertados oriundos deste processo licitatório, sem riscos de prejuízo ao erário municipal.

OBS: Após a fase de lances e habilitação do licitante provisoriamente vencedor deverá apresentar, se necessário, uma amostra de cada potência para ensaios em laboratório de escolha do Município para validação dos dados, em no máximo 3 dias úteis após convocação, em caso de não conformidade a empresa será automaticamente desclassificada. Assim como também, após a entrega de todas as luminárias, serão retiradas amostras aleatórias e/ou componentes aleatórios para os mesmos ensaios durante sua instalação para a devida comprovação das informações dos ensaios. Em caso de não conformidade dos termos, serão aplicados a CONTRATADA as penalidades, multas, sansões ou até mesmo a obrigatoriedade da remoção de todas as luminárias com todos os custos sendo suportados pela mesma conforme citado no termo de referência.

3.2.4.2. Características elétricas:

- Potência elétrica máxima estipulada com tolerância superior até 5%;
- Fator de potência igual ou superior a 0,98;
- Distorção harmônica total (THD) menor ou igual a 10%;
- Deve possuir classificação I ou superior, em relação à NBR NM 60335-1:2010, ou seja, a proteção contra choques elétricos não devem ser assegurados apenas pela isolamento básica, mas sim também pela ligação do condutor de aterramento à carcaça;
- A luminária deve possuir Protetor de Surto DPS com proteção de todos os componentes da luminária, classe II, em série, monopolar, Uo = 220V, Up



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais - CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º 268, Rosário, CEP 35.610-000

- $\leq 1,5\text{kV}$, $I_n \geq 5\text{kA}$, $I_{\text{max}} \geq 15\text{kA}$, Fase-Fase ou Fase-Neutro dependendo da região;
- nível de proteção (U_p): $\leq 1,5\text{ kV}$;
 - b) máxima tensão de operação (U_c): $\geq 275\text{Vac}$;
 - c) corrente de descarga máxima ($I_{\text{max}} @ 8/20\mu\text{s}$): $\geq 12\text{kA}$;
 - d) corrente de carga nominal (I_L em série @ 60Hz): $\geq 10\text{A}$; e
 - e) suportabilidade a sobretensões temporárias: $\geq 380\text{V}$ durante $\geq 60\text{min}$.
- O conjunto deverá operar em regime de trabalho com temperaturas ambiente entre -5°C e $+50^\circ\text{C}$;
 - Funcionamento com luminosidade total imediata após retorno de fornecimento de energia;
 - Vida útil igual ou superior a 102.000 (cento e duas mil) horas para o conjunto, ela deve estar informada em seu registro ativo em relação ao INMETRO;
 - As luminárias deverão ser fornecidas completamente montadas pelo fabricante, incluindo todos os seus componentes e acessórios, prontas para serem instaladas na rede de iluminação pública em tensão nominal 220VAC Fase-Fase ou Fase-Neutro dependendo da região, tolerância de $10\% \pm$, 60 Hz, e considerar a tolerância de tensão estabelecida pela ANEEL;
 - Eficiência acima de 140 L/W medido;
 - Fornecer o conjunto com cabos;
 - Driver Incorporado internamente à luminária não devendo ser fixo com possibilidade de upgrade ou manutenção, deverá possuir dimerização através do padrão 0-10V ou DALI; > Driver com saída em corrente/tensão contínua (DC) com no mínimo 90% de eficiência.

3.2.4.3. Características mecânicas:

- Construída com chassi e bloco de suporte (corpo único) em alumínio injetado a alta pressão, com vedação em borracha de silicone resistente ao calor, composta por diodos emissores de luz (LEDs) branco, alto-brilho. Comprovação da Liga de Alumínio através de Ensaio Químico;
- Proteção aos impactos mecânicos externos mínima IK08;
- Ensaio de resistência a força do vento.
- Grau de proteção no mínimo IP-66 (Ingress Protection): A luminária, incluindo todo o seu conjunto óptico e tomada relê, deve possuir grau de proteção IP 66 total tanto para o conjunto ótico quanto para o alojamento para equipamentos auxiliares (driver, DPS e tomada relê);
- DPS externo tipo plug and play;
- Encaixe lateral para braço e ponta de poste com diâmetro de 48mm a 61,0mm variação, com ajuste do ângulo de montagem (Variação total mínima de 10°), ajuste deverá fazer parte da luminária, não sendo admitido o uso de adaptador;
- Válvula de alívio de pressão sem adaptação na peça ou furo exposto ao tempo;



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais - CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

- Pintado eletrostaticamente com tinta poliéster em pó;
- A luminária deverá possuir na parte superior uma tomada para 7 pinos IP66 com vedação interna para tele gestão conforme ANSI C136.41-2013;
- A Luminária deve possuir fácil montagem para instalação e atualização (upgrade) de placas e drivers de energia;
- A abertura e fechamento da luminária deve permitir fácil acesso aos equipamentos sem perda de vedação e grau de proteção;
- Aletas de dissipação de calor formadas no próprio corpo da luminária, tendo todo o seu corpo em alumínio injetado à alta pressão;
- Não deve possuir orifícios ou cavidades que acumulem sujeira ou permitam a entrada de insetos;
- Deverá possuir lente secundária de vidro plano temperado de no mínimo 4mm de espessura, não sendo admitido policarbonato, acrílico ou similares;
- Peso máximo da Luminária não deve exceder 5,5kg;
- Deverá possuir ajuste de inclinação (ajuste de pescoço) de no mínimo -5° a +5°;
- Ensaio de carregamento 10x (vezes) o peso da luminária na Vertical e Horizontal;
- Pintado eletrostaticamente com tinta poliéster em pó;
- Ensaio de Corrosão a exposição de Névoa Salina 200 horas;
- A luminária deverá possuir em seu corpo nível bolha interna ou externamente, garantindo assim o ajuste correto, aproveitamento do rendimento fotométrico e evitando o ofuscamento.

3.2.4.4. Características fotométricas:

- eficiência mínima de 140 lm/w medido, conforme ensaio apresentado; classificação quanto à distribuição de intensidade luminosa (item 4. 3. 3 da nbr 5101:2018) tipo ii, como limitada (cut-off) ou totalmente limitada (full cut-off);
- temperatura de cor de 4.000k ou 5000k, tolerância de +/- 5%;
- irc igual ou superior a 70.

	QUANT.	UNID.	POTÊNCIA MÁXIMA	FLUXO MÍNIMO (lm)
1.1	100	UN	200W	28.000
1.2	100	UN	150W	21.000
1.3	400	UN	100W	14.000
1.4	600	UN	50W	7.000

**A eficiência total mínima aceitável será de 140lm/W.*

3.2.4.5. Tomada da luminária:

- A luminária deverá possuir tomada padrão ANSI C136.41-7 pinos, embutida em seu corpo, que deverá possibilitar a instalação de Relé Foto controlador, conforme item 5.2.2 da ABNT NBR 5123;
- A tomada deverá permitir o giro em torno de seu eixo vertical de 345° +/- 10°, sem danos aos condutores de ligações elétricas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º 268, Rosário, CEP 35.610-000

- A tomada deverá, ainda, proporcionar o travamento do Relé Foto controlador em qualquer posição, sem uso de ferramenta especial, de forma a possibilitar a orientação do fotossensor contra incidência de luz artificial.

ATENÇÃO: Obrigatória apresentação juntamente com documentos de habilitação:

- a) Catálogo técnico das luminárias LED ofertadas;
- b) Apresentar com a documentação de catálogos, certificados, ensaios e CURVA IES da luminária da potência ensaiada no edital, em arquivo digital;
- c) Carta do Fabricante ou Importador dando Garantia contra defeitos de fabricação durante 5 anos, sem condicionantes que gerem qualquer tipo de ônus ao município.

3.2.5. Especificações técnicas mínimas para luminárias tipo refletor de LED conforme cenário “SISTEMA PARA ILUMINAÇÃO ESPORTIVA”:

OBS: Após a fase de lances e habilitação do licitante provisoriamente vencedor deverá apresentar, se necessário, uma amostra de cada potência para ensaios em laboratório de escolha do Município para validação dos dados, em no máximo 3 dias úteis após convocação, em caso de não conformidade a empresa será automaticamente desclassificada. Assim como também, após a entrega de todas as luminárias, serão retiradas amostras aleatórias e/ou componentes aleatórios para os mesmos ensaios durante sua instalação para a devida comprovação das informações dos ensaios. Em caso de não conformidade dos termos, serão aplicados a CONTRATADA as penalidades, multas, sansões ou até mesmo a obrigatoriedade da remoção de todas as luminárias com todos os custos sendo suportados pela mesma conforme citado no termo de referência.

3.2.5.1. Características elétricas:

- Potência elétrica máxima estipulada neste Caderno Técnico com tolerância superior de até 10%;
- Fator de potência igual ou superior a 0,95;
- Distorção harmônica total (THD) menor ou igual a 10%;
- Deve possuir classificação I ou superior, em relação à NBR NM 60335-1:2010, ou seja, a proteção contra choques elétricos não devem ser assegurados apenas pela isolamento básica, mas sim também pela ligação do condutor de aterramento à carcaça;
- O conjunto deverá operar em regime de trabalho com temperaturas ambiente entre -30°C a +50°C;
- Funcionamento com luminosidade total imediata após retorno de fornecimento de energia;
- Vida útil igual ou superior a 84.000 (oitenta e quatro mil) horas para o conjunto, ela deve estar informada e calculada pela TM21;
- As luminárias deverão ser fornecidas completamente montadas pelo fabricante, incluindo todos os seus componentes e acessórios, prontas para serem instaladas na rede de iluminação em tensão nominal 220VAC



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais - CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º 268, Rosário, CEP 35.610-000

Fase-Fase ou Fase-Neutro dependendo da região, tolerância de $10\% \pm$, 60 Hz, e considerar a tolerância de tensão estabelecida pela ANEEL;

- Eficiência acima de 120L/W;
- Fornecer o conjunto com cabos injetado sem conexões e emendas;
- Driver Incorporado à luminária não devendo ser fixo com possibilidade de upgrade ou manutenção, Driver com saída em corrente/tensão contínua (DC) com no mínimo 90% de eficiência.

3.2.5.2. Características mecânicas:

- Construída com chassi e bloco modular de suporte em alumínio injetado a alta pressão ou extrudado, com vedação em borracha de silicone resistente ao calor, composta por diodos emissores de luz (LEDs) branco, alto-brilho. Comprovação da Liga de Alumínio através de Ensaio Químico;
- Proteção mecânica mínima IK09;
- Ensaio de resistência de vento;
- Grau de proteção no mínimo IP-66 (Ingress Protection): A luminária, incluindo todo o seu conjunto óptico e conexões, deve possuir grau de proteção IP66;
- Fixação via suporte tipo U regulável em aço galvanizado a fogo com espessura mínima de 3,0 mm;
- Pintado eletrostaticamente com tinta poliéster em pó;
- A Luminária deve possuir fácil montagem para instalação e atualização (upgrade) de placas e drivers de energia;
- Aletas de dissipação de calor formadas no próprio corpo do módulo da luminária;
- Não deve possuir orifícios ou cavidades que acumulem sujeira ou permitam a entrada de insetos;
- Ensaio de vibração realizados nos eixos X, Y e Z
- Ensaio de Corrosão a exposição de Névoa Salina 200 horas;
- Ensaio de resistência a radiação ultravioleta (UV conforme norma ASTM G1564).

3.2.5.3. Características fotométricas:

- Eficiência luminosa Mínima: 120 lm/W conforme medição de ensaio;
- Abertura de fecho: óptica cônica fechada 30° , óptica cônica média 60° ,
 - óptica cônica aberta 90° e óptica street;
 - Temperatura de cor de 2.600K a 5000K, tolerância de $\pm 10\%$;
- IRC igual ou superior a 70.

	QUANT.	UNID.	POTÊNCIA MÁXIMA(W)	FLUXO MÍNIMO (Lm)
3.1	50	UN	1000W	120.000
3.2	100	UN	500W	60.000
3.3	300	UN	200W	24.000
3.4	100	UN	150W	18.000
3.5	200	UN	100W	12.000



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais - CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º 268, Rosário, CEP 35.610-000

3.6	400	UN	50W	6.000
-----	-----	----	-----	-------

**A eficiência total mínima aceitável será de 120lm/W.*

ATENÇÃO: Obrigatória apresentação juntamente com documentos de habilitação:

- Catálogo técnico das luminárias LED ofertadas;
- Apresentar com a documentação de catálogos, ensaios e CURVA IES da luminária da potência ensaiada no edital, em arquivo digital;
- Carta do Fabricante ou Importador dando Garantia contra defeitos de fabricação durante 5 anos, sem condicionantes que gerem qualquer tipo de ônus ao Município.

3.2.6. Especificações técnicas mínimas para luminárias ornamental tipo republicano para aplicação em topo de poste conforme cenário "SISTEMA PARA ILUMINAÇÃO DECORATIVA":

OBS: Após a fase de lances e habilitação do licitante provisoriamente vencedor deverá apresentar, se necessário, uma amostra de cada potência para ensaios em laboratório de escolha do Município para validação dos dados, em no máximo 3 dias úteis após convocação, em caso de não conformidade a empresa será automaticamente desclassificada. Assim como também, após a entrega de todas as luminárias, serão retiradas amostras aleatórias e/ou componentes aleatórios para os mesmos ensaios durante sua instalação para a devida comprovação das informações dos ensaios. Em caso de não conformidade dos termos, serão aplicados a CONTRATADA as penalidades, multas, sanções ou até mesmo a obrigatoriedade da remoção de todas as luminárias com todos os custos sendo suportados pela mesma conforme citado no termo de referência.

3.2.6.1. Características elétricas:

- Potência elétrica máxima estipulada neste Caderno Técnico com tolerância superior de até 10%;
- Fator de potência igual ou superior a 0,95;
- Distorção harmônica total (THD) menor ou igual a 10%;
- Deve possuir classificação I ou superior, em relação à NBR NM 60335-1:2010, ou seja, a proteção contra choques elétricos não devem ser assegurados apenas pela isolamento básica, mas sim também pela ligação do condutor de aterramento à carcaça;
- O conjunto deverá operar em regime de trabalho com temperaturas ambiente entre -30°C a +50°C;
- Funcionamento com luminosidade total imediata após retorno de fornecimento de energia;
- Vida útil igual ou superior a 84.000 (oitenta e quatro mil) horas para o conjunto, ela deve estar informada e calculada pela TM21;
- As luminárias deverão ser fornecidas completamente montadas pelo fabricante, incluindo todos os seus componentes e acessórios, prontas para serem instaladas na rede de iluminação em tensão nominal 220VAC Fase-Fase ou Fase-Neutro dependendo da região, tolerância de 10% ±, 60 Hz, e considerar a tolerância de tensão estabelecida pela ANEEL;
- Eficiência acima de 120L/W;



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

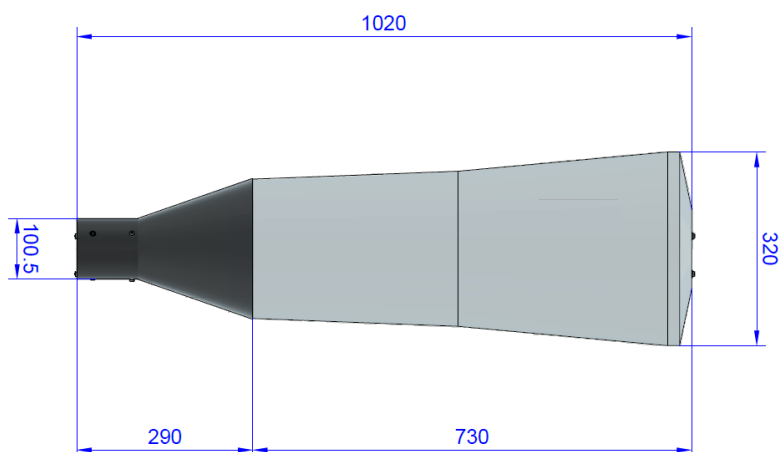
Estado de Minas Gerais - CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º 268, Rosário, CEP 35.610-000

- Fornecer o conjunto com cabos;
- Driver Incorporado internamente à luminária não devendo ser fixo com possibilidade de upgrade ou manutenção, Driver com saída em corrente/tensão contínua (DC) com no mínimo 90% de eficiência.

3.2.6.2. Características mecânicas:

- Construída com chassi e bloco de suporte em alumínio extrudado, com vedação em borracha de silicone resistente ao calor, composta por diodos emissores de luz (LEDs) branco, alto-brilho;
- Difusor confeccionado em acrílico ou policarbonato com ensaio UV antienvelhecimento;
- Proteção mecânica mínima IK08;
- Ensaio de resistência ao vento;
- Grau de proteção no mínimo IP-66 (Ingress Protection): A luminária, incluindo todo o seu conjunto óptico e conexões, deve possuir grau de proteção IP66;
- Fixação para topo de poste até 48 mm com parafusos em Inox;
- Pintado eletrostaticamente com tinta poliéster em pó;
- A Luminária deve possuir fácil montagem para instalação e atualização (upgrade) de placas e drivers de energia;
- Não deve possuir orifícios ou cavidades que acumulem sujeira ou permitam a entrada de insetos;
- Ensaio de Corrosão a exposição de Névoa Salina 270 horas;
- Ensaio de resistência a radiação ultravioleta (UV conforme norma ASTM G1564)



“As imagens apresentadas têm caráter meramente ilustrativo, não se constituindo especificação de modelo, marca ou design, sendo aceitas quaisquer soluções equivalentes que atendam às características técnicas descritas neste Termo de Referência.”

3.2.6.3. Características fotométricas:

- Fluxo mínimo 120 lm/W conforme ensaio;



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

- Facho de luz 360°;
 - Temperatura de cor de 3000K a 5000K, tolerância de +/-10%;
- IRC igual ou superior a 70.

	QUANT.	UNID.	POTÊNCIA MÁXIMA(W)	FLUXO MÍNIMO (Lm)
2.1	300	UN	75W	9.000

**A eficiência total mínima aceitável será de 120lm/W.*

ATENÇÃO: Obrigatória apresentação juntamente com documentos de habilitação:

- a) Catálogo técnico das luminárias LED ofertadas;
- b) Apresentar com a documentação de catálogos e CURVA IES da luminária da potência ensaiada no edital, em arquivo digital;
- c) Carta do Fabricante ou Importador dando Garantia contra defeitos de fabricação durante 5 anos, sem condicionantes que gerem qualquer tipo de ônus ao município.

3.2.7. Especificações técnicas mínimas para LUMINÁRIA TIPO DECORATIVA DE PRAÇA PARA APLICAÇÃO EM TOPO DE POSTE PARA ILUMINAÇÃO DECORATIVA DE PRAÇAS:

OBS: Após a fase de lances e habilitação do licitante provisoriamente vencedor deverá apresentar, se necessário, uma amostra para ensaios em laboratório de escolha do Município para validação dos dados, em no máximo 3 dias úteis após convocação, em caso de não conformidade a empresa será automaticamente desclassificada. Assim como também, após a entrega de todas as luminárias, serão retiradas amostras aleatórias e/ou componentes aleatórios para os mesmos ensaios durante sua instalação para a devida comprovação das informações dos ensaios. Em caso de não conformidade dos termos, serão aplicados a CONTRATADA as penalidades, multas, sanções ou até mesmo a obrigatoriedade da remoção de todas as luminárias com todos os custos sendo suportados pela mesma conforme citado no termo de referência.

3.2.7.1. Características elétricas:

- Potência elétrica máxima estipulada neste Caderno Técnico com tolerância superior de até 10%;
- Fator de potência igual ou superior a 0,95;
- Distorção harmônica total (THD) menor ou igual a 10%;
- Deve possuir classificação I ou superior, em relação à NBR NM 60335-1:2010, ou seja, a proteção contra choques elétricos não devem ser assegurados apenas pela isolamento básica, mas sim também pela ligação do condutor de aterramento à carcaça;
- O conjunto deverá operar em regime de trabalho com temperaturas ambiente entre -30°C a +50°C;
- Funcionamento com luminosidade total imediata após retorno de fornecimento de energia;
- Vida útil igual ou superior a 84.000 (oitenta e quatro mil) horas para o conjunto, ela deve estar informada e calculada pela TM21;



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

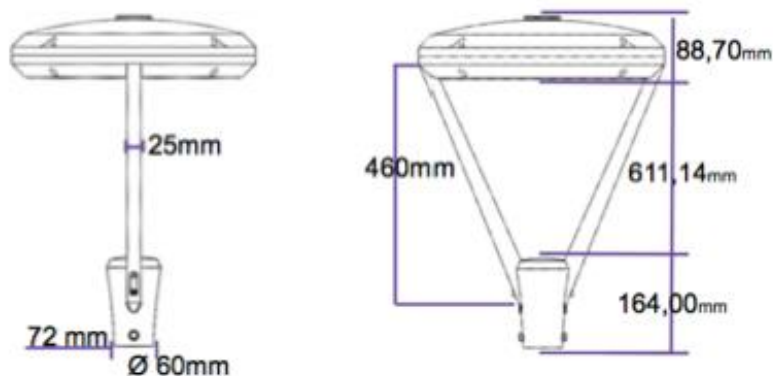
Estado de Minas Gerais - CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

- As luminárias deverão ser fornecidas completamente montadas pelo fabricante, incluindo todos os seus componentes e acessórios, prontas para serem instaladas na rede de iluminação em tensão nominal 220VAC Fase-Fase ou Fase-Neutro dependendo da região, tolerância de $10\% \pm$, 60 Hz, e considerar a tolerância de tensão estabelecida pela ANEEL;
- Eficiência acima de 120L/W;
- Fornecer o conjunto com cabos;
- Driver Incorporado internamente à luminária não devendo ser fixo com possibilidade de upgrade ou manutenção, Driver com saída em corrente/tensão contínua (DC) com no mínimo 90% de eficiência.

3.2.7.2. Características mecânicas:

- Construída com chassi e bloco de suporte em alumínio injetado, com vedação em borracha de silicone resistente ao calor, composta por diodos emissores de luz (LEDs) branco, alto-brilho;
- Difusor confeccionado em vidro temperado 4mm;
- Proteção mecânica mínima IK08;
- Ensaio de resistência ao vento;
- Grau de proteção no mínimo IP-66 (Ingress Protection): A luminária, incluindo todo o seu conjunto óptico e conexões, deve possuir grau de proteção IP66;
- Fixação para topo de poste até 48 mm com parafusos em Inox;
- Pintado eletrostaticamente com tinta poliéster em pó;
- A Luminária deve possuir fácil montagem para instalação e atualização (upgrade) de placas e drivers de energia;
- Não deve possuir orifícios ou cavidades que acumulem sujeira ou permitam a entrada de insetos;





PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais - CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

**Desenho técnico apenas como caráter de comparação.*

3.2.7.3. Características fotométricas:

- Fluxo mínimo 120 lm/W conforme ensaio;
- Facho de luz 60° e 90°;
- Temperatura de cor de 3000K a 5000K, tolerância de +/- 5%;
- IRC igual ou superior a 70.

	QUANT.	UNID.	POTÊNCIA MÁXIMA(W)	FLUXO MÍNIMO (Lm)
2.2	150	UN	100W	12.000
2.3	150	UN	50W	6.000

**A eficiência total mínima aceitável será de 120lm/W*



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º 268, Rosário, CEP 35.610-000

ATENÇÃO: Obrigatória apresentação juntamente com documentos de habilitação:

- a) Catálogo técnico das luminárias LED ofertadas;
- b) Apresentar com a documentação de catálogos, ensaios e CURVA IES da luminária da potência ensaiada no edital, em arquivo digital;
- c) Carta do Fabricante ou Importador dando Garantia contra defeitos de fabricação durante 5 anos, sem condicionantes que gerem qualquer tipo de ônus ao Município.

3.2.8. Especificações técnicas mínimas dos POSTES:

3.2.8.1. Características gerais: Postes produzidos em tubo de aço galvanizado tipo SAE 1010/1020, em seções cilíndricas perfeitamente unidas por meio de junções suaves, soldados entre si, recebem acabamento zincado a fogo por imersão. Projetados e dimensionados para resistir a diferentes velocidades de vento, atendem as Normas, ABNT NBR-14744 da ABNT, galvanização de produtos de aço ABNT NBR 6323 e NBR 6591. Tubos de aço-carbono com solda longitudinal de seção circular, quadrada, retangular e especial para fins industriais.

3.2.8.2. Características do poste de 12 metros:

- Poste escalonado 12 metros de comprimento
- 140 mm +- 10 mm de diâmetro na base
- 60 mm +- 10 mm de diâmetro no topo
- Tubo com espessura mínima de 2,7 mm
- Tubo em aço galvanizado a fogo
- Resistência mínima no topo de 200 dan.

3.2.8.3. Características do poste de 8.5 metros:

- Poste escalonado 8.5 metros de comprimento
- 140 mm +- 10 mm de diâmetro na base
- 60 mm +- 10 mm de diâmetro no topo
- Tubo com espessura mínima de 2,7 mm
- Tubo em aço galvanizado a fogo
- Resistência mínima no topo de 150 dan.

ATENÇÃO: Obrigatória apresentação juntamente com documentos de habilitação:

- a) Carta do Fabricante dando Garantia contra defeitos de fabricação durante 10 anos;

3.2.9. Especificações técnicas mínimas dos BRAÇOS:

3.2.9.1. Características braços de 3 metros:

- Braço metálico curvo, para instalação de 1 luminária pública em poste metálico ou de concreto.
- Fabricado em tubo de aço carbono SAE 1010/1020, 3m com diâmetro 48,2 mm ou 60,3 mm, espessura mínima de 2,25 mm, com curvatura contínua de raio aproximado de 350 mm.
- Fixação por flange de aço 5 a 6 mm de espessura, com quatro furos Ø 14 mm para parafusos M12.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º 268, Rosário, CEP 35.610-000

- Acabamento galvanizado a quente por imersão total conforme NBR 6323, com camada mínima de 600 g/m² de zinco, podendo opcionalmente receber pintura eletrostática a pó poliéster.
- Produto conforme normas CEMIG NTC-905, CEMIG NTC-940, NBR 14744, NBR 6323 e NBR 5580.
- Indicado para instalação de luminárias públicas tipo LED em postes de 6 a 12 m.

3.2.9.2. Características braços de 2 metros:

- Braço metálico curvo, para instalação de 1 luminária pública em poste metálico ou de concreto.
- Fabricado em tubo de aço carbono SAE 1010/1020, 2m com diâmetro 48,2 mm ou 60,3 mm, espessura mínima de 2,25 mm, com curvatura contínua de raio aproximado de 350 mm.
- Fixação por flange de aço 5 a 6 mm de espessura, com quatro furos Ø 14 mm para parafusos M12.
- Acabamento galvanizado a quente por imersão total conforme NBR 6323, com camada mínima de 600 g/m² de zinco, podendo opcionalmente receber pintura eletrostática a pó poliéster.
- Produto conforme normas CEMIG NTC-905, CEMIG NTC-940, NBR 14744, NBR 6323 e NBR 5580.
- Indicado para instalação de luminárias públicas tipo LED em postes de 6 a 12 m.

3.2.10. Kit ferragem para instalação de braço: Kit completo de ferragens e acessórios destinado à instalação de braço de luminária pública em poste de concreto ou metálico, garantindo fixação mecânica segura e conexão elétrica conforme normas vigentes.

Composição mínima do kit:

- 02 (duas) unidades de parafuso tipo “U” (U-bolt) em aço galvanizado, com porcas e arruelas lisas e de pressão;
- 02 (duas) chapas metálicas de fixação (placas de apoio) em aço galvanizado;
- 01 (uma) unidade de braçadeira metálica ou cinta de fixação em aço inox, conforme tipo de poste;
- 01 (um) conjunto de conectores elétricos tipo torção ou luva de emenda, para fase, neutro e terra;
- 01 (um) rolo de fita isolante de alta fusão/autofusão;
- 01 (um) trecho de cabo flexível de cobre, seção mínima 2,5 mm², isolamento 750 V;
- 01 (um) conjunto de terminais tipo olhal ou pino, conforme tipo de conexão da luminária;
- 01 (um) dispositivo de aterramento (fio e grampo), quando aplicável.

3.2.10.1. Características técnicas e exigências:

- Todas as partes metálicas devem ser fabricadas em aço carbono galvanizado a fogo, conforme NBR 6323;
- Os componentes elétricos devem atender às normas NBR 5410 (Instalações Elétricas de Baixa Tensão) e NBR 13570 (Iluminação Pública);



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais - CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º 268, Rosário, CEP 35.610-000

- O kit deve garantir instalação firme, segura e durável, sem causar danos à estrutura do poste;
- Deve permitir a instalação de braço curvo ou reto, com ou sem fotocélula, conforme especificação da luminária pública.

3.2.11. Especificações técnicas mínimas do RELÉ FOTOELETRÔNICO:



*Relé fotoeletrônico microcontrolado para comando automático de iluminação.

3.2.11.1. Identificação:

- Ter indelevelmente gravado, no mínimo, as seguintes informações na parte superior da tampa ou na lateral: nome e/ou marca do fabricante, tensão nominal a ser aplicada no circuito de comando (105 Vca a 305 Vca, 50/60 Hz), potência: carga máxima para cargas resistivas (1.000W) e lâmpadas à descarga, esquema do contato elétrico NF em operação tipo fail off, indicação do sistema de direcionamento para melhor funcionamento do relé;
- Na parte inferior deverá conter calendário com identificação da data de fabricação (mês e ano), bem como de instalação e retirada do equipamento da rede de distribuição (mês e ano), prazo de garantia de 5(cinco) anos;
- Características Construtivas:
 - a) A base deverá ser fabricada em polipropileno. o suporte de montagem deverá ser em material eletricamente isolante e que não permita a deformação quando do manuseio. deverá ser preso à tampa por sistema que assegure fixação adequada de modo a permitir a sua retirada sem danificação;
 - b) A tampa deverá ser fabricada em policarbonato estabilizado contra radiações uv, eletricamente isolante, resistente a impactos e às intempéries;
 - c) Contatos de encaixe deverão ser de latão estanhado e rigidamente fixados ao suporte;
 - d) O relé não deverá apresentar trincas, rebarbas, arestas vivas ou bolhas;
 - e) Deverá ser selado com solda ultrassônica após a sua montagem final;
 - f) O invólucro do relé deverá ser de material eletricamente isolante resistente a impacto e intempéries, resistente à temperatura de até 70°C, e o suporte de montagem deverá ser em plástico de engenharia, firmemente preso à tampa permitindo correto manuseio sem desprendimento desta, protegendo contra danos ao relé;
 - g) A gaxeta de vedação deverá ser de espuma de borracha ou material elástico com dureza de (35±5) Shore a, com superfície lisa permitindo o giro sem que haja



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º 268, Rosário, CEP 35.610-000

seu deslocamento devendo vedar e evitar o deslocamento indevido do relé após a montagem do conjunto;

h) O relé fotoelétrico eletrônico deve possuir um grau mínimo de proteção do conjunto de IP-67 conforme NBR 5123/2016;

- O esquema elétrico deve ser do tipo NF/Fail-Off;
- Possuir sensor óptico empregando qualquer tecnologia disponível desde que seja garantido o seu funcionamento de maneira estável durante sua vida útil;

- Características de Funcionamento:

a) Acionamento com retardo de 5s;

b) O tempo máximo de operação para ligar e desligar lâmpadas com iluminação constante é de 5 minutos dentro da faixa de operação do sistema: 105 V a 305 V, -5°C a 50°C;

c) Consumo próprio máximo deverá ser de 1,0W para funcionamento em 127 v e 220 V.

- O módulo de comutação da carga do relé quando constituído por contatos elétricos físicos não poderão ser micro soldados ou caldeado por correntes ou surtos de corrente que os atravessem, quando sobre os contatos houver diferença de potencial superior a 50V;

- Capacidade de carga deverá ser de 1.000 W para carga puramente;

- Os contatos devem ser capazes de suportar 30.000 operações com as cargas indutivas supracitadas, contando-se uma operação para cada ciclo completo (uma abertura e um fechamento), sem sofrer desgastes ou deteriorações que os inutilizem; conforme NBR 5123/2016, deverá possuir gravação em seu invólucro na parte superior de forma visível apresentando a garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.

3.2.11.2. ATENÇÃO: Obrigatória apresentação juntamente com documentos de habilitação:

a) Catálogo técnico do relé fotoeletrônico ofertado;

b) Carta do Fabricante dando Garantia contra defeitos de fabricação durante 5 anos.

c) apresentar ensaios técnicos conforme norma NBR 5123/98

3.2.12. Características mínimas do BLOQUEADOR DE VAZAMENTO DE

CORRENTE: Dispositivo responsável por sinalizar e proteger contrachocos elétricos causados por o vazamento de corrente nos postes. Este deve ser instalado individualmente em cada uma das luminárias nos postes e deve facilitar a identificação e manutenção dos postes através da sinalização.

Características Elétricas:

BLOQUEADOR DE VAZAMENTO DE CORRENTE		
CARACTERÍSTICAS	VALORES	OBSERVAÇÕES
ELÉTRICA		
Tensão de Entrada	Nominal 220 VAC/50-60Hz	Min 160VAC e Max de 270VAC
Corrente de Bloqueio	< 30mA	Tempo < 50ms
Corrente Máxima	5 A	Luminária led até 1,1KW



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais - CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

Reset	Imã	externo
SINALIZAÇÃO		
LED AZUL/VERDE	LIGADO	
LED VERMELHO	BLOQUEADO	
LED APAGADO	Queimado ou desligado	Tensão de entrada <160 VAC
CONEXÕES		
Entrada (F) Preto, (N) Branco	1,5mm 1kV - 30cm	
Saída (F) Ver./Marrom, (N) Azul	1,5mm 1kV - 30cm	
OUTRAS		
IP	IP68	compatível
IK	IK08	compatível
Posição de Trabalho	Horizontal e Vertical	
Fixação	Caixa de passagem no solo	ou braçadeiras
Temperatura	-25°C a 65°C	Operação
Caixa	ABS com proteção UV	

RESET – Caso o LED esteja vermelho, quando um ímã passar próximo ao dispositivo ele reinicializará o mesmo. Se tudo estiver de acordo, o LED ficará azul, caso contrário, vermelho.

3.2.13. Especificações técnicas mínimas do POSTE SOLAR C /LUMINARIA + BATERIA + CONTROLADOR DE CARGA + BRAÇO E PLACA FOTOVOLTAICA:

3.2.13.1 Estrutura do Poste

- Altura total: 10 metros
- Material: Aço Q235 cônico
- Espessura: 3–4 mm
- Tratamento: Galvanização a quente
- Cor: Dark Grey (Referência RAL7024 + silver powder)
- Base plate conforme dimensões originais do fabricante

3.2.13.2 Painel Solar

- Potência nominal: 150 W
- Capacidade de carga diária: 5–7 Ah
- Autonomia estimada: até 3,46 dias sem insolação

3.2.13.3 Controlador

- Tipo: Controlador MPPT 80W 12/24V – carga máxima 15A
- Funções: Gerenciamento de carga, proteção elétrica, comunicação com a luminária

3.2.13.4 Bateria

- Química: Fosfato de Ferro e Lítio (LiFePO4 – LFP), trazendo maior segurança para o sistema, trata-se do mesmo tipo de célula de baterias utilizadas nos veículos BYD e Tesla.
- Ciclos de vida: Aproximadamente 3000 ciclos completos 10-100%



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

- Segurança: bateria com sistema BMS (Battery management system) (sistema de gestão da bateria) de gestão inteligente da carga e descarga da bateria, levando em consideração a plena distribuição de carga e descarga entre as células e a gestão da temperatura.

3.2.13.5 Luminária LED

- Tecnologia: LEDs 5050
- Potência: 70W fluxo 14,000lm
- Aplicação: iluminação viária

3.2.13.6 Estrutura do Poste

- Altura: 8 metros
- Material: Aço carbono Q235
- Espessura: 3–4 mm
- Tratamento: galvanização a quente + pintura eletrostática
- Cor: cinza escuro (similar RAL 7024)

3.2.13.7 Braço de Luminária

- Comprimento: 950 a 1.000 mm
- Altura de instalação: aproximadamente 7 m
- Fixação: 6 parafusos M12

3.2.13.8 Suporte do Painel Solar

- Compatível com painel de até 240 W
- Dimensões do painel: 1.200 x 759 mm
- Espessura do suporte: mínimo 2,3 mm
- Ajuste de inclinação numerado
- Fixação: 3 parafusos M10

ATENÇÃO: Obrigatória apresentação juntamente com documentos de habilitação:

d) Catálogo técnico das luminárias LED ofertadas;

3.2.14. DETALHAMENTO TÉCNICO – SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA:

3.2.14.1. Escopo Completo de Mão de Obra: O serviço compreende todas as etapas técnicas, operacionais e de segurança necessárias para a instalação de uma luminária LED, incluindo:

- Análise prévia das condições do poste e da rede (vistoria técnica).
- Conferência do braço, fixações, aterramento e integridade mecânica.
- Desenergização conforme NR-10 / Procedimento de Bloqueio LOTO.
- Elevação com caminhão-cesta (quando aplicável).
- Montagem do conjunto fotométrico no braço: alinhamento e torque.
- Interligação elétrica de acordo com NBR 5410:
 - Utilização de cabos antichama;
 - Fios estanhados;
 - Conectores tipo cunha, torção ou perfurante;



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

- Fitilho isolante de alta fusão.

3.2.14.2. Normas Obrigatórias:

- ABNT NBR 5101:2024 – Iluminação Pública
- ABNT NBR 5410 – Instalações Elétricas
- ABNT NBR 15129 – Ensaio e segurança de luminárias
- NR-10 – Segurança em Instalações Elétricas
- NR-35 – Trabalho em Altura
- Normas da concessionária local (CPFL, CEMIG, COPEL, ENEL etc.)

3.2.14.3 Critérios Técnicos de Execução mínimos:

- Nivelamento horizontal e vertical da luminária.
- Ângulo fotométrico conforme projeto luminotécnico municipal.
- Fixação com torque conforme prescrição do fabricante.
- Garantia da vedação IP da luminária e dos prensa-cabos.
- Conferência de tensão, corrente, fase, neutro e aterramento.

3.2.14.4. Testes Finalísticos:

- Teste funcional (energização).
- Medições com multímetro.
- Registro fotográfico georreferenciado.
- Atualização cadastral do ponto instalado.

3.2.14.5. Instalação de luminária pública LED com kit de material elétrico: Serviço inclui vistoria técnica prévia, desenergização conforme NR-10/LOTO, montagem segura em poste existente, nivelamento fotométrico de acordo com NBR 5101, parafusação com torque controlado, interligação elétrica com cabos antichama, conectores isolados, isolamento de alta fusão, aterramento e teste funcional. Conformidade com NBR 5410, NBR 15129, NR-35 e normas da concessionária local.

3.2.14.6. Retirada de luminária pública com descarte: Inclui desmontagem controlada em altura, desenergização NR-10, remoção segura da luminária, separação dos materiais, acondicionamento e descarte ambiental conforme PNRS e NBR 10004. Quando solicitado, emissão de MTR e destinação em local licenciado.

3.2.14.7. Instalação de braço em poste com kit de ferragens: Fixação de braço metálico com ferragens galvanizadas, torque normativo, alinhamento horizontal, inspeção do poste, verificação de integridade mecânica e distância segura da rede elétrica. Aplicação de NBR 15214, NBR 14744, NR-10 e NR-35.

3.2.14.8. Retirada de braço de poste com descarte: Remoção de braço metálico preservando o poste, desmontagem com ferramentas isoladas, limpeza da área e descarte ambientalmente correto das ferragens conforme PNRS e NBR 10004.

3.2.14.9. Instalação de poste: Escavação conforme NBR 6122, preparação do solo, aplicação de lastro, inserção do poste com prumo, compactação da base, instalação de eletrodutos e caixas, e verificação de estabilidade. Aplicação de NR-18, NR-35, NBR 14744 e NBR 8451.

3.2.14.10. Retirada de poste com descarte: Inclui isolamento da área, escavação, corte da base se necessário, remoção com caminhão munck/guindauto, transporte e descarte conforme legislação ambiental PNRS/NBR 10004.

3.2.14.11. Instalação de luminária decorativa com kit de material elétrico: Montagem em poste decorativo, interligação com conectores IP67, alinhamento estético e fotométrico, garantia de preservação visual e execução conforme NBR 5101, NBR 5410, NBR 15129.

3.2.14.12. Retirada de luminária decorativa com descarte: Desmontagem preservando pintura e estética do poste decorativo. Separação dos materiais e descarte ambiental de acordo com PNRS.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º 268, Rosário, CEP 35.610-000

3.2.14.13. Instalação de luminária projetor (LED/REFLETOR) com kit elétrico: Fixação em suportes metálicos, quadras, fachadas ou colunas, parafusação ASTM, travas químicas, ajuste de ângulo com inclinômetro, ligação elétrica reforçada e teste conforme NBR 8995-1 para áreas esportivas ou industriais.

3.2.14.14. Retirada de luminária projetor com descarte: Desmontagem segura em altura, remoção de suportes e ferragens, isolamento elétrico, acondicionamento do projetor e descarte conforme NBR 10004 / PNRS.

3.2.15. Todos os produtos deverão atender às normas aplicáveis da **ABNT**, **INMETRO** e **ANEEL**, quando exigido em razão da natureza do item contratado.

3.2.16. As embalagens e rótulos dos produtos deverão estar redigidos em **língua portuguesa**, contendo instruções de uso, recomendações de segurança e informações para atendimento ao consumidor.

3.2.17. Os produtos relacionados com a prestação de serviço referenciada somente serão aceitos se acondicionados em embalagem original, com lacre inviolável, sem indícios de violação/adulteração, umidade, oxidação, inadequação de conteúdo ou comprometimento das especificações, com devido registro emitido pelos órgãos reguladores competentes e em perfeitas condições de utilização.

3.2.18. Não serão aceitos produtos usados, recondicionados, adulterados, com indícios de desgaste ou desconformidade técnica.

3.2.19. Quando indispensável a referência a marcas ou fabricantes para fins de padronização técnica, deverá ser considerada a expressão “ou equivalente”, “ou similar” ou “de melhor qualidade”, salvo quando se tratar de peças exclusivas do fabricante do equipamento. A indicação de marca como parâmetro de qualidade poderá ser utilizada exclusivamente para facilitar a descrição do objeto, conforme entendimento do TCU – Acórdão 2401/2006, item 9.3.2 (Plenário).

3.2.20. As normas ambientais e de segurança do trabalho devem ser rigorosamente observadas pelo fornecedor, sob pena de sua exclusiva responsabilização.

3.2.21. De acordo com a legislação vigente o fornecedor/prestador será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes do fornecimento, prestação de serviços ou de materiais empregados.

3.2.22. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS: Os serviços prestados deverão ser garantidos contra vícios, imperfeições, imprecisões, deficiências técnicas e desconformidades ao que fora solicitado, nos termos do Art. 140, §2º, da Lei 14.133/2021, sem prejuízo da garantia legal de que trata a Lei nº 8.078/90, a contar da data de seu recebimento pelo Município. Aspectos relacionados com reaperto, fixação, infiltração, desprendimento, falhas elétricas de conexão e problemas estruturais inserem-se na presente garantia, sem exclusão de eventuais penalidades administrativas e rescisão contratual e/ou cancelamento do registro de preços.

3.2.23. DA GARANTIA DOS PRODUTOS UTILIZADOS E DAS LUMINÁRIAS LED: os produtos fornecidos deverão oferecer a garantia legal de que trata a Lei nº 8.078/90, adotando-se, para tanto, como termo inicial a data de recebimento pelo Município, sendo que as luminárias LED deverão oferecer garantia contra defeitos de fabricação pelo período de 5 (cinco) anos, com reposição à cargo da contratada, adotando-se, para tanto, como termo inicial a data de recebimento definitivo do objeto.

3.2.24. Forma de contratação: O fornecimento ocorrerá mediante solicitação da Secretaria demandante, observada a disponibilidade orçamentária, cronograma interno e conveniência da Administração Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º 268, Rosário, CEP 35.610-000

3.2.25. É vedada a subcontratação, total ou parcial, do objeto desta licitação sem prévia e expressa autorização do Município de Dores do Indaiá/MG, em razão da natureza crítica, técnica e de segurança do objeto.

3.2.26. As especificações fornecidas neste Termo de Referência pautam-se por critérios técnicos básicos e compatíveis com os padrões praticados no mercado de iluminação pública e ornamental.

4 - DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

4.1. O prestador será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

4.2. Como se trata de solicitação com demanda frequente, que se processa de forma ocasional e parcelada, consoante os requisitos do Art. 3º, do Decreto Municipal n.º 15/2024, deliberou-se pela adoção do sistema de registro de preço (SRP) sob a modalidade pregão, a fim de flexibilizar o processo de contratação às reais necessidades da Administração.

5 - DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1. No preço dos serviços e produtos deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos, tais como taxas, impostos, encargos trabalhistas e previdenciários, transporte, deslocamento e quaisquer outros necessários para a disponibilização e execução do fornecimento, conforme especificado neste Termo de Referência.

5.2. O pagamento será realizado mediante apresentação da nota fiscal e comprovação da liquidação da despesa, em até 30 (trinta) dias após a entrega e recebimento dos produtos pelo setor responsável.

5.3. Havendo erro na nota fiscal ou qualquer circunstância que impeça a liquidação, o documento será devolvido ao prestador para correção, ficando suspenso o pagamento até a regularização.

5.4. Após a reapresentação da nota fiscal corrigida, o pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, sem ônus adicional ao Município.

5.5. A prestadora contratada/registrada deverá faturar os serviços separadamente, conforme ordem de serviço ou pedido de fornecimento recebido, sendo vedado o acúmulo de pedidos por período superior a um mês, sob pena de não pagamento. É proibida a emissão de nota fiscal/fatura com pedidos retroativos ou acumulados.

5.6. As notas fiscais relativas ao mês de dezembro deverão ser emitidas impreterivelmente até 31/12, do exercício financeiro corrente, sob pena de não serem aceitas pela Contabilidade Municipal.

5.7. O pagamento será efetuado preferencialmente por transação bancária eletrônica, mediante crédito em conta-corrente indicada pela fornecedora contratada/registrada.

5.8. Em caso de atraso de pagamento não justificado, provocado exclusivamente pela Administração, o valor devido será acrescido de atualização financeira, calculada desde o vencimento até o efetivo pagamento, utilizando-se o IPCA-e/IBGE.

6 - DA EXECUÇÃO: RESULTADOS ALMEJADOS

6.1. Local da execução: Os serviços deverão ser executados no local indicado pelo setor requisitante, tendo em vista a natureza técnica e especificidades do objeto, sempre no Município de Dores do Indaiá-MG.

6.2. Prazo de vigência: O contrato terá vigência inicial de 12 (doze) meses, contados da assinatura, conforme Art. 106, da Lei 14.133/2021 concomitante com o Decreto Municipal 15/2024.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º 268, Rosário, CEP 35.610-000

6.3. Prazo para início da execução contratual: em até 5 (cinco) dias úteis, a contar da emissão da ordem de serviço/pedido de compra ou instrumento equivalente.

6.4. Prorrogação: em virtude de os serviços solicitados serem de natureza contínua, deverão ter execução inicialmente prevista para 12 meses, podendo ser prorrogados à critério da Administração Municipal e conforme estabelece a Lei 14.133/2021 c/c Decreto Municipal n.º 15/2024.

6.5. Das condições de execução e recebimento:

a) O objeto será executado em conformidade com as especificações técnicas, cronogramas, prazos, local e condições apontadas neste respectivo Termo de Referência e documentação anexa.

b) O objeto será submetido ao setor requisitante e ao fiscal técnico do contrato para avaliar a sua conformidade com às especificações constantes deste termo de referência, a fim de que se decida sobre sua aceitação ou rejeição (recebimento).

c) Incumbe à Licitante contratada/registrada:

I - Executar os serviços, por sua exclusiva conta e responsabilidade, em perfeitas condições de aproveitamento, em local predeterminado pelo setor requisitante, independente das quantidades solicitadas.

II - Refazer serviço que requisitar aperfeiçoamento ou complementação, quando da execução deles ou quando o setor requisitante identificar vícios ou inconsistências que demandem retificação.

III - Substituir imediatamente qualquer produto relacionado com a prestação do serviço solicitado, que esteja danificado no ato da entrega, ou que apresente defeitos de fabricação ou vícios identificados pelo setor requisitante ou pela própria prestadora.

d) Constatadas irregularidades/desconformidades na execução do objeto, a Administração Municipal poderá:

I - Se disser respeito à especificação do serviço, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando que seja feito em tempo hábil que não comprometa o escopo desta contratação e a continuidade dos serviços públicos dependentes do reparo, sob pena de cancelamento do registro de preços e/ou rescisão/extinção do contrato, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

II - Na hipótese de quantitativos e resultados diferentes do esperado, tomando-se por referencial as exigências e protocolos estabelecidos neste termo de referência e demais normas regulamentares da matéria, a prestadora registrada/contratada deverá ajustá-los ou os retificar em conformidade com a indicação do setor requisitante, em prazo compatível com a quantidade e necessidade a ser adequada, contado da notificação, mantido o preço inicialmente contratado, sob pena de cancelamento do registro de preços e/ou rescisão contratual, sem prejuízo da incidência de penalidades cabíveis.

e) De acordo com a legislação a prestadora contratada/registrada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução de serviço/fornecimento ou de procedimentos/materiais empregados.

f) O serviço rejeitado poderá ser feito uma única vez, em tempo hábil que não comprometa o escopo desta contratação e a continuidade dos serviços públicos dependentes do reparo, tendo em vista a natureza do serviço em questão, após constatação pelo próprio prestador ou pelo Setor Requisitante, e, não o sendo, estará caracterizado inadimplemento contratual absoluto, com incidência do cancelamento do registro de preços e/ou rescisão/extinção contratual e sem prejuízo das penalidades cabíveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º 268, Rosário, CEP 35.610-000

7 - DA RESPONSABILIDADE DO LICITANTE POR SUAS DECLARAÇÕES

7.1. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou cancelamento do registro de preços/rescisão do contrato, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

8 - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

8.1. A Administração Municipal, através da Secretaria Municipal de Obras e Transportes exercerá a gestão e fiscalização do contrato e registrará todas as ocorrências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à licitante vencedora, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

8.2. A fiscalização pela Administração não exime quaisquer responsabilidades por parte do prestador em referência, sendo única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à regular execução do objeto do contrato.

8.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, de forma que os serviços sejam entregues de acordo com as especificações referenciadas e em perfeitas condições de utilização, sendo que cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.4. A Contratada deverá indicar à Secretaria Municipal de Obras e Transportes o preposto ou responsável legal com legitimidade para manter entendimentos e receber comunicações acerca do objeto do contrato.

8.5. As comunicações entre Administração e contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, desde que utilizados e-mails institucionais.

8.6. A Contratada deverá comparecer à sede do Contratante, ou responder notificação, sempre que solicitada, por meio do preposto, no prazo de **24h** (vinte quatro horas) da convocação ou comunicação para esclarecimento de quaisquer problemas relativos à execução do objeto, especialmente no tocante à fiscalização permanente, abrangendo:

- acompanhamento diário das frentes de trabalho;
- verificação da execução conforme normas técnicas (ABNT, NR, NBR 5101, NBR 5410 etc.);
- monitoramento de EPIs, EPCs e conformidade com NR-10, NR-12, NR-17 e NR-35;
- conferência de materiais utilizados;
- documentação de obra (checklists, medições, relatórios, fotos georreferenciadas);
- avaliação de qualidade do serviço executado.

8.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas na relação contratual, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.8. A execução da relação contratual será acompanhada e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Obras e Transportes por meio do fiscal técnico, HALLAN DA CRUZ FERREIRA, a ser designado em ato próprio, juntamente com a fiscalização administrativa do Controle Interno Municipal, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, Art. 117, caput).



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º 268, Rosário, CEP 35.610-000

8.9. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização dos vícios ou dos defeitos observados, sobremodo:

- solicitar correção imediata de qualquer irregularidade;
- exigir retrabalho;
- paralisar a obra por risco iminente;
- rejeitar materiais, equipamentos ou mão de obra inadequados;
- registrar não conformidades formais;
- recomendar aplicação de penalidades.

8.10. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.11. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.13. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

8.14. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

8.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, tendo **acesso irrestrito** integral e imediato a:

- equipes, veículos, maquinário, documentos e relatórios;
- locais de trabalho, inclusive em altura;
- notas fiscais de materiais aplicados;
- certificados, ARTs, ASOs, treinamentos e EPIs.
- A negativa de acesso configura infração grave.

8.16. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

8.17. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

8.18. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.19. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.20. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o Art. 158 da Lei 14.133/2021, conforme o caso.

8.21. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

8.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

8.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato, sempre observando em relação ao presente objeto:

- a) Conformidade com o projeto e itens do edital.
- b) Atendimento integral às normas aplicáveis (NBR 5101, NBR 5410, NBR 15129, NBR 6122, NR-10, NR-35, etc.).
- c) Estanqueidade e segurança elétrica do ponto instalado.
- d) Estabilidade mecânica (fixação, torques, braços, suportes).
- e) Acabamento geral, estética, limpeza e organização dos cabos.
- f) Comprovação da destinação correta de resíduos (PNRS, MTR, CDF).
- g) Funcionamento contínuo da iluminação após a instalação.
- h) Compatibilidade fotométrica e uniformidade luminosa.

OBS: O Município poderá não aceitar qualquer serviço que não atenda a estes critérios, mesmo que concluído.

9 - OBRIGAÇÕES BÁSICAS DA PRESTADORA CONTRATADA/REGISTRADA

9.1. Cumprir fielmente o objeto, de forma que os serviços sejam executados de acordo com as especificações e em perfeitas condições de utilização e aproveitamento.

9.2. Indicar à Secretaria Municipal de Obras e Transportes o preposto ou responsável legal com legitimidade para manter entendimentos e receber comunicações acerca do objeto do contrato.

9.3. Comparecer à sede do contratante, ou responder notificação, sempre que solicitada, por meio do preposto, no prazo de 24h (vinte quatro horas) da convocação ou comunicação para esclarecimento de quaisquer problemas relativos à execução do objeto.

9.4. Comunicar imediatamente qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do objeto na data estipulada e condições previstas.

9.5. Prestar os serviços contratados somente com prévia autorização do Setor Requisitante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais - CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º 268, Rosário, CEP 35.610-000

9.6. Providenciar no máximo em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da comunicação, o refazimento ou retificação dos serviços que apresentarem defeito/vício.

9.7. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto desta licitação, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de sua responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento dos referidos fornecimentos.

9.8. Prestar os serviços de acordo com as especificações, prazos e condições avençados no presente instrumento, sendo vedada substituição por outra espécie, salvo por serviço de qualidade superior mediante devida justificativa e autorização por parte do setor requisitante.

9.9. Manter, durante toda execução contratual as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.10. Demais obrigações constarão do instrumento contratual, em cláusula apropriada, de acordo com a análise preliminar de legalidade a ser procedida pela Assessoria Jurídica sobre os elementos essenciais que perpassam esta contratação.

10 - OBSERVAÇÕES ESPECIAIS SOBRE A RELAÇÃO CONTRATUAL

10.1. A relação contratual não poderá ser objeto de **cessão ou transferência** pela contratada, sem autorização por escrito do Município, sob pena de aplicação de penalidades e sanções, inclusive rescisão/extinção.

10.2. É vedada a **subcontratação** parcial ou total do objeto desta licitação, sem prévia autorização do Município de Dores do Indaiá-MG.

10.3. As condições estabelecidas no edital fazem parte integrante da ata de registro de preços e/ou da relação contratual celebrada.

11 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO GERENCIADOR/CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela PRESTADORA, de acordo com o edital, o instrumento contratual e seus anexos técnicos.

11.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto e o cumprimento das obrigações pela PRESTADORA.

11.3. Indicar o responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução da relação contratual.

11.4. Notificar a PRESTADORA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto prestado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

11.5. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital, no instrumento de contrato e seus anexos técnicos.

11.6. Efetuar o pagamento à PRESTADORA do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no edital, na ata de registro de preços e/ou contrato e seus anexos técnicos.

11.7. Aplicar à PRESTADORA sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do objeto, de acordo com as hipóteses previstas na Lei 14.133/2021 e no edital.

11.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da relação contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

11.9. Impedir o emprego de materiais ou mão-de-obra que julgar impróprios.

12 – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º 268, Rosário, CEP 35.610-000

12.1. Por força das Leis nº 9.069/95 e 10.192/01, a periodicidade de reajustamento dos preços será anual, ficando assegurada à prestadora e/ou contratante, na forma do **Art. 124, II, 'd', da Lei 14.133/2021**, apenas a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

12.2. A revisão de preço com amparo no disposto no Art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133/2021, no curso da vigência da relação contratual, será aplicada exclusivamente nos casos de reequilíbrio econômico-financeiro, tendo por referencial a margem de lucratividade originária e os preços unitários constantes da planilha de composição de custos apresentada.

12.3. Havendo necessidade de mais de uma revisão será adotado o mesmo procedimento, sempre em relação ao preço contratado originariamente, aplicando o mesmo índice percentual de lucratividade originário, de modo a não incorrer no chamado "efeito cascata".

12.4. O novo preço de mercado será comprovado através da apresentação de nota fiscal emitida a favor da prestadora contratada, com data anterior ao pedido de revisão (remeter as duas últimas notas fiscais juntamente com a primeira, da data relativa à celebração do contrato), devendo obrigatoriamente ser da mesma origem da encaminhada quando da assinatura do contrato, e nas mesmas condições de aquisição (à vista ou à prazo).

12.5. A prestadora contratada deverá encaminhar ao Município cópia do dispositivo legal que balizou a alteração do preço, bem como a nova composição/estrutura do mesmo de conformidade com a planilha de composição de custos apresentada, ou elementos que comprovem a incidência das hipóteses legais sobre a relação contratual. Ocorrendo redução de preço, a composição/estrutura do mesmo será apurada e formalizada pelo Gestor do contrato.

12.6. A liberação do pagamento do novo preço está condicionada ao cumprimento do disposto no item "12.4", acima, e se o mesmo está compatível com o preço praticado no mercado, bem como comprovação da *alea* contratual extraordinária.

12.7. O reequilíbrio econômico-financeiro previsto é permitida observadas as seguintes condições, cumulativamente:

a) interstício mínimo de 60 (sessenta) dias da data de celebração do contrato e/ou última revisão;

b) demonstração da variação de custos por fatores econômicos exógenos à relação contratual, conforme critério de aferição objetiva, especialmente no tocante ao item "12.4".

c) demonstração do novo preço, em conformidade com os parâmetros da planilha de composição de custos apresentada por ocasião da adjudicação da proposta vencedora.

12.8. Na hipótese de recusa em aceitar eventual redução do preço realinhado, na forma estabelecida neste edital, reserva-se o Município ao direito de cancelar o registro de preços/rescindir o contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

12.9. Havendo legislação específica ou alteração da que rege a matéria, esta cláusula será revista e adequada aos dispositivos.

12.10. A solicitação de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro não autoriza a suspensão ou cancelamento da execução relativa à ordem de serviço/pedido de compra ou instrumento equivalente, já emitidos, sendo que que a prestadora que incorrer em tal expediente sujeita-se à extinção/rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

13 - DO CRITÉRIO DE REAJUSTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º 268, Rosário, CEP 35.610-000

13.1. Os preços inicialmente registrados e/ou contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, a contar da data do orçamento estimado.

13.2. Decorrido o prazo acima estipulado, e independentemente de pedido da PRESTADORA REGISTRADA/CONTRATADA, os preços originariamente registrados serão reajustados, mediante a aplicação do IPCA (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.3. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação vigente.

13.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.5. O reajuste será realizado por apostilamento.

14 - DO VALOR ESTIMADO

14.1. O valor estimado desta contratação encontra-se autuado no processo, conforme preço estimado apurado pelo Departamento Municipal de Compras e anexado ao processo, estando disponível para consulta de quaisquer interessados na plataforma eletrônica do pregão.

15 - DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. A dotação orçamentária para cobrir eventuais despesas decorrente desta contratação estão previstas no presente exercício nas rubricas nº:

FICHA	FONTE	DOTAÇÃO
61	1.500 / 2.500	02.04.01.27.812.0004.2010.3.3.90.30.00
74	1.500	02.04.02.13.392.0004.2013.3.3.90.30.00
57	1.500	02.04.01.27.122.0002.2009.3.3.90.39.00
62	1.500 / 2.500	02.04.01.27.812.0004.2010.3.3.90.39.00
75	1.500 / 2.500	02.04.02.13.392.0004.2013.3.3.90.39.00
135	1.500 / 2.500	02.06.01.15.452.0011.2028.3.3.90.30.00
127	1.500 / 2.500	02.06.01.15.451.0011.2027.3.3.90.30.00
136	1.500 / 2.500	02.06.01.15.452.0011.2028.3.3.90.39.00
128	1.500	02.06.01.15.451.0011.2027.3.3.90.39.00

15.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro, de acordo com a respectiva LOA.

16 - SETOR REQUISITANTE

16.1. Secretaria Municipal de Obras e Transportes, Secretaria Municipal de Esportes, Cultura, Lazer, Eventos e Turismo e Secretário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais - CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º 268, Rosário, CEP 35.610-000

ANEXO II

MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 006/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 015/2026

- MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA COMERCIAL -

Apresentamos nossa proposta para execução do objeto deste Pregão, acatando todas as estipulações consignadas no Edital, conforme abaixo:

REF: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E SUBSTITUIÇÃO PONTUAL DE EQUIPAMENTOS DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E ORNAMENTAL DO MUNICÍPIO DE DORES DO INDAIÁ-MG, COMPREENDENDO, CONFORME DEMANDA TÉCNICA, A RETIRADA DE EQUIPAMENTOS EXISTENTES E A INSTALAÇÃO DE NOVOS POSTES, LUMINÁRIAS PÚBLICAS DE LED, REFLETORES E LUMINÁRIAS DECORATIVAS ORNAMENTAIS, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES DESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

LOTE 01						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	FABRICANTE/ MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.1	LUMINÁRIA PÚBLICA LED MÁXIMO DE 200W. CONFORME ITEM 3.2.1	Unid.	100			
1.2	LUMINÁRIA PÚBLICA LED MÁXIMO DE 150W. CONFORME ITEM 3.2.1	Unid.	100			
1.3	LUMINÁRIA PÚBLICA LED MÁXIMO DE 100W. CONFORME ITEM 3.2.1	Unid.	400			
1.4	LUMINÁRIA PÚBLICA LED MÁXIMO DE 50W. CONFORME ITEM 3.2.1	Unid.	600			
1.5	Poste escalonado 12 metros. Conforme Item 3.2.5	Unid.	120			
1.6	Poste escalonado 8.5 metros. Conforme Item 3.2.5	Unid.	200			
1.7	Kit Braço 3 metros juntamente com kit de ferragem. Conforme Item 3.2.6	Unid.	200			
1.8	Kit Braço 2 metros juntamente com kit de ferragem. Conforme Item 3.2.6	Unid.	200			



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais - CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

1.9	Relé fotoeletrônico com proteção de Sobretensão. Conforme Item 3.2.7	Unid.	200			
1.10	Bloqueador de Vazamento de Corrente. Conforme Item 3.2.8	Unid.	200			
1.11	Instalação Luminária Pública de Led juntamente com material elétrico.	Serv.	1200			
1.12	Retirada de Luminária Pública de Led com descarte.	Serv.	1200			
1.13	Instalação de braço em poste (Braço, parafusos e ferragens).	Serv.	600			
1.14	Retirada de braço em poste (Braço, parafusos e ferragens, com descarte).	Serv.	600			
1.15	Instalação de poste	Serv.	320			
1.16	Retirada de poste com descarte.	Serv.	320			
VALOR TOTAL:		R\$.....				

LOTE 02						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	FABRICANTE/ MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2.1	LUMINÁRIA TIPO ORNAMENTAL TIPO REPUBLICANO LED 75W.(POSTE ORNAMENTAL) CONFORME ITEM 3.2.3	Unid.	300			
2.2	LUMINÁRIA LED DECORATIVA DE PRAÇA 50W. (POSTE ORNAMENTAL) CONFORME ITEM 3.2.4	Unid.	150			
2.3	LUMINÁRIA LED DECORATIVA DE PRAÇA 100W. (POSTE ORNAMENTAL) CONFORME ITEM 3.2.4	Unid.	150			
2.4	Instalação de Luminária Decorativa/Projeto	Serv.	600			
2.5	Retirada de Luminária Decorativa com descarte	Serv.	600			
VALOR TOTAL:		R\$.....				



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais - CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º 268, Rosário, CEP 35.610-000

LOTE 03						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	FABRICANTE/ MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
3.1	Refletor Led 1000W. Conforme item 3.2.2	Unid.	50			
3.2	Refletor Led 500W. Conforme item 3.2.2	Unid.	100			
3.3	Refletor Led 200W. Conforme item 3.2.2	Unid.	300			
3.4	Refletor Led 150W. Conforme item 3.2.2	Unid.	100			
3.5	Refletor Led 100W. Conforme item 3.2.2	Unid.	200			
3.6	Refletor Led 50W. Conforme item 3.2.2	Unid.	400			
3.7	Instalação de Refletor de Led	Serv.	1000			
3.8	Retirada de Refletor de Led com descarte	Serv.	1000			
VALOR TOTAL:		R\$.....				

LOTE 04			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
4.1	POSTE SOLAR C /LUMINARIA + BATERIA + CONTROLADO DE CARGA + BRAÇO E PLACA FOTOVOLTAICA.	Unid.	200

VALOR TOTAL DA PROPOSTA:

LOTE 01: R\$.... (por extenso)

LOTE etc.: R\$.... (por extenso)

(no preço proposto, que constituirá a única e completa remuneração, deverão ser computados o lucro e todos os custos, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias, bem como quaisquer outras obrigações inerentes à execução do objeto, não sendo admitidos pleitos de acréscimos a qualquer título.)

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias contados da data-limite prevista para entrega das propostas.

PRAZO DE EXECUÇÃO: os serviços solicitados deverão ser prestados aos respectivos setores requisitantes em até 5 (cinco) dias úteis a contar da solicitação\ordem de serviço ou instrumento equivalente, tendo em vista a natureza técnica do objeto.

PRAZO DE GARANTIA DO OBJETO:



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais - CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

❖ **DA GARANTIA DOS SERVIÇOS:** Os serviços prestados deverão ser garantidos contra vícios, imperfeições, imprecisões, deficiências técnicas e desconformidades ao que fora solicitado, nos termos do Art. 140, §2º, da Lei 14.133/2021, sem prejuízo da garantia legal de que trata a Lei nº 8.078/90, a contar da data de seu recebimento pelo Município. Aspectos relacionados com reaperto, fixação, infiltração, desprendimento, falhas elétricas de conexão e problemas estruturais inserem-se na presente garantia, sem exclusão de eventuais penalidades administrativas e rescisão contratual e/ou cancelamento do registro de preços.

❖ **DA GARANTIA DOS PRODUTOS UTILIZADOS E DAS LUMINÁRIAS LED:** os produtos fornecidos deverão oferecer a garantia legal de que trata a Lei nº 8.078/90, adotando-se, para tanto, como termo inicial a data de recebimento pelo Município, sendo que as luminárias LED deverão oferecer garantia contra defeitos de fabricação pelo período de 5 (cinco) anos, com reposição à cargo da contratada, adotando-se, para tanto, como termo inicial a data de recebimento definitivo do objeto.

DECLARO:

- ***concorda com todos os termos estabelecidos neste edital, em cumprimento ao que determina todas as suas cláusulas, prazos, especificações e condições.***
- ***que estou de acordo com todas as normas deste edital e seus anexos, e que o objeto do certame será entregue conforme estipulado neste edital.***

_____, _____ de _____ de 2026.

IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE

Assinatura digital do Representante Legal da Licitante

Nome

Nº Cédula de Identidade/CPF

CNPJ da empresa

OBS 1: O preenchimento do presente modelo de proposta não supre o preenchimento do respectivo campo correspondente na plataforma eletrônica.

OBS 2: A plataforma eletrônica do pregão possui campo próprio do preenchimento da proposta, o qual deverá ser preenchido de modo que a licitante **não** seja identificada para eventual fase de lances, **sendo que o presente anexo se presta ao envio da proposta final, já realinhada com o eventual lance final ofertado.**

OBS 3: A apresentação do presente anexo acarretará a conformidade da proposta da LICITANTE com todas as características do objeto e exigências constantes no edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais - CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º 268, Rosário, CEP 35.610-000

ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 006/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 015/2026

MINUTA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 000/2026

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 006/2026.

PROCESSO N.º 015/2026.

VALIDADE: 1 ANO.

*O **MUNICÍPIO DE DORES DO INDAIÁ-MG**, inscrito no CNPJ 18.301.010/0001-22, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Praça do Rosário, n.º 268, Bairro Rosário, Dores do Indaiá-MG, CEP 35.610-000, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Obras e Transportes, Sr. DERLI ADRIANO FERREIRA, nos termos da Lei 14.133/2021, Decreto 11.462/2023, Decreto Municipal 15/2026, Lei Complementar 123/06 e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão, na forma eletrônica, PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2026, por deliberação do Pregoeiro oficial, e, homologado conforme processo licitatório nº 015/2026, RESOLVE registrar os preços para a contratação dos serviços constantes desta ata e seus anexos, a serem utilizados pelo Município de Dores do Indaiá-MG, tendo sido os referidos preços oferecidos pelas empresas signatárias desta ata e seus anexos, cujas propostas foram classificadas em primeiro lugar, observadas as cláusulas e condições que se seguem:*

01 - DO OBJETO: ESPECIFICAÇÕES - QUANTITATIVOS - PREÇO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para **eventual contratação de empresa especializada em serviços de manutenção e substituição pontual de equipamentos do sistema de iluminação pública e ornamental do Município de Dores do Indaiá-MG, compreendendo, conforme demanda técnica, a retirada de equipamentos existentes e a instalação de novos postes, luminárias públicas de**



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais - CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

LED, refletores e luminárias decorativas ornamentais, constantes da tabela abaixo, em que são discriminados a especificação, consumo estimado e o valor unitário, atendendo as condições previstas no Edital de licitação:

LOTE 01						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	FABRICANTE/ MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.1	LUMINÁRIA PÚBLICA LED MÁXIMO DE 200W. CONFORME ITEM 3.2.1	Unid.	100			
1.2	LUMINÁRIA PÚBLICA LED MÁXIMO DE 150W. CONFORME ITEM 3.2.1	Unid.	100			
1.3	LUMINÁRIA PÚBLICA LED MÁXIMO DE 100W. CONFORME ITEM 3.2.1	Unid.	400			
1.4	LUMINÁRIA PÚBLICA LED MÁXIMO DE 50W. CONFORME ITEM 3.2.1	Unid.	600			
1.5	Poste escalonado 12 metros. Conforme Item 3.2.5	Unid.	120			
1.6	Poste escalonado 8.5 metros. Conforme Item 3.2.5	Unid.	200			
1.7	Kit Braço 3 metros juntamente com kit de ferragem. Conforme Item 3.2.6	Unid.	200			
1.8	Kit Braço 2 metros juntamente com kit de ferragem. Conforme Item 3.2.6	Unid.	200			
1.9	Relé fotoeletrônico com proteção de Sobretensão. Conforme Item 3.2.7	Unid.	200			
1.10	Bloqueador de Vazamento de Corrente. Conforme Item 3.2.8	Unid.	200			
1.11	Instalação Luminária Pública de Led juntamente com material elétrico.	Serv.	1200			
1.12	Retirada de Luminária Pública de Led com descarte.	Serv.	1200			
1.13	Instalação de braço em poste (Braço, parafusos e ferragens).	Serv.	600			
1.14	Retirada de braço em poste (Braço, parafusos e ferragens, com descarte).	Serv.	600			
1.15	Instalação de poste	Serv.	320			



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais - CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

1.16	Retirada de poste com descarte.	Serv.	320			
VALOR TOTAL:			R\$.....			

LOTE 02						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	FABRICANTE/ MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2.1	LUMINÁRIA TIPO ORNAMENTAL TIPO REPUBLICANO LED 75W.(POSTE ORNAMENTAL) CONFORME ITEM 3.2.3	Unid.	300			
2.2	LUMINÁRIA LED DECORATIVA DE PRAÇA 50W. (POSTE ORNAMENTAL) CONFORME ITEM 3.2.4	Unid.	150			
2.3	LUMINÁRIA LED DECORATIVA DE PRAÇA 100W. (POSTE ORNAMENTAL) CONFORME ITEM 3.2.4	Unid.	150			
2.4	Instalação de Luminária Decorativa/Projektor	Serv.	600			
2.5	Retirada de Luminária Decorativa com descarte	Serv.	600			
VALOR TOTAL:			R\$.....			

LOTE 03						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	FABRICANTE/ MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
3.1	Refletor Led 1000W. Conforme item 3.2.2	Unid.	50			
3.2	Refletor Led 500W. Conforme item 3.2.2	Unid.	100			
3.3	Refletor Led 200W. Conforme item 3.2.2	Unid.	300			
3.4	Refletor Led 150W. Conforme item 3.2.2	Unid.	100			
3.5	Refletor Led 100W. Conforme item 3.2.2	Unid.	200			
3.6	Refletor Led 50W. Conforme item 3.2.2	Unid.	400			



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais - CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º 268, Rosário, CEP 35.610-000

3.7	Instalação de Refletor de Led	Serv.	1000			
3.8	Retirada de Refletor de Led com descarte	Serv.	1000			
VALOR TOTAL:			R\$.....			

LOTE 04			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
4.1	POSTE SOLAR C /LUMINARIA + BATERIA + CONTROLADO DE CARGA + BRAÇO E PLACA FOTOVOLTAICA.	Unid.	200

1.2. A tabela acima não suprime as condições gerais e estabelecidas no termo de referência, apenas as reitera e complementa.

1.3. O critério de mensuração será a unidade "SV", que deverá envolver todos os custos e encargos inclusos na prestação do serviço.

1.4. A "quantidade" do SERVIÇO (SV), foi definida levando-se em conta a periodicidade ANUAL para efeitos de remuneração e aferição da execução.

1.5. Especificações técnicas mínimas para luminárias de led conforme cenário "SISTEMA PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA VIÁRIA":

1.5.1. O fabricante/modelo ofertado obrigatoriamente deverá apresentar o registro no INMETRO, Conforme Portaria nº 62, de 17 de fevereiro de 2022, para Luminárias Públicas Viárias, respeitando seu prazo de exigência conforme consta em Portaria, com registro válido e vigente, na qual, sendo que o motivo de tal exigência é a manutenção da garantia de 5 anos para os produtos possa ser aferida dentro de padrões objetivos, pois sendo a data limite até 2030, a Portaria regulamenta que o fabricante/importador deve obrigatoriamente possuir o registro válido e vigente, o que, por conseguinte, implica que o fabricante apto com registro no INMETRO tenha condições de repor os mesmos produtos ofertados oriundos deste processo licitatório, sem riscos de prejuízo ao erário municipal.

1.5.2. Características elétricas:

- Potência elétrica máxima estipulada com tolerância superior até 5%;
- Fator de potência igual ou superior a 0,98;
- Distorção harmônica total (THD) menor ou igual a 10%;
- Deve possuir classificação I ou superior, em relação à NBR NM 60335-1:2010, ou seja, a proteção contra choques elétricos não devem ser assegurados apenas pela isolamento básica, mas sim também pela ligação do condutor de aterramento à carcaça;
- A luminária deve possuir Protetor de Surto DPS com proteção de todos os componentes da luminária, classe II, em série, monopolar, $U_o = 220V$, $U_p \leq 1,5kV$, $I_n \geq 5kA$, $I_{max} \geq 15kA$, Fase-Fase ou Fase-Neutro dependendo da região;
 - nível de proteção (U_p): $\leq 1,5 kV$;
 - b) máxima tensão de operação (U_c): $\geq 275Vac$;



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais - CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º 268, Rosário, CEP 35.610-000

- c) corrente de descarga máxima ($I_{max} @ 8/20\mu s$): $\geq 12kA$;
- d) corrente de carga nominal (I_L em série @ 60Hz): $\geq 10A$; e
- e) suportabilidade a sobretensões temporárias: $\geq 380V$ durante $\geq 60min$.
- O conjunto deverá operar em regime de trabalho com temperaturas ambiente entre $-5^{\circ}C$ e $+50^{\circ}C$;
- Funcionamento com luminosidade total imediata após retorno de fornecimento de energia;
- Vida útil igual ou superior a 102.000 (cento e duas mil) horas para o conjunto, ela deve estar informada em seu registro ativo em relação ao INMETRO;
- As luminárias deverão ser fornecidas completamente montadas pelo fabricante, incluindo todos os seus componentes e acessórios, prontas para serem instaladas na rede de iluminação pública em tensão nominal 220VAC Fase-Fase ou Fase-Neutro dependendo da região, tolerância de $10\% \pm$, 60 Hz, e considerar a tolerância de tensão estabelecida pela ANEEL;
- Eficiência acima de 140 L/W medido;
- Fornecer o conjunto com cabos;
- Driver Incorporado internamente à luminária não devendo ser fixo com possibilidade de upgrade ou manutenção, deverá possuir dimerização através do padrão 0-10V ou DALI; > Driver com saída em corrente/tensão contínua (DC) com no mínimo 90% de eficiência.

1.5.3. Características mecânicas:

- Construída com chassi e bloco de suporte (corpo único) em alumínio injetado a alta pressão, com vedação em borracha de silicone resistente ao calor, composta por diodos emissores de luz (LEDs) branco, alto-brilho. Comprovação da Liga de Alumínio através de Ensaio Químico;
- Proteção aos impactos mecânicos externos mínima IK08;
- Ensaio de resistência a força do vento.
- Grau de proteção no mínimo IP-66 (Ingress Protection): A luminária, incluindo todo o seu conjunto óptico e tomada relê, deve possuir grau de proteção IP 66 total tanto para o conjunto ótico quanto para o alojamento para equipamentos auxiliares (driver, DPS e tomada relê);
- DPS externo tipo plug and play;
- Encaixe lateral para braço e ponta de poste com diâmetro de 48mm a 61,0mm variação, com ajuste do ângulo de montagem (Variação total mínima de 10°), ajuste deverá fazer parte da luminária, não sendo admitido o uso de adaptador;
- Válvula de alívio de pressão sem adaptação na peça ou furo exposto ao tempo;
- Pintado eletrostaticamente com tinta poliéster em pó;
- A luminária deverá possuir na parte superior uma tomada para 7 pinos IP66 com vedação interna para tele gestão conforme ANSI C136.41-2013;



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais - CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

- A Luminária deve possuir fácil montagem para instalação e atualização (upgrade) de placas e drivers de energia;
- A abertura e fechamento da luminária deve permitir fácil acesso aos equipamentos sem perda de vedação e grau de proteção;
- Aletas de dissipação de calor formadas no próprio corpo da luminária, tendo todo o seu corpo em alumínio injetado à alta pressão;
- Não deve possuir orifícios ou cavidades que acumulem sujeira ou permitam a entrada de insetos;
- Deverá possuir lente secundária de vidro plano temperado de no mínimo 4mm de espessura, não sendo admitido policarbonato, acrílico ou similares;
- Peso máximo da Luminária não deve exceder 5,5kg;
- Deverá possuir ajuste de inclinação (ajuste de pescoço) de no mínimo -5° a +5°;
- Ensaio de carregamento 10x (vezes) o peso da luminária na Vertical e Horizontal;
- Pintado eletrostaticamente com tinta poliéster em pó;
- Ensaio de Corrosão a exposição de Névoa Salina 200 horas;
- A luminária deverá possuir em seu corpo nível bolha interna ou externamente, garantindo assim o ajuste correto, aproveitamento do rendimento fotométrico e evitando o ofuscamento.

1.5.4. Características fotométricas:

- eficiência mínima de 140 lm/w medido, conforme ensaio apresentado; classificação quanto à distribuição de intensidade luminosa (item 4. 3. 3 da nbr 5101:2018) tipo ii, como limitada (cut-off) ou totalmente limitada (full cut-off);
- temperatura de cor de 4.000k ou 5000k, tolerância de +/- 5%;
- irc igual ou superior a 70.

	QUANT.	UNID.	POTÊNCIA MÁXIMA	FLUXO MÍNIMO (lm)
1.1	100	UN	200W	28.000
1.2	100	UN	150W	21.000
1.3	400	UN	100W	14.000
1.4	600	UN	50W	7.000

**A eficiência total mínima aceitável será de 140lm/W.*

1.5.5. Tomada da luminária:

- A luminária deverá possuir tomada padrão ANSI C136.41-7 pinos, embutida em seu corpo, que deverá possibilitar a instalação de Relé Foto controlador, conforme item 5.2.2 da ABNT NBR 5123;
- A tomada deverá permitir o giro em torno de seu eixo vertical de 345° +/- 10°, sem danos aos condutores de ligações elétricas;
- A tomada deverá, ainda, proporcionar o travamento do Relé Foto controlador em qualquer posição, sem uso de ferramenta especial, de forma a possibilitar a orientação do fotossensor contra incidência de luz artificial.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º 268, Rosário, CEP 35.610-000

1.6. Especificações técnicas mínimas para luminárias tipo refletor de LED conforme cenário “SISTEMA PARA ILUMINAÇÃO ESPORTIVA”:

1.6.1. Características elétricas:

- Potência elétrica máxima estipulada neste Caderno Técnico com tolerância superior de até 10%;
- Fator de potência igual ou superior a 0,95;
- Distorção harmônica total (THD) menor ou igual a 10%;
- Deve possuir classificação I ou superior, em relação à NBR NM 60335-1:2010, ou seja, a proteção contra choques elétricos não devem ser assegurados apenas pela isolamento básica, mas sim também pela ligação do condutor de aterramento à carcaça;
- O conjunto deverá operar em regime de trabalho com temperaturas ambiente entre -30°C a +50°C;
- Funcionamento com luminosidade total imediata após retorno de fornecimento de energia;
- Vida útil igual ou superior a 84.000 (oitenta e quatro mil) horas para o conjunto, ela deve estar informada e calculada pela TM21;
- As luminárias deverão ser fornecidas completamente montadas pelo fabricante, incluindo todos os seus componentes e acessórios, prontas para serem instaladas na rede de iluminação em tensão nominal 220VAC Fase-Fase ou Fase-Neutro dependendo da região, tolerância de 10% ±, 60 Hz, e considerar a tolerância de tensão estabelecida pela ANEEL;
- Eficiência acima de 120L/W;
- Fornecer o conjunto com cabos injetado sem conexões e emendas;
- Driver Incorporado à luminária não devendo ser fixo com possibilidade de upgrade ou manutenção, Driver com saída em corrente/tensão contínua (DC) com no mínimo 90% de eficiência.

1.6.2. Características mecânicas:

- Construída com chassi e bloco modular de suporte em alumínio injetado a alta pressão ou extrudado, com vedação em borracha de silicone resistente ao calor, composta por diodos emissores de luz (LEDs) branco, alto-brilho. Comprovação da Liga de Alumínio através de Ensaio Químico;
- Proteção mecânica mínima IK09;
- Ensaio de resistência de vento;
- Grau de proteção no mínimo IP-66 (Ingress Protection): A luminária, incluindo todo o seu conjunto óptico e conexões, deve possuir grau de proteção IP66;
- Fixação via suporte tipo U regulável em aço galvanizado a fogo com espessura mínima de 3,0 mm;
- Pintado eletrostaticamente com tinta poliéster em pó;
- A Luminária deve possuir fácil montagem para instalação e atualização (upgrade) de placas e drivers de energia;



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais - CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

- Aletas de dissipação de calor formadas no próprio corpo do módulo da luminária;
- Não deve possuir orifícios ou cavidades que acumulem sujeira ou permitam a entrada de insetos;
- Ensaio de vibração realizados nos eixos X, Y e Z
- Ensaio de Corrosão a exposição de Névoa Salina 200 horas;
- Ensaio de resistência a radiação ultravioleta (UV conforme norma ASTM G1564).

1.6.3. Características fotométricas:

- Eficiência luminosa Mínima: 120 lm/W conforme medição de ensaio;
- Abertura de fecho: óptica cônica fechada 30°, óptica cônica média 60°,
 - óptica cônica aberta 90° e óptica street;
 - Temperatura de cor de 2.600K a 5000K, tolerância de +/-10%;
- IRC igual ou superior a 70.

	QUANT.	UNID.	POTÊNCIA MÁXIMA(W)	FLUXO MÍNIMO (Lm)
3.1	50	UN	1000W	120.000
3.2	100	UN	500W	60.000
3.3	300	UN	200W	24.000
3.4	100	UN	150W	18.000
3.5	200	UN	100W	12.000
3.6	400	UN	50W	6.000

**A eficiência total mínima aceitável será de 120lm/W.*

1.7. Especificações técnicas mínimas para luminárias ornamental tipo republicano para aplicação em topo de poste conforme cenário "SISTEMA PARA ILUMINAÇÃO DECORATIVA":

1.7.1. Características elétricas:

- Potência elétrica máxima estipulada neste Caderno Técnico com tolerância superior de até 10%;
- Fator de potência igual ou superior a 0,95;
- Distorção harmônica total (THD) menor ou igual a 10%;
- Deve possuir classificação I ou superior, em relação à NBR NM 60335-1:2010, ou seja, a proteção contra choques elétricos não devem ser assegurados apenas pela isolamento básica, mas sim também pela ligação do condutor de aterramento à carcaça;
- O conjunto deverá operar em regime de trabalho com temperaturas ambiente entre -30°C a +50°C;
- Funcionamento com luminosidade total imediata após retorno de fornecimento de energia;
- Vida útil igual ou superior a 84.000 (oitenta e quatro mil) horas para o conjunto, ela deve estar informada e calculada pela TM21;
- As luminárias deverão ser fornecidas completamente montadas pelo fabricante, incluindo todos os seus componentes e acessórios, prontas



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais - CNPJ 18.301.010/0001-22

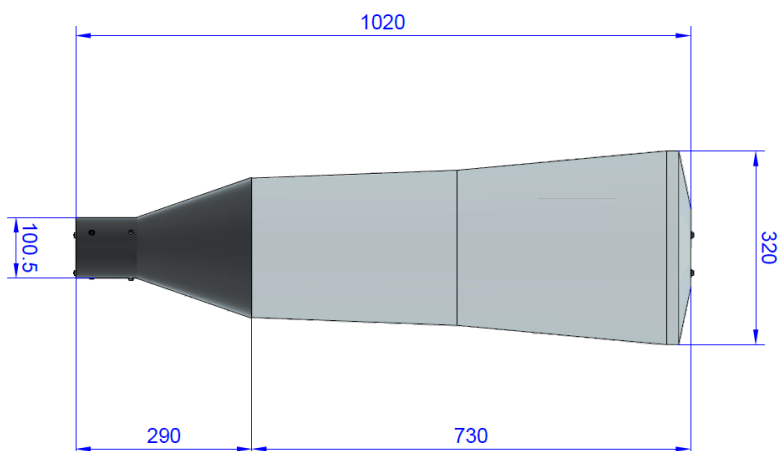
Praça do Rosário, n.º 268, Rosário, CEP 35.610-000

para serem instaladas na rede de iluminação em tensão nominal 220VAC Fase-Fase ou Fase-Neutro dependendo da região, tolerância de $10\% \pm$, 60 Hz, e considerar a tolerância de tensão estabelecida pela ANEEL;

- Eficiência acima de 120L/W;
- Fornecer o conjunto com cabos;
- Driver Incorporado internamente à luminária não devendo ser fixo com possibilidade de upgrade ou manutenção, Driver com saída em corrente/tensão contínua (DC) com no mínimo 90% de eficiência.

1.7.2. Características mecânicas:

- Construída com chassi e bloco de suporte em alumínio extrudado, com vedação em borracha de silicone resistente ao calor, composta por diodos emissores de luz (LEDs) branco, alto-brilho;
- Difusor confeccionado em acrílico ou policarbonato com ensaio UV antienvelhecimento;
- Proteção mecânica mínima IK08;
- Ensaio de resistência ao vento;
- Grau de proteção no mínimo IP-66 (Ingress Protection): A luminária, incluindo todo o seu conjunto óptico e conexões, deve possuir grau de proteção IP66;
- Fixação para topo de poste até 48 mm com parafusos em Inox;
- Pintado eletrostaticamente com tinta poliéster em pó;
- A Luminária deve possuir fácil montagem para instalação e atualização (upgrade) de placas e drivers de energia;
- Não deve possuir orifícios ou cavidades que acumulem sujeira ou permitam a entrada de insetos;
- Ensaio de Corrosão a exposição de Névoa Salina 270 horas;
- Ensaio de resistência a radiação ultravioleta (UV conforme norma ASTM G1564)





PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais - CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

“As imagens apresentadas têm caráter meramente ilustrativo, não se constituindo especificação de modelo, marca ou design, sendo aceitas quaisquer soluções equivalentes que atendam às características técnicas descritas neste Termo de Referência.”

1.7.3. Características fotométricas:

- Fluxo mínimo 120 lm/W conforme ensaio;
- Facho de luz 360°;
 - Temperatura de cor de 3000K a 5000K, tolerância de +/-10%;
- IRC igual ou superior a 70.

	QUANT.	UNID.	POTÊNCIA MÁXIMA(W)	FLUXO MÍNIMO (Lm)
2.1	300	UN	75W	9.000

**A eficiência total mínima aceitável será de 120lm/W.*

1.8. Especificações técnicas mínimas para LUMINÁRIA TIPO DECORATIVA DE PRAÇA PARA APLICAÇÃO EM TOPO DE POSTE PARA ILUMINAÇÃO DECORATIVA DE PRAÇAS:

1.8.1. Características elétricas:

- Potência elétrica máxima estipulada neste Caderno Técnico com tolerância superior de até 10%;
- Fator de potência igual ou superior a 0,95;
- Distorção harmônica total (THD) menor ou igual a 10%;
- Deve possuir classificação I ou superior, em relação à NBR NM 60335-1:2010, ou seja, a proteção contra choques elétricos não devem ser assegurados apenas pela isolamento básica, mas sim também pela ligação do condutor de aterramento à carcaça;
- O conjunto deverá operar em regime de trabalho com temperaturas ambiente entre -30°C a +50°C;
- Funcionamento com luminosidade total imediata após retorno de fornecimento de energia;
- Vida útil igual ou superior a 84.000 (oitenta e quatro mil) horas para o conjunto, ela deve estar informada e calculada pela TM21;
- As luminárias deverão ser fornecidas completamente montadas pelo fabricante, incluindo todos os seus componentes e acessórios, prontas para serem instaladas na rede de iluminação em tensão nominal 220VAC Fase-Fase ou Fase-Neutro dependendo da região, tolerância de 10% ±, 60 Hz, e considerar a tolerância de tensão estabelecida pela ANEEL;
- Eficiência acima de 120L/W;
- Fornecer o conjunto com cabos;
- Driver Incorporado internamente à luminária não devendo ser fixo com possibilidade de upgrade ou manutenção, Driver com saída em corrente/tensão contínua (DC) com no mínimo 90% de eficiência.



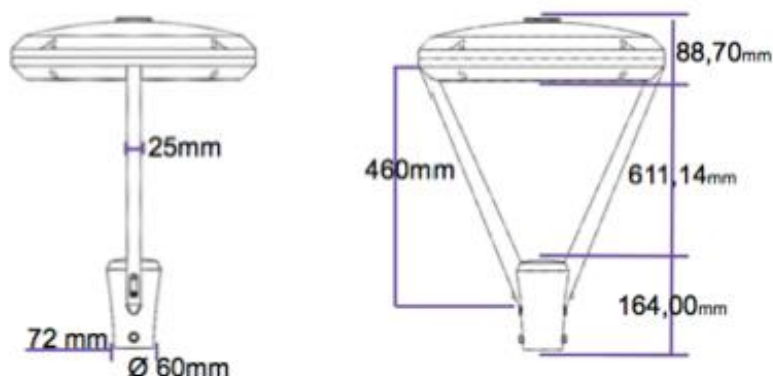
PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais - CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º 268, Rosário, CEP 35.610-000

1.8.2. Características mecânicas:

- Construída com chassi e bloco de suporte em alumínio injetado, com vedação em borracha de silicone resistente ao calor, composta por diodos emissores de luz (LEDs) branco, alto-brilho;
- Difusor confeccionado em vidro temperado 4mm;
- Proteção mecânica mínima IK08;
- Ensaio de resistência ao vento;
- Grau de proteção no mínimo IP-66 (Ingress Protection): A luminária, incluindo todo o seu conjunto óptico e conexões, deve possuir grau de proteção IP66;
- Fixação para topo de poste até 48 mm com parafusos em Inox;
- Pintado eletrostaticamente com tinta poliéster em pó;
- A Luminária deve possuir fácil montagem para instalação e atualização (upgrade) de placas e drivers de energia;
- Não deve possuir orifícios ou cavidades que acumulem sujeira ou permitam a entrada de insetos;
- Ensaio de Corrosão a exposição de Névoa Salina 270 horas.



**Desenho técnico apenas como caráter de comparação.*

1.8.3. Características fotométricas:

- Fluxo mínimo 120 lm/W conforme ensaio;
- Facho de luz 60° e 90°;
- Temperatura de cor de 3000K a 5000K, tolerância de +/- 5%;
- IRC igual ou superior a 70.

	QUANT.	UNID.	POTÊNCIA MÁXIMA(W)	FLUXO MÍNIMO (Lm)
--	--------	-------	--------------------	-------------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais - CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

2.2	150	UN	100W	12.000
2.3	150	UN	50W	6.000

**A eficiência total mínima aceitável será de 120lm/W*



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

1.9. Especificações técnicas mínimas dos POSTES:

1.9.1. Características gerais: Postes produzidos em tubo de aço galvanizado tipo SAE 1010/1020, em seções cilíndricas perfeitamente unidas por meio de junções suaves, soldados entre si, recebem acabamento zincado a fogo por imersão. Projetados e dimensionados para resistir a diferentes velocidades de vento, atendem as Normas, ABNT NBR-14744 da ABNT, galvanização de produtos de aço ABNT NBR 6323 e NBR 6591. Tubos de aço-carbono com solda longitudinal de seção circular, quadrada, retangular e especial para fins industriais.

1.9.2. Características do poste de 12 metros:

- Poste escalonado 12 metros de comprimento
- 140 mm +- 10 mm de diâmetro na base
- 60 mm +- 10 mm de diâmetro no topo
- Tubo com espessura mínima de 2,7 mm
- Tubo em aço galvanizado a fogo
- Resistência mínima no topo de 200 dan.

1.9.3. Características do poste de 8.5 metros:

- Poste escalonado 8.5 metros de comprimento
- 140 mm +- 10 mm de diâmetro na base
- 60 mm +- 10 mm de diâmetro no topo
- Tubo com espessura mínima de 2,7 mm
- Tubo em aço galvanizado a fogo
- Resistência mínima no topo de 150 dan.

1.10. Especificações técnicas mínimas dos BRAÇOS:

1.10.1. Características braços de 3 metros:

- Braço metálico curvo, para instalação de 1 luminária pública em poste metálico ou de concreto.
- Fabricado em tubo de aço carbono SAE 1010/1020, 3m com diâmetro 48,2 mm ou 60,3 mm, espessura mínima de 2,25 mm, com curvatura contínua de raio aproximado de 350 mm.
- Fixação por flange de aço 5 a 6 mm de espessura, com quatro furos Ø 14 mm para parafusos M12.
- Acabamento galvanizado a quente por imersão total conforme NBR 6323, com camada mínima de 600 g/m² de zinco, podendo opcionalmente receber pintura eletrostática a pó poliéster.
- Produto conforme normas CEMIG NTC-905, CEMIG NTC-940, NBR 14744, NBR 6323 e NBR 5580.
- Indicado para instalação de luminárias públicas tipo LED em postes de 6 a 12 m.

1.10.2. Características braços de 2 metros:

- Braço metálico curvo, para instalação de 1 luminária pública em poste metálico ou de concreto.
- Fabricado em tubo de aço carbono SAE 1010/1020, 2m com diâmetro 48,2 mm ou 60,3 mm, espessura mínima de 2,25 mm, com curvatura contínua de raio aproximado de 350 mm.
- Fixação por flange de aço 5 a 6 mm de espessura, com quatro furos Ø 14 mm para parafusos M12.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

- Acabamento galvanizado a quente por imersão total conforme NBR 6323, com camada mínima de 600 g/m² de zinco, podendo opcionalmente receber pintura eletrostática a pó poliéster.
- Produto conforme normas CEMIG NTC-905, CEMIG NTC-940, NBR 14744, NBR 6323 e NBR 5580.
- Indicado para instalação de luminárias públicas tipo LED em postes de 6 a 12 m.

1.11. Kit ferragem para instalação de braço: Kit completo de ferragens e acessórios destinado à instalação de braço de luminária pública em poste de concreto ou metálico, garantindo fixação mecânica segura e conexão elétrica conforme normas vigentes.

Composição mínima do kit:

- 02 (duas) unidades de parafuso tipo “U” (U-bolt) em aço galvanizado, com porcas e arruelas lisas e de pressão;
- 02 (duas) chapas metálicas de fixação (placas de apoio) em aço galvanizado;
- 01 (uma) unidade de braçadeira metálica ou cinta de fixação em aço inox, conforme tipo de poste;
- 01 (um) conjunto de conectores elétricos tipo torção ou luva de emenda, para fase, neutro e terra;
- 01 (um) rolo de fita isolante de alta fusão/autofusão;
- 01 (um) trecho de cabo flexível de cobre, seção mínima 2,5 mm², isolação 750 V;
- 01 (um) conjunto de terminais tipo olhal ou pino, conforme tipo de conexão da luminária;
- 01 (um) dispositivo de aterramento (fio e grampo), quando aplicável.

1.11.1. Características técnicas e exigências:

- Todas as partes metálicas devem ser fabricadas em aço carbono galvanizado a fogo, conforme NBR 6323;
- Os componentes elétricos devem atender às normas NBR 5410 (Instalações Elétricas de Baixa Tensão) e NBR 13570 (Iluminação Pública);
- O kit deve garantir instalação firme, segura e durável, sem causar danos à estrutura do poste;
- Deve permitir a instalação de braço curvo ou reto, com ou sem fotocélula, conforme especificação da luminária pública.

1.12. Especificações técnicas mínimas do RELÉ FOTOELETRÔNICO:



*Relé fotoeletrônico microcontrolado para comando automático de iluminação.

1.12.1. Identificação:



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

- Ter indelevelmente gravado, no mínimo, as seguintes informações na parte superior da tampa ou na lateral: nome e/ou marca do fabricante, tensão nominal a ser aplicada no circuito de comando (105 Vca a 305 Vca, 50/60 Hz), potência: carga máxima para cargas resistivas (1.000W) e lâmpadas à descarga, esquema do contato elétrico NF em operação tipo fail off, indicação do sistema de direcionamento para melhor funcionamento do relé;
- Na parte inferior deverá conter calendário com identificação da data de fabricação (mês e ano), bem como de instalação e retirada do equipamento da rede de distribuição (mês e ano), prazo de garantia de 5(cinco) anos;
- Características Construtivas:
 - i) A base deverá ser fabricada em polipropileno. o suporte de montagem deverá ser em material eletricamente isolante e que não permita a deformação quando do manuseio. deverá ser preso à tampa por sistema que assegure fixação adequada de modo a permitir a sua retirada sem danificação;
 - j) A tampa deverá ser fabricada em policarbonato estabilizado contra radiações uv, eletricamente isolante, resistente a impactos e às intempéries;
 - k) Contatos de encaixe deverão ser de latão estanhado e rigidamente fixados ao suporte;
 - l) O relé não deverá apresentar trincas, rebarbas, arestas vivas ou bolhas;
 - m) Deverá ser selado com solda ultrassônica após a sua montagem final;
 - n) O invólucro do relé deverá ser de material eletricamente isolante resistente a impacto e intempéries, resistente à temperatura de até 70°C, e o suporte de montagem deverá ser em plástico de engenharia, firmemente preso à tampa permitindo correto manuseio sem desprendimento desta, protegendo contra danos ao relé;
 - o) A gaxeta de vedação deverá ser de espuma de borracha ou material elástico com dureza de (35±5) Shore a, com superfície lisa permitindo o giro sem que haja seu deslocamento devendo vedar e evitar o deslocamento indevido do relé após a montagem do conjunto;
 - p) O relé fotoelétrico eletrônico deve possuir um grau mínimo de proteção do conjunto de IP-67 conforme NBR 5123/2016;
- O esquema elétrico deve ser do tipo NF/Fail-Off;
- Possuir sensor óptico empregando qualquer tecnologia disponível desde que seja garantido o seu funcionamento de maneira estável durante sua vida útil;
- Características de Funcionamento:
 - d) Acionamento com retardo de 5s;
 - e) O tempo máximo de operação para ligar e desligar lâmpadas com iluminação constante é de 5 minutos dentro da faixa de operação do sistema: 105 V a 305 V, -5°C a 50°C;
 - f) Consumo próprio máximo deverá ser de 1,0W para funcionamento em 127 v e 220 V.
- O módulo de comutação da carga do relé quando constituído por contatos elétricos físicos não poderão ser micro soldados ou caldeado por correntes ou surtos de corrente que os atravessem, quando sobre os contatos houver diferença de potencial superior a 50V;



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

- Capacidade de carga deverá ser de 1.000 W para carga puramente;
- Os contatos devem ser capazes de suportar 30.000 operações com as cargas indutivas supracitadas, contando-se uma operação para cada ciclo completo (uma abertura e um fechamento), sem sofrer desgastes ou deteriorações que os inutilizem; conforme NBR 5123/2016, deverá possuir gravação em seu invólucro na parte superior de forma visível apresentando a garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.

ENSAIOS EXIGIDOS PARA RELÉ FOTOELÊTRÔNICO CONFORME NBR 5123	Para homologação do modelo – documentos
- Ensaio de Operação mínimo 30.000 ciclos;	X
- Ensaio de Limite de funcionamento;	X
- Ensaio de comportamento;	X
- Ensaio de Durabilidade;	X
- Ensaio de Impacto;	X
- Ensaio de Resistência a radiação Ultravioleta;	X
- Ensaio de Resistência mecânica;	X
- Ensaio de Resistência a corrosão;	X
- Ensaio de Magnetização Residual;	X
- Ensaio de Grau de proteção IP-67;	X
- Ensaio de Aderência a Gaxeta;	X
- Ensaio de impulso combinado de tensão mínimo de 0,6/10kV;	X
- Ensaio e consumo dos reles foto controladores;	X
- Ensaio de Operação mínimo 30.000 ciclos;	X
- Ensaio de Limite de funcionamento;	X
- Ensaio de comportamento;	X
- Ensaio de Durabilidade;	X
- Ensaio de Impacto;	X

OBS: Os relatórios previstos acima deverão ser realizados por laboratórios nacionais ou laboratórios internacionais desde que assinado por profissional competente.

1.13. Características mínimas do BLOQUEADOR DE VAZAMENTO DE CORRENTE: Dispositivo responsável por sinalizar e proteger contrachoque elétricos causados por o vazamento de corrente nos postes. Este deve ser instalado individualmente em cada uma das luminárias nos postes e deve facilitar a identificação e manutenção dos postes através da sinalização.

Características Elétricas:

BLOQUEADOR DE VAZAMENTO DE CORRENTE		
CARACTERÍSTICAS	VALORES	OBSERVAÇÕES



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

ELÉTRICA		
Tensão de Entrada	Nominal 220 VAC/50-60Hz	Min 160VAC e Max de 270VAC
Corrente de Bloqueio	< 30mA	Tempo < 50ms
Corrente Máxima	5 A	Luminária led até 1,1KW
Reset	Imã	externo
SINALIZAÇÃO		
LED AZUL/VERDE	LIGADO	
LED VERMELHO	BLOQUEADO	
LED APAGADO	Queimado ou desligado	Tensão de entrada <160 VAC
CONEXÕES		
Entrada (F) Preto, (N) Branco	1,5mm 1kV - 30cm	
Saída (F) Ver./Marrom, (N) Azul	1,5mm 1kV - 30cm	
OUTRAS		
IP	IP68	compatível
IK	IK08	compatível
Posição de Trabalho	Horizontal e Vertical	
Fixação	Caixa de passagem no solo	ou braçadeiras
Temperatura	-25°C a 65°C	Operação
Caixa	ABS com proteção UV	

RESET – Caso o LED esteja vermelho, quando um ímã passar próximo ao dispositivo ele reinicializará o mesmo. Se tudo estiver de acordo, o LED ficará azul, caso contrário, vermelho.

1.14. DETALHAMENTO TÉCNICO – SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA:

1.14.1. Escopo Completo de Mão de Obra: O serviço compreende todas as etapas técnicas, operacionais e de segurança necessárias para a instalação de uma luminária LED, incluindo:

- Análise prévia das condições do poste e da rede (vistoria técnica).
- Conferência do braço, fixações, aterramento e integridade mecânica.
- Desenergização conforme NR-10 / Procedimento de Bloqueio LOTO.
- Elevação com caminhão-cesta (quando aplicável).
- Montagem do conjunto fotométrico no braço: alinhamento e torque.
- Interligação elétrica de acordo com NBR 5410:
 - o Utilização de cabos antichama;
 - o Fios estanhados;
 - o Conectores tipo cunha, torção ou perfurante;
 - o Fitolho isolante de alta fusão.

1.14.2. Normas Obrigatórias:

- ABNT NBR 5101:2024 – Iluminação Pública
- ABNT NBR 5410 – Instalações Elétricas
- ABNT NBR 15129 – Ensaios e segurança de luminárias
- NR-10 – Segurança em Instalações Elétricas
- NR-35 – Trabalho em Altura
- Normas da concessionária local (CPFL, CEMIG, COPEL, ENEL etc.)

1.14.3 Critérios Técnicos de Execução mínimos:

- Nivelamento horizontal e vertical da luminária.
- Ângulo fotométrico conforme projeto luminotécnico municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

- Fixação com torque conforme prescrição do fabricante.
- Garantia da vedação IP da luminária e dos prensa-cabos.
- Conferência de tensão, corrente, fase, neutro e aterramento.

1.14.4. Testes Finalísticos:

- Teste funcional (energização).
- Medições com multímetro.
- Registro fotográfico georreferenciado.
- Atualização cadastral do ponto instalado.

1.14.5. Instalação de luminária pública LED com kit de material elétrico: Serviço inclui vistoria técnica prévia, desenergização conforme NR-10/LOTO, montagem segura em poste existente, nivelamento fotométrico de acordo com NBR 5101, parafusação com torque controlado, interligação elétrica com cabos antichama, conectores isolados, isolação de alta fusão, aterramento e teste funcional. Conformidade com NBR 5410, NBR 15129, NR-35 e normas da concessionária local.

1.14.6. Retirada de luminária pública com descarte: Inclui desmontagem controlada em altura, desenergização NR-10, remoção segura da luminária, separação dos materiais, acondicionamento e descarte ambiental conforme PNRS e NBR 10004. Quando solicitado, emissão de MTR e destinação em local licenciado.

1.14.7. Instalação de braço em poste com kit de ferragens: Fixação de braço metálico com ferragens galvanizadas, torque normativo, alinhamento horizontal, inspeção do poste, verificação de integridade mecânica e distância segura da rede elétrica. Aplicação de NBR 15214, NBR 14744, NR-10 e NR-35.

1.14.8. Retirada de braço de poste com descarte: Remoção de braço metálico preservando o poste, desmontagem com ferramentas isoladas, limpeza da área e descarte ambientalmente correto das ferragens conforme PNRS e NBR 10004.

1.14.9. Instalação de poste: Escavação conforme NBR 6122, preparação do solo, aplicação de lastro, inserção do poste com prumo, compactação da base, instalação de eletrodutos e caixas, e verificação de estabilidade. Aplicação de NR-18, NR-35, NBR 14744 e NBR 8451.

1.14.10. Retirada de poste com descarte: Inclui isolamento da área, escavação, corte da base se necessário, remoção com caminhão munck/guindauto, transporte e descarte conforme legislação ambiental PNRS/NBR 10004.

1.14.11. Instalação de luminária decorativa com kit de material elétrico: Montagem em poste decorativo, interligação com conectores IP67, alinhamento estético e fotométrico, garantia de preservação visual e execução conforme NBR 5101, NBR 5410, NBR 15129.

1.14.12. Retirada de luminária decorativa com descarte: Desmontagem preservando pintura e estética do poste decorativo. Separação dos materiais e descarte ambiental de acordo com PNRS.

1.14.13. Instalação de luminária projetor (LED/REFLETOR) com kit elétrico: Fixação em suportes metálicos, quadras, fachadas ou colunas, parafusação ASTM, travas químicas, ajuste de ângulo com inclinômetro, ligação elétrica reforçada e teste conforme NBR 8995-1 para áreas esportivas ou industriais.

1.14.14. Retirada de luminária projetor com descarte: Desmontagem segura em altura, remoção de suportes e ferragens, isolamento elétrico, acondicionamento do projetor e descarte conforme NBR 10004 / PNRS.

1.15. Todos os produtos deverão atender às normas aplicáveis da **ABNT, INMETRO e ANEEL**, quando exigido em razão da natureza do item contratado.

1.16. As embalagens e rótulos dos produtos deverão estar redigidos em **língua portuguesa**, contendo instruções de uso, recomendações de segurança e informações para atendimento ao consumidor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º 268, Rosário, CEP 35.610-000

1.17. Os produtos relacionados com a prestação de serviço referenciada somente serão aceitos se acondicionados em embalagem original, com lacre inviolável, sem indícios de violação/adulteração, umidade, oxidação, inadequação de conteúdo ou comprometimento das especificações, com devido registro emitido pelos órgãos reguladores competentes e em perfeitas condições de utilização.

1.18. Não serão aceitos produtos usados, reconicionados, adulterados, com indícios de desgaste ou desconformidade técnica.

1.19. Quando indispensável a referência a marcas ou fabricantes para fins de padronização técnica, deverá ser considerada a expressão “ou equivalente”, “ou similar” ou “de melhor qualidade”, salvo quando se tratar de peças exclusivas do fabricante do equipamento. A indicação de marca como parâmetro de qualidade poderá ser utilizada exclusivamente para facilitar a descrição do objeto, conforme entendimento do TCU – Acórdão 2401/2006, item 9.3.2 (Plenário).

1.20. As normas ambientais e de segurança do trabalho devem ser rigorosamente observadas pelo fornecedor, sob pena de sua exclusiva responsabilização.

1.21. De acordo com a legislação vigente o fornecedor/prestador será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes do fornecimento, prestação de serviços ou de materiais empregados.

1.22. A relação contratual decorrente desta contratação, não será de nenhuma forma, fundamento para a constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a prestadora beneficiária da ata de registro de preços venha a empregar na execução do objeto.

1.23. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS: Os serviços prestados deverão ser garantidos contra vícios, imperfeições, imprecisões, deficiências técnicas e desconformidades ao que fora solicitado, nos termos do Art. 140, §2º, da Lei 14.133/2021, sem prejuízo da garantia legal de que trata a Lei nº 8.078/90, a contar da data de seu recebimento pelo Município. Aspectos relacionados com reaperto, fixação, infiltração, desprendimento, falhas elétricas de conexão e problemas estruturais inserem-se na presente garantia, sem exclusão de eventuais penalidades administrativas e rescisão contratual e/ou cancelamento do registro de preços.

1.24. DA GARANTIA DOS PRODUTOS UTILIZADOS E DAS LUMINÁRIAS LED: os produtos fornecidos deverão oferecer a garantia legal de que trata a Lei nº 8.078/90, adotando-se, para tanto, como termo inicial a data de recebimento pelo Município, sendo que as luminárias LED deverão oferecer garantia contra defeitos de fabricação pelo período de 5 (cinco) anos, com reposição à cargo da contratada, adotando-se, para tanto, como termo inicial a data de recebimento definitivo do objeto.

1.25. Forma de contratação: O fornecimento ocorrerá mediante solicitação da Secretaria demandante, observada a disponibilidade orçamentária, cronograma interno e conveniência da Administração Municipal.

1.26. É vedada a subcontratação, total ou parcial, do objeto desta licitação sem prévia e expressa autorização do Município de Dores do Indaia/MG, em razão da natureza crítica, técnica e de segurança do objeto.

02 - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a **validade de 1 (UM) ANO**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência da prestadora beneficiária, desde que comprovado o preço vantajoso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

2.2. Nos termos do Art. 19, do Decreto 15/2024 durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo-lhe facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

2.3. No caso de prorrogação da vigência desta ata de registro de preços não ocorrerá a renovação dos quantitativos registrados, devendo a prorrogação de prazo servir apenas para a utilização de eventual saldo restante existente na referida Ata, salvo em casos de serviços/fornecimentos contínuos.

2.4. A Administração poderá deflagrar novo processo para registro de preços ou para adesão a ata de outro ente, para este mesmo objeto, nos 60 (sessenta) dias de antecedência ao término da vigência deste registro de preços ou contrato decorrente, em se tratando de serviços ou fornecimentos essenciais e ou contínuos, vedada a emissão de ordem de fornecimento ou serviço enquanto existentes quantitativos disponíveis nesta ata.

2.5. Ocorrendo qualquer das hipóteses previstas no Art. 28 e 29, do Decreto 15/2026, haverá o cancelamento do registro de prestador/fornecedor e/ou de preços, garantidos aos prestadores beneficiários o contraditório e a ampla defesa.

03 - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, durante sua vigência, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, não participante do registro de preços, desde que respeitado o edital da licitação e seus anexos, observadas a regulamentação estabelecida pelo Decreto 11.462/2023 e Decreto Municipal n.º 15/2024, sobremodo em relação ao limite dos quantitativos permitidos.

04 - DO PREÇO

4.1. Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços são os constantes dela e de seus (eventuais) anexos, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 006/2026.

4.2. Em cada execução decorrente desta Ata serão observadas as disposições da legislação pertinente, assim como as cláusulas e condições constantes do Edital, que integra o presente instrumento de compromisso.

4.3. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 006/2026 pelos prestadores beneficiários da presente Ata, os quais também a integram.

4.4. No preço proposto, que constituirá a única e completa remuneração, deverão ser computados o lucro e todos os custos, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias, bem como quaisquer outras obrigações e encargos inerentes à execução do objeto, não sendo admitidos pleitos de acréscimos a qualquer título.

05 - DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1. Local da prestação/execução: o local de execução será determinado por ocasião da expedição da solicitação/ordem de serviço ou instrumento equivalente, tendo em vista a natureza e especificidades do serviço ora referenciado.

5.2. Prazo para início da execução contratual: serviços solicitados deverão ser prestados aos respectivos setores requisitantes em até 05 (cinco) dias úteis, a contar da solicitação/ordem de serviço ou instrumento equivalente, tendo em vista a natureza técnica do objeto.

06 - DO PAGAMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAÍÁ

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

6.1. Em todos os fornecimentos, o pagamento será feito por crédito em conta corrente na instituição bancária, ou excepcionalmente, pela Tesouraria Municipal, em até 30 (trinta) dias, após recebimento definitivo pela unidade requisitante do objeto, mediante apresentação da Nota Fiscal.

6.2. O pagamento das faturas/notas fiscais seguirá a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, e só será efetuado mediante comprovação de regularidade das obrigações fiscais, trabalhistas, e, em especial junto ao INSS e FGTS.

6.3. Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta será devolvida à prestadora beneficiária e o pagamento ficará pendente até que providencie as medidas saneadoras.

6.4. Na hipótese a que se refere o subitem acima, o pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a data de nova reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus ao Município.

6.5. A prestadora beneficiária deverá faturar as entregas por ordem de serviço/requisição recebidas, sendo vedado acúmulo de pedidos por período superior a um mês, sob pena de não pagamento. Desta forma, fica expressamente proibida a emissão de nota fiscal/fatura com pedidos retroativos ou com acumulado de entregas/fornecimentos superior a um mês.

6.6. As notas fiscais relativas ao mês de dezembro devem ser emitidas, impreterivelmente, até a data de 31.12, do exercício financeiro corrente, sob pena de não serem aceitas pela Contabilidade Municipal.

6.7. Não será efetuado qualquer pagamento à prestadora beneficiária enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência.

6.8. O Município poderá sustar o pagamento a que a prestadora beneficiária tenha direito, enquanto não sanados os defeitos, vícios ou incorreções resultantes da contratação e/ou não recolhimento de multa aplicada.

6.9. Os pagamentos efetuados à prestadora beneficiária não a isentarão de suas obrigações e responsabilidades vinculadas à execução do ajuste firmado, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade.

6.10. O pagamento será efetuado, preferencialmente, por transação bancária eletrônica mediante crédito em conta corrente a ser indicada pela prestadora beneficiária.

6.11. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento não justificados, provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, sendo utilizado, para fins de atualização do valor devido, o IPCA-e/IBGE.

07 - DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. A prestadora beneficiária do presente Registro de Preços, será obrigada a atender todas as ordens de serviço/pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a execução deles decorrente estiver prevista para data posterior a do seu vencimento.

7.2. Se a qualidade dos serviços entregues não corresponder às especificações exigidas no edital do Pregão que precedeu a presente Ata, o serviço deverá ser refeito em tempo hábil que não comprometa o escopo desta contratação e a continuidade dos serviços públicos dependentes do reparo, com reexecução no prazo estabelecido ou glosa proporcional, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

7.3. Cada execução deverá ser efetuada mediante ordem do Setor Requisitante, a qual poderá ser feita por memorando, ofício, e-mail, WhatsApp, devendo dela constar:



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

a data, o valor unitário do serviço, descrição do eventual insumo trocado/reparado, a quantidade pretendida, o local da execução, a identificação do requisitante, o relatório técnico correspondente, e a assinatura do responsável.

7.4. Os serviços deverão ser prestados/recebidos acompanhados da respectiva Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura, conforme o caso.

7.5. A prestadora beneficiária, quando do recebimento da Ordem de serviço ou instrumento hábil, enviada pelo Setor Requisitante, deverá constar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

7.6. A cópia da ordem de serviço referida no item anterior deverá ser devolvida para o Setor Requisitante, a fim de ser anexada ao processo de administração da Ata.

7.7. A prestadora beneficiária da presente ata, fica obrigada a aceitar o acréscimo de até 25% (vinte e cinco por cento) sobre as quantidades estimadas nos contratos decorrentes desta Ata.

7.8. A prestadora beneficiária se obriga a comparecer à sede do Município, ou responder notificação, sempre que solicitada, por meio do preposto, no prazo de 24h (vinte quatro horas) da convocação ou comunicação, para esclarecimento de quaisquer problemas relativos à execução dos serviços ora registrados.

08 - DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento desta Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

8.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva neste registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo participante a aplicação da penalidade.

8.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao gerenciador qualquer das ocorrências previstas no instrumento convocatório, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro da prestadora.

8.4. As hipóteses de cancelamento do registro de preços e/ou rescisão contratual, quando incidentes por fato causado pela prestadora beneficiária do registro, poderão ser cumuladas com as respectivas penalidades, sem prejuízo da cumulação de eventuais multas pertinentes ao caso.

8.5. O valor das multas aplicadas deverá ser pago por meio de guia própria ao Município de Dores do Indaiá-MG, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da sua aplicação ou poderá ser descontado dos pagamentos das faturas devidas pelo Município, quando for o caso.

09 - DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. Considerado o prazo de vigência, estabelecido no item “2.1”, da Cláusula Segunda, da presente Ata, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) em caso de *força maior, caso fortuito ou fato do príncipe* ou em decorrência de *fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis*, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto no Art. 124, *caput*, II, d, da Lei 14.133/2021;



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

c) na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento, revisão ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei 14.133/2021.

9.2. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação.

9.3. Pedidos de revisão ou repactuação devem ser formalizados pelo interessado, contemplando os motivos de fato e de direito que embasam a alteração pleiteada.

10 - DAS HIPÓTESES DE NEGOCIAÇÃO ACERCA DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, a prestadora beneficiária será convocada para negociar a redução do preço registrado.

10.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, a prestadora beneficiária será liberada deste compromisso assumido, quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

10.1.2. Na hipótese acima, serão convocados os licitantes ou prestadores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item "1, a e 2, a", do ANEXO desta ata.

10.1.3. Caso as negociações não tenham êxito, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro de preços, quanto ao item registrado, nos termos do disposto no item "13.1", desta ata, sendo adotadas medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

10.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e a prestadora beneficiária não puder cumprir as obrigações estabelecidas nesta ata, quanto ao item registrado, será facultado requerer a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que a impossibilite de cumprir o compromisso ora assumido.

10.2.1. A prestadora beneficiária encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas nesta ata.

10.2.2. Caso não comprove a existência de fato superveniente que inviabilize o preço ora registrado, o pedido será indeferido e a prestadora beneficiária deverá cumprir as obrigações estabelecidas nesta ata, sob pena de cancelamento do seu registro, quanto ao item registrado, nos termos do disposto no item "12.1,c", desta ata, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no instrumento convocatório e na Lei 14.133/2021.

10.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro da prestadora beneficiária, quanto ao item registrado, nos termos do acima disposto, serão convocados os prestadores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item "1,a e 2,a", do ANEXO desta ata.

10.2.4. Caso as negociações não tenham êxito, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro de preços, quanto ao item registrado, nos termos do disposto no item "13", desta ata, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

10.2.5. Na hipótese de comprovação do preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, o gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

10.3. O gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes desta ata de registro de preços sobre a efetiva alteração de preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no instrumento convocatório.

11 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. O objeto desta Ata de Registro de preços será recebido pela unidade requisitante consoante o disposto na Lei 14.133/2021 e demais normas pertinentes.

12 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA LICITANTE VENCEDORA

12.1. O registro da prestadora beneficiária será CANCELADO, total ou parcialmente, pelo gerenciador, quando:

- a) descumprir as condições desta ata de registro de preços sem motivo justificado;
- b) não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa razoável;
- c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item "10", desta ata;
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV, do *caput*, do Art. 156, da Lei 14.133/2021.
- e) não aceitar o preço revisado pela Administração.

12.2. Na hipótese prevista no Item "12.1, c", caso a penalidade aplicada à prestadora beneficiária não ultrapasse o prazo de vigência desta ata de registro de preços, o gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção deste registro de preços, vedadas novas contratações decorrentes desta ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

12.3. O cancelamento do registro da prestadora beneficiária será formalizado por despacho do Prefeito, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

12.4. Na hipótese de cancelamento do registro da prestadora beneficiária, o gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

13 - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

13.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido da prestadora beneficiária, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item "10", desta ata.

13.2. O cancelamento dos preços registrados será formalizado por despacho do Prefeito, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

13.3. Na hipótese de cancelamento dos preços registrados, o gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

14 - DA AUTORIZAÇÃO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

14.1. As contratações do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Setor requisitante/gerenciador.

15 - DOS PREÇOS REGISTRADOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

15.1. Os preços da(s) primeira(s) classificada(s) e as especificações registradas na presente Ata encontram-se indicado(s) no(s) quadro(s) abaixo, ou respectivo mapa de lances anexado, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

LOTE	Classificação	PRESTADORA REGISTRADA	Valor GLOBAL (R\$)
1	1ª classificação		
2	1ª classificação		
3	1ª classificação		

15.2. O preço registrado, com a indicação dos respectivos prestadores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência desta ata de registro de preços.

16 - DOS CONTRATOS DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. Os contratos decorrentes da presente ata terão sua vigência definida no próprio instrumento contratual, conforme o disposto no Art. 105, da Lei 14.133/2021, observados os respectivos créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

16.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

16.3. Os contratos decorrentes desta Ata poderão sofrer alteração conforme dispõe o Art. 124, da Lei 14.133/2021.

16.4. Os contratos decorrentes desta Ata deverão ser assinados dentro do prazo de validade estabelecido no item “2.1”, desta ata de registro de preços.

16.5. A contratação decorrente do presente registro de preços se formalizará, preferencialmente, mediante ordem de serviço/pedido de compra ou instrumento equivalente, observadas as cláusulas e condições deste edital, desta Ata de Registro de Preços, e da proposta vencedora, podendo se verificar também por instrumento contratual, nos moldes estabelecidos pelo Art. 95 da Lei 14.133/2021, assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão eletrônico SRP n.º 006/2026, as propostas das empresas classificadas no respectivo certame e o cadastro de reserva, se for o caso.

17.2. É vedado efetuar quaisquer acréscimos nos quantitativos desta Ata, conforme estabelece o Art. 22, do Decreto Municipal 15/2024.

17.3. Fica expressamente vedada a participação do Município em outras atas de registro de preços com o mesmo objeto desta, observando-se o prazo de validade disposto no item “2.1”, da Cláusula Segunda, salvo na ocorrência de registro de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, concernente a itens que restaram ora fracassados e/ou desertos, o que, por consequência, demande realização de novo processo licitatório para complementar o presente registro de preços.

17.4. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 14.133/2021, Decreto 11.462/2023, LC 123/06, Decreto Municipal 15/2024, Lei 9784/99 e demais normas aplicáveis à matéria. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.

17.5. Os preços inicialmente registrados/contratados são fixos e irrevogáveis no



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

prazo de um ano, a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido da prestadora registrada, serão reajustados mediante a aplicação do IPCA(IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, conforme critérios e condições estabelecidas no termo de referência.

17.6. Fica eleito o foro desta Comarca de DORES DO INDAIÁ-MG para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em duas vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Dores do Indaiá-MG, ____ de _____ de ____ 2026.

DERLI ADRIANO FERREIRA

Município de Dores do Indaiá-MG

Secretário Municipal de Obras e Transportes

LICITANTE

CNPJ

representante legal

CPF

(qualificação completa)

ANEXO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: CADASTRO DE RESERVA

DO CADASTRO DE RESERVA

1. DOS LICITANTES QUE ACEITARAM COTAR PREÇOS IGUAIS AOS DO LICITANTE VENCEDOR

a) Nos termos do Art. 16, II, *a*, do Decreto Municipal 15/2024, também foram registrados os licitantes que aceitaram cotar o objeto com **preços iguais** ao do vencedor, conforme a seguinte classificação para efeitos de composição do *cadastro de reserva*:

LOTE	Classificação	Licitante
1	2ª classificação	
1	3ª classificação	
1	4ª classificação	
ETC.		

LOTE	Classificação	Licitante
2	2ª classificação	
2	3ª classificação	



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais - CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

2	4ª classificação	
ETC.		

LOTE	Classificação	Licitante
3	2ª classificação	
3	3ª classificação	
3	4ª classificação	
ETC.		

2. DOS LICITANTES QUE MANTIVERAM O PREÇO DE SUA PROPOSTA ORIGINAL

a) Nos termos do Art. 16, II, *b*, do Decreto Municipal 15/2024, também foram cadastrados os licitantes que mantiveram os preços de suas propostas originais, considerado o lance final (se for o caso), conforme a seguinte classificação para efeitos de composição do *cadastro de reserva*:

LOTE	Classificação	Licitante
1	2ª classificação	
1	3ª classificação	
1	4ª classificação	
ETC.		

LOTE	Classificação	Licitante
2	2ª classificação	
2	3ª classificação	
2	4ª classificação	
ETC.		

LOTE	Classificação	Licitante
3	2ª classificação	
3	3ª classificação	
3	4ª classificação	
ETC.		

3. Será respeitada, nas contratações, a *ordem de classificação* dos licitantes ou prestadores registrados nesta ata.

a) Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores de que trata a Cláusula "1, a", antecederão aqueles de que trata a Cláusula "2, a".



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

I - quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

II - quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas no Art. 28 e/ou Art. 29, do Decreto Municipal 15/2024.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais - CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º 268, Rosário, CEP 35.610-000

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 006/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 015/2026

- DECLARAÇÃO -

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, sediada na, n.º, bairro, na cidade de, com o endereço eletrônico, por meio de seu representante legal, *infra-assinado*, e para os fins de participação **no Pregão Eletrônico SRP N.º 006/2026**, **DECLARA** para todos os fins de direito e sob as penalidades cabíveis, **que**:

☐ Atende aos requisitos de habilitação e responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

☐ responde pela autenticidade de todos os documentos apresentados ao (a) Pregoeiro(a), sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;

☐ não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

☐ conhece as especificações do objeto e os termos constantes neste edital e seu(s) Anexos, e que, concorda com todos os termos constantes no mesmo e ainda, que possui todas as condições para atender e cumprir as exigências de execução então contidas;

☐ não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Município ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

☐ cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

☐ a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da entrega das propostas.

☐ para fins do disposto no Art. 68, VI, da Lei nº 14.133/2021, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos (Art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal).

Ressalva: () emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais – CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

☐ nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, NÃO SOFREU condenação judicial, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

☐ que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus Arts. 42 a 49, observado o disposto no Art. 4º, §§ 1º ao 3º, da Lei n.º 14.133/2021.

☐ tem conhecimento acerca da disposição contida no Art. 155, VIII, da Lei 14.133/2021, quanto a apresentação de declaração falsa.

☐ compromete-se a manter, durante a execução da relação contratual, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital de licitação.

☐ compromete-se a repassar na proporção correspondente, eventuais reduções de preços decorrentes de mudanças de alíquotas de impostos incidentes sobre a execução do objeto, em função de alterações de legislação correspondente, publicada durante a vigência da relação contratual.

☐ Tem pleno conhecimento de que o serviço proposto submete-se ao disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor, bem como às especificações e prazos do presente edital.

☐ na qualidade de Proponente do pregão eletrônico instaurado por este Município, o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº e inscrito no CPF sob o nº, cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do Contrato ou instrumento equivalente.

☐ nomeia e constitui o(a) senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º....., para ser o(a) **preposto** responsável para acompanhar a execução do Contrato ou instrumento equivalente, e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações assumidas diante da participação neste instrumento convocatório e seus anexos.

☐ que o endereço correto, em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo de contratação direta, bem como em caso de eventual contratação, é:

E-mail:

Telefone:

Por ser verdade, firmo a presente declaração sob as penas da Lei e para todos os fins de direito.

LOCAL, DEDE 2026.

IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE
CNPJ



PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ

Estado de Minas Gerais - CNPJ 18.301.010/0001-22

Praça do Rosário, n.º268, Rosário, CEP 35.610-000

Nome e Assinatura digital do representante legal
CPF

****UTILIZAR O PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA***

OBS: O PREENCHIMENTO DA PRESENTE DECLARAÇÃO NÃO SUPRE O PREENCHIMENTO DOS RESPECTIVOS CAMPOS CORRESPONDENTES NA PLATAFORMA ELETRÔNICA, SENDO APENAS UM MODELO COMPLEMENTAR PARA APRESENTAÇÃO DAS DECLARAÇÕES EXIGIDAS PELA INCIDÊNCIA DA LEI 14.133/2021.



Prefeitura Municipal de Dorel do Indaiá

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 15/2024, DE 09 DE JANEIRO DE 2024

"REGULAMENTA O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS, INCLUSIVE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o art. 78, inciso V da Lei Orgânica do Municipal.

Considerando a necessidade de regulamentação dos Artigos 82 a 86, da Lei 14.133/2021, no âmbito municipal e de acordo com o interesse público local;

Considerando que o sistema de registro de preços caracteriza importante instrumento de concretização do interesse público local na seara das contratações públicas;

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto dispõe sobre o sistema de registro de preços - SRP para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional, do Município de Dorel do Indaiá-MG.

Art. 2º. Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I - sistema de registro de preços -SRP: conjunto de procedimentos para a realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, às obras e à aquisição e à locação de bens para contratações futuras;

II - ata de registro de preços - documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos ou as entidades participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no edital da licitação, no aviso ou no instrumento de contratação direta e nas propostas apresentadas;



Prefeitura Municipal de Dores do Indaia

Gabinete do Prefeito

III - órgão ou entidade gerenciadora - órgão ou entidade da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e pelo gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente;

IV - órgão ou entidade participante - órgão ou entidade da Administração Pública que participa dos procedimentos iniciais da contratação para registro de preços e integra a ata de registro de preços;

V - órgão ou entidade não participante - órgão ou entidade da Administração Pública que não participa dos procedimentos iniciais da licitação para registro de preços e não integra a ata de registro de preços;

VI - assinatura digital: assinatura eletrônica qualificada, que utiliza certificado digital, nos termos do Art. 10, §1º, da Medida Provisória nº 2.200-2/2001;

VII - plataforma eletrônica: ferramenta informatizada, disponibilizada pela Administração Municipal, para o registro formal de preços relativos a prestação de serviços, obras e aquisição e locação de bens para contratações futuras;

VIII - projeto: documento de planejamento para a contratação que pode ser expresso por meio de um dos seguintes instrumentos: termo de referência, anteprojeto, projeto básico e/ou projeto executivo.

Art. 3º. O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade ou a programas de governo;

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Parágrafo único. O SRP poderá ser utilizado para a contratação de execução de obras e serviços de engenharia, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - existência de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo padronizados, sem complexidade técnica e operacional; e

II - necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado.



Prefeitura Municipal de Dores do Indaiá

Gabinete do Prefeito

§1º A ausência de previsão orçamentária sem a configuração dos demais requisitos deste artigo não é motivo para a adoção do Sistema de Registro de Preços.

Art. 4º. É permitido o registro de preços com indicação limitada a unidades de medida ou contratação, sem indicação do total a ser adquirido, apenas nas seguintes situações:

I - quando for a primeira licitação ou contratação direta para o objeto e Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional não tiver registro de demandas anteriores;

II - no caso de alimento perecível; ou

III - no caso em que o serviço estiver integrado ao fornecimento de bens.

Parágrafo único. Nas situações referidas no *caput*, é obrigatória a indicação do valor máximo da despesa e é vedada a participação de outro órgão ou entidade na ata.

Art. 5º Considera-se Gerenciador do Sistema de Registro de Preços o Município de Estrela do Indaiá-MG.

§1º- Compete ao Prefeito Municipal, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, autorizar a instauração e homologar as licitações para formação de registro de preços.

§2º- O Sistema de Registro de Preços será operacionalizado em plataforma eletrônica, conduzida pela Administração, e deverá ser utilizada para registro dos itens e o gerenciamento da ata de registro de preços.

Art. 6º. Compete ao gerenciador praticar todos os atos de controle e de administração do SRP, em especial:

I - registrar a intenção para registro de preços e dar publicidade aos demais órgãos e entidades para que manifestem seu interesse na aquisição de bens, contratação de obras ou serviços objeto de licitação para Registro de Preços, estabelecendo, quando for o caso, número máximo de participantes, em conformidade com sua capacidade de gerenciamento, observado o parágrafo único deste artigo;

II - promover os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório ou contratação direta;

III - realizar o procedimento licitatório ou contratação direta, bem como todos os atos dele decorrentes, tais como a assinatura da ata e sua disponibilização aos órgãos participantes;

IV - aceitar ou recusar, justificadamente os quantitativos considerados ínfimos;



Prefeitura Municipal de Dores do Indaiá

Gabinete do Prefeito

V - consolidar informações relativas à estimativa individual e ao total de consumo, promover a adequação dos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização, e determinar a estimativa total de quantidades da contratação;

VI - realizar pesquisa de preços para identificar o valor estimado da licitação ou contratação direta, bem como definir a tabela de referência para obras e serviços de engenharia, destacando os respectivos valores que serão licitados;

VII - gerenciar a ata de registro de preços;

VIII - conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados;

IX - deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não tenham manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP;

X - aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório ou na contratação direta;

XI - aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações; e

XII - aceitar, excepcionalmente, a prorrogação do prazo previsto no § 2º, do Art. 31, nos termos do disposto no § 3º, do Art. 31.

§1º O exame e a aprovação das minutas do edital, dos avisos ou dos instrumentos de contratação direta e do contrato serão efetuados exclusivamente pela Assessoria Jurídica do gerenciador.

§2º Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, neste caso:

I - o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.

II - quando adotado o critério de julgamento maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável constará do edital de licitação.

Art. 7º. Compete ao órgão ou à entidade participante, que será responsável por manifestar seu interesse em participar do registro de preços:

I - registrar no SRP digital sua intenção de participar do registro de preços, acompanhada:



Prefeitura Municipal de Dores do Indaiá

Gabinete do Prefeito

- a)* das especificações do item ou do termo de referência ou projeto básico adequado ao registro de preços do qual pretende participar;
 - b)* da estimativa de consumo; e
 - c)* do local de entrega;
- II** - garantir que os atos relativos à inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;
- III** - solicitar, se necessário, a inclusão de novos itens, no prazo previsto pelo gerenciador, acompanhada das informações a que se refere o inciso I e da pesquisa de mercado que contemple a variação de custos locais e regionais;
- IV** - manifestar, junto ao gerenciador, por meio da IRP, sua concordância com o objeto, anteriormente à realização do procedimento licitatório ou da contratação direta;
- V** - auxiliar tecnicamente, por solicitação do órgão ou da entidade gerenciadora, as atividades previstas nos incisos IV e VII do caput do art. 7º;
- VI** - tomar conhecimento da ata de registro de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;
- VII** - assegurar-se, quando do uso da ata de registro de preços, de que a contratação a ser realizada atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados;
- VIII** - zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou de obrigações contratuais;
- IX** - aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informar as ocorrências ao gerenciador e registrá-las formalmente; e
- X** - prestar as informações solicitadas pelo gerenciador quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou à sua entidade.

Art. 8º Para fins de registro de preços, o gerenciador deverá, na fase preparatória do processo licitatório ou da contratação direta, realizar procedimento público de **IRP** para possibilitar, pelo prazo mínimo de oito dias úteis, a participação de outros órgãos ou outras entidades da Administração Pública na ata de registro de preços e determinar a estimativa total de quantidades da contratação, observado, em especial, o disposto nos incisos III e IV, do **caput**, do Art. 6º e nos incisos I, III e IV, do **caput**, do Art. 7º.



Prefeitura Municipal de Dores do Indaiá

Gabinete do Prefeito

§1º- O prazo previsto no *caput* será contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação da IRP na plataforma digital do SRP e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, de que trata o Art. 174 da Lei 14.133/2021.

§2º- O procedimento previsto no *caput* poderá ser dispensado quando o gerenciador for o único contratante.

Art. 9º. A Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional, do Município de Dores do Indaiá/MG, antes de iniciar processo licitatório ou contratação direta, consultarão as IRPs em andamento e deliberarão a respeito da conveniência de sua participação.

Parágrafo único. Constará nos autos do processo de contratação a manifestação do órgão ou da entidade sobre a deliberação de que trata o *caput*.

Art. 10. O processo licitatório para registro de preços será realizado na modalidade concorrência ou pregão.

Art. 11. Será adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto sobre o preço estimado ou a tabela de preços praticada no mercado.

Art. 12. Poderá ser adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens quando for demonstrada a inviabilidade de se promover a adjudicação por item e for evidenciada a sua vantagem técnica e econômica.

§1º o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será indicado no edital;

§2º a contratação posterior de item específico constante de grupo de itens exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o Município.

Art. 13. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais estabelecidas na Lei 14.133/2021, e disporá sobre:

I - as especificidades da licitação e de seu objeto, incluída a quantidade máxima de cada item que poderá ser contratada, *com a possibilidade de ser dispensada nas hipóteses previstas no Art. 4º, deste Decreto;*

II - a quantidade mínima a ser cotada de unidades de bens ou, no caso de serviços, de unidades de medida, desde que justificada;

III - a possibilidade de prever preços diferentes:



Prefeitura Municipal de Dores do Indaiá

Gabinete do Prefeito

- a) quando o objeto for executado ou entregue em locais diferentes;
- b) em razão da forma e do local de acondicionamento;
- c) quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote; ou
- d) por outros motivos justificados no processo;
- IV - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e obrigar-se nos limites dela;
- V - o critério de julgamento da licitação;
- VI - as condições para alteração ou atualização de preços registrados, conforme a realidade do mercado e observado o disposto nos Artigos 25 a 27;
- VII - A vedação à participação do Município em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, bem como em situações de certame com itens fracassados e/ou desertos, o que, por consequência, demande realização de novo processo licitatório para complementar o registro de preços vigente;
- VIII - as hipóteses de cancelamento do registro de fornecedor e de preços, de acordo com o disposto nos Artigos 28 e 29;
- IX - o prazo de vigência da ata de registro de preços, que será de um ano e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso;
- X - as *penalidades* a serem aplicadas por descumprimento do pactuado na ata de registro de preços e em relação às obrigações contratuais decorrentes;
- XI - a estimativa de quantidades a serem adquiridas por órgãos ou entidades não participantes, observados os limites previstos no Art. 32, I, II, *no caso do gerenciador admitir adesões*;
- XII - a inclusão, na ata de registro de preços, para a formação do cadastro de reserva, conforme o disposto no Art. 16, *caput*, II:
 - a) dos licitantes que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços *em preços iguais aos do licitante vencedor*, observada a ordem de classificação da licitação; e
 - b) dos licitantes que *mantiverem sua proposta original*;
- XIII - A vedação à contratação, no âmbito da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional, do Município de Estrela do Indaiá-MG, de mais de uma empresa para a execução do mesmo serviço, a fim de assegurar a *responsabilidade contratual* e o *princípio da padronização*, ressalvado o disposto no Art. 49, da Lei 14.133/2021;
- XIV - na hipótese de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá, excepcionalmente, exigir amostra ou prova de conceito do bem na fase de julgamento das



Prefeitura Municipal de Dores do Indaiá

Gabinete do Prefeito

propostas ou de lances, ou no período de vigência do contrato ou da ata de registro de preços, desde que justificada a necessidade de sua apresentação.

Parágrafo único. Para fins do disposto no inciso II, do *caput*, consideram-se *quantidades mínimas* a serem cotadas as quantidades parciais, inferiores à demanda na licitação, apresentadas pelos licitantes em suas propostas, desde que permitido no edital, com vistas à ampliação da competitividade e à preservação da economia de escala.

Art. 14. O SRP poderá ser utilizado nas hipóteses de contratação direta, por inexigibilidade ou por dispensa de licitação, para a aquisição de bens ou para a contratação de serviços por mais de um órgão ou uma entidade.

§1º- Para fins do disposto no *caput*, além do disposto neste Decreto, serão observados:

I - os requisitos da *instrução* processual previstos no Art. 72, da Lei 14.133/2021;

II - os pressupostos para *enquadramento* da contratação direta, por inexigibilidade ou por dispensa de licitação, conforme previsto nos Art. 74 e Art. 75, ambos da Lei 14.133/2021; e

§2º a designação da comissão de contratação como responsável pelo exame e julgamento dos documentos da proposta e dos documentos de habilitação, nos termos do disposto no Art. 6º, L, da Lei 14.133/2021, nas hipóteses de contratação direta, por inexigibilidade ou por dispensa de licitação.

§3º- O registro de preços poderá ser utilizado na hipótese de contratação direta, por inexigibilidade de licitação, para a aquisição, por força de decisão judicial, de medicamentos e insumos para tratamentos médicos.

Art. 15. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização de contrato ou de outro instrumento hábil, decorrentes do sistema de registro de preços.

Art. 16. Após a *homologação* da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para a *formalização* da ata de registro de preços:

I - serão registrados na ata *os preços* e os *quantitativos* do beneficiário, observado o disposto no Art. 13, *caput*, IV;

II - será incluído na ata, na forma de ANEXO, o registro:

a) dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os itens ou grupo de itens com preços iguais aos do beneficiário, observada a classificação na licitação; e



Prefeitura Municipal de Dores do Indaiá

Gabinete do Prefeito

b) dos licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original; e

III - será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

§1º- O registro a que se refere o inciso II do caput tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo beneficiário do registro de preços.

§2º- Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores de que trata a alínea "a", do inciso II, do *caput*, antecederão aqueles de que trata a alínea "b", do referido inciso.

§3º- A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se referem o inciso II, do *caput*, e o § 1º somente será efetuada quando houver necessidade de contratação de licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

I - quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

II - quando houver o *cancelamento do registro do fornecedor* ou *do registro de preços*, nas hipóteses previstas nos Artigos 28 e 29.

§4º O preço registrado, com a indicação dos fornecedores beneficiários, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

Art. 17. Após os procedimentos previstos no Art. 16, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de *decadência* do direito, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei 14.133/2021.

§1º- *O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:*

I - a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

II - a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

§2º A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital.

Art. 18. Na hipótese de *o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos* no Art. 17, observado o disposto no § 3º, do Art. 16, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na *ordem de classificação*, para fazê-lo em *igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado*.



Prefeitura Municipal de Dores do Indaia

Gabinete do Prefeito

Parágrafo único. Na hipótese de nenhum dos licitantes de que trata a alínea "a", do inciso II, do *caput*, do Art. 16 aceitar a contratação nos termos do disposto no *caput* deste artigo, a Administração, observados o *valor estimado* e a sua eventual *atualização* na forma prevista no edital ou aviso, poderá:

I - convocar os licitantes de que trata a alínea "b", do inciso II, do *caput*, do Art. 16 para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do beneficiário original; ou

II - adjudicar e firmar o contrato decorrente nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

Art. 19. A existência de preços registrados implicará *compromisso de fornecimento* nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

§1º A Administração fica autorizada a deflagrar novo processo para registro de preços ou para adesão a ata de outro ente, para o mesmo objeto, nos 60 (sessenta) dias de antecedência ao término da vigência de registro de preços ou contrato decorrente, em se tratando de serviços ou fornecimentos essenciais e ou contínuos, vedada a emissão de ordem de fornecimento ou serviço enquanto existentes quantitativos disponíveis na ata anterior.

Art. 20. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de UM ANO, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

§1º No caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços não ocorrerá a renovação dos quantitativos registrados, devendo a prorrogação de prazo servir apenas para a utilização de eventual saldo restante existente na referida Ata, salvo em casos de serviços/fornecimentos contínuos.

§2º Em se tratando de Ata de Registro de Preços para a prestação de serviços contínuos ou para fornecimento contínuo, o ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e a indicação do quantitativo renovado, até o limite inicialmente registrado.



Prefeitura Municipal de Dores do Indaiá

Gabinete do Prefeito

Art. 21. A vigência dos contratos decorrentes do sistema de registro de preços será estabelecida no edital ou no aviso de contratação direta, observado o disposto no Art. 105, da Lei 14.133/2021.

Art. 22. Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na ata de registro de preços.

Art. 23. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser *alterados*, observado o disposto no Art. 124, da Lei 14.133/2021.

Art. 24. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no Art. 95 da Lei 14.133/2021.

Parágrafo único. Os instrumentos de que trata o *caput* serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

Art. 25. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

I - em *caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe* ou em decorrência de *atos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis*, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto no Art. 124, caput, II, d, da Lei 14.133/2021;

II - em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

III - na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento, revisão ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei 14.133/2021.

Art. 26. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o gerenciador convocará o fornecedor beneficiário para negociar a redução do preço registrado.



Prefeitura Municipal de Dores do Indaia

Gabinete do Prefeito

§1º Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor beneficiário será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, *sem aplicação de penalidades administrativas.*

§2º Na hipótese prevista no §1º, o gerenciador convocará os licitantes ou fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, *para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado*, observado o disposto no §3º do Art. 28.

§3º Se não obtiver êxito nas negociações, o gerenciador procederá ao *cancelamento do registro de preços*, quanto ao item registrado, nos termos do disposto no Art. 29, *e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.*

§4º Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no Art. 23.

Art. 27. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e o fornecedor beneficiário não puder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, quanto ao item registrado, será facultado requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, *mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.*

§1º- Para fins do disposto no *caput*, o fornecedor beneficiário encaminhará, *juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado* em relação às condições inicialmente pactuadas.

§2º- Na hipótese de não comprovação da *existência de fato superveniente* que inviabilize o preço registrado, o pedido será *indeferido* pelo gerenciador e o fornecedor beneficiário deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, quanto ao item registrado, nos termos do disposto no Art. 28, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e na legislação aplicável.

§3º- Na hipótese de *cancelamento do registro do fornecedor*, quanto ao item registrado, nos termos do disposto no §2º, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se *aceitam manter* seus preços registrados, observado o disposto no § 3º, do Art. 16.

§4º- Se não obtiver êxito nas negociações, o gerenciador procederá ao *cancelamento do registro de preços*, quanto ao item registrado, nos termos do disposto no Art. 29, *e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.*



Prefeitura Municipal de Dores do Indaiá

Gabinete do Prefeito

§5º Na hipótese de comprovação do disposto no caput e no § 1º, o gerenciador *atualizará o preço registrado*, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

§6º O gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva *alteração do preço registrado*, para que avaliem a necessidade de *alteração contratual*, observado o disposto no Art. 23.

Art. 28. O registro do fornecedor será *CANCELADO, total ou parcialmente*, pelo gerenciador, quando o fornecedor beneficiário:

I - *descumprir as condições da ata de registro de preços* sem motivo justificado;

II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

III - *não aceitar manter seu preço registrado*, na hipótese prevista no § 2º, do Art. 27; ou

IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV, do caput, do Art. 156, da Lei 14.133/2021.

V - não aceitar o preço revisado pela Administração.

§1º Na hipótese prevista no inciso IV, do caput, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, *decidir pela manutenção do registro de preços*, vedadas novas contratações *derivadas* da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

§2º O *cancelamento do registro* nas hipóteses previstas no caput será formalizado por despacho do Prefeito, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

§3º Na hipótese de *cancelamento do registro do fornecedor*, o gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

Art. 29. O cancelamento *dos preços registrados* poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

I - por razão de interesse público;

II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º, do Art. 26 e no § 4º, do Art. 27.

§1º O *cancelamento dos preços registrados* nas hipóteses previstas no caput será formalizado por despacho do Prefeito, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.



Prefeitura Municipal de Dores do Indaiá

Gabinete do Prefeito

§2º- Na hipótese de *cancelamento dos preços registrados*, o gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

Art. 30. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo gerenciador entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

§1º- O remanejamento de que trata o *caput* somente será feito:

I - de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

II - de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

§2º- O gerenciador que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para fins do remanejamento de que trata o *caput*.

§3º- Na hipótese de remanejamento de órgão ou de entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no Art. 32.

§4º- Para fins do disposto no *caput*, competirá ao gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

§5º- Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

Art. 31. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades de outra Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na *condição de não participantes*, observados os seguintes requisitos:

I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;

II - demonstração da *compatibilidade* dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no Art. 23, da Lei 14.133/2021; e

III - consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

§1º A autorização do gerenciador apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.



Prefeitura Municipal de Dores do Indaia

Gabinete do Prefeito

§2º- Após a autorização do gerenciador, o órgão ou a entidade não participante efetivará a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

§3º- O prazo previsto no §2º poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante, desde que aceita pelo gerenciador, *respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.*

§4º- O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na *qualidade de não participante*, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos neste artigo.

Art. 32. Serão observadas as seguintes *regras de controle* para a adesão à ata de registro de preços de que trata o Art. 31:

I - as aquisições ou as contratações adicionais NÃO PODERÃO EXCEDER, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os órgãos ou as entidades participantes; e

II - o *quantitativo decorrente* das adesões NÃO PODERÁ EXCEDER, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades *não participantes* que aderirem à ata de registro de preços.

§1º- Para aquisição emergencial de medicamentos e de material de consumo médico-hospitalar, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite de que trata o inciso II, do *caput*.

§2º- A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração municipal poderá ser exigida para fins de *transferências voluntárias*, hipótese em que não ficará sujeita ao limite de que trata o inciso II, do *caput*, desde que:

I - seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal; e

II - seja comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado, na forma prevista no Art. 23, da Lei 14.133/2021.

Art. 33. O controle e o gerenciamento das atas de registro de preços serão realizados quanto:

I - aos quantitativos e os saldos;

II - as solicitações de adesão; e



Prefeitura Municipal de Dores do Indaiá

Gabinete do Prefeito

III - o remanejamento das quantidades.

Parágrafo único. O disposto no caput deverá ser observado mediante procedimentos estabelecidos na plataforma eletrônica utilizada pelo Município.

Art. 34. Os casos omissos decorrentes da aplicação deste Decreto serão dirimidos pela Administração.

Art. 35. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Dores do Indaiá, 09 de janeiro de 2024.


ALEXANDRO COELHO FERREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Certifico e dou fé que este Decreto foi publicado no Mural de Publicações na Sede da Prefeitura Municipal de Dores do Indaiá, em 09/01/24, nos termos do art. 106, caput, da Lei Orgânica Municipal



Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

DECRETO Nº 274/2023 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE O USO DE CERTIFICADO DIGITAL NA ASSINATURA DE DOCUMENTOS PÚBLICOS NA FORMA ELETRÔNICA NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE DORES DO INDAIÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ - MG, no uso de suas atribuições legais e considerando o art. 78, V, da Lei Orgânica Municipal e art. 159, §2º do Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

CONSIDERANDO que, os documentos em meio eletrônico produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil presumem-se verdadeiros em relação aos signatários, na forma do art. 219 da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002;

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020;

CONSIDERANDO que, o certificado digital equivale a documento formal de identidade no meio eletrônico e pode ser utilizado para realizar diversas operações em ambiente computacional;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar os procedimentos inerentes ao uso de certificado digital no âmbito do Poder Executivo do Município de Dores do Indaiá;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 12.682, de 09 de julho de 2012, DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a assinatura digital de documentos públicos, bem como a utilização de certificação digital, de modo a garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, a serem implantados de acordo com as tecnologias previstas na Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020 e na Lei Federal nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

Art. 2º Este decreto aplica-se à:

I - interação eletrônica interna dos órgãos e das entidades do Poder Executivo Municipal;

II - interação entre pessoas naturais ou pessoas jurídicas de direito privado, diretamente ou por meio de procurador ou de representante legal, e o Poder Executivo Municipal;

III - interação eletrônica entre o Poder Executivo Municipal e outros entes públicos de qualquer Poder ou ente federativo.

Parágrafo único. O disposto neste decreto não se aplica a:

I - processos judiciais;

II - interação eletrônica :

a) entre pessoas naturais ou entre pessoas jurídicas de direito privado, exceto quando se tratar de entidades do Poder

Executivo Municipal;

- b) na qual seja permitido o anonimato;
- c) na qual seja dispensada a identificação do particular;

III - aos programas de assistência às vítimas;

IV - às outras hipóteses nas quais deva ser dada garantia de preservação de sigilo da identidade do particular na atuação perante o ente público.

Art. 3º Para os efeitos deste Decreto, entende-se por:

I - Usuário Interno: autoridade ou servidor ativo da Prefeitura Municipal de Dores do Indaiá que tenha acesso, de forma autorizada, a informações e documentos produzidos ou custodiados pelo Município de Dores do Indaiá;

II - Documento Eletrônico: documento armazenado sob a forma de arquivo eletrônico, inclusive aquele resultante de digitalização;

III - Assinatura Eletrônica : registro realizado eletronicamente por usuário identificado de modo inequívoco com vistas a firmar determinado documento com sua assinatura ;

IV - Autoridade Certificadora: entidade autorizada a emitir, suspender, renovar ou revogar certificados digitais; bem como a emitir lista de certificados revogados e manter registros de suas operações;

V - Certificado Digital: arquivo eletrônico que contém dados de uma pessoa ou instituição e um par de chaves criptográficas utilizadas para comprovar identidade em ambiente computacional;

VI - Certificado Digital ICP-Brasil: certificado digital emitido por uma Autoridade Certificadora (AC) credenciada na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), na forma da legislação vigente.

VII - Mídia de armazenamento do Certificado Digital: dispositivos portáteis, como os tokens, que contém o certificado digital e são inseridos no computador para efetivar a assinatura digital.

Art. 4º As assinaturas eletrônicas são classificadas em:

I - assinatura eletrônica simples:

- a) a que permite identificar o seu signatário por meio de usuário e senha;
- b) a que anexa ou associa dados a outros dados em formato eletrônico do signatário;

II - assinatura eletrônica avançada: a que utiliza certificados não emitidos pela ICP-Brasil ou outro meio de comprovação da autoria e da integridade de documentos em forma eletrônica , desde que admitido pelas partes como válido ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento, com as seguintes características:

- a) está associada ao signatário de maneira unívoca;
- b) utiliza dados para a criação de assinatura eletrônica cujo signatário pode, com elevado nível de confiança, operar sob o seu controle exclusivo;
- c) está relacionada aos dados a ela associados de tal modo que qualquer modificação posterior é detectável;

III - assinatura eletrônica qualificada, a que utiliza certificado digital, nos termos do § 1º do art. 10 da Medida Provisória Federal nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

§ 1º Os três tipos de assinatura referidos nos incisos I, II e III do caput caracterizam o nível de confiança sobre a identidade e a manifestação de vontade de seu titular, e a assinatura eletrônica qualificada é a que possui nível mais elevado de confiabilidade a partir de suas normas, de seus padrões e de seus procedimentos específicos.

§ 2º No âmbito do Poder Executivo Municipal, será admitida a utilização da assinatura eletrônica avançada mediante o cadastro na conta gov.br ou outro meio que atenda os critérios estabelecidos no inciso II do art. 5º do Decreto Federal nº **10.543**, de 13 de novembro de 2020.

Art. 5º Os níveis mínimos para as assinaturas em interações eletrônicas com o Poder Executivo são:

I - assinatura simples: admitida para as hipóteses cujo conteúdo da interação não envolva informações protegidas por grau de sigilo e não ofereça risco direto de dano a bens, serviços e interesses do ente público, incluídos:

- a) solicitação de agendamentos, atendimentos, anuências, autorizações e licenças para a prática de ato ou exercício de atividade;
- b) realização de autenticação ou solicitação de acesso a sítio eletrônico oficial que contenha informações de interesse particular, coletivo ou geral, mesmo que tais informações não sejam disponibilizadas publicamente;
- c) envio de documentos digitais ou digitalizados e o recebimento de número de protocolo decorrente da ação;
- d) participação em pesquisa pública;
- e) requerimento de benefícios assistenciais, trabalhistas ou previdenciários diretamente pelo interessado;
- f) ofícios e formulários internos, exceto nos casos especificados nos incisos II e III;

II - assinatura eletrônica avançada: admitida para as hipóteses previstas no inciso I e nas hipóteses de interação com o Poder Executivo que, considerada a natureza da relação jurídica, exijam maior garantia quanto à autoria, incluídos:

- a) interações eletrônicas entre pessoas naturais ou pessoas jurídicas de direito privado e os entes públicos que envolvam informações classificadas ou protegidas por grau de sigilo, nos termos do art. 24 do Decreto nº **14.906**, de 15 de maio de 2012;
- b) manifestação de vontade para a celebração de contratos, convênios, acordos, termos e outros instrumentos sinalagmáticos bilaterais ou plurilaterais congêneres;
- c) atos relacionados a auto cadastro, como usuário particular ou como agente público, para o exercício de atribuições, em sistema informatizado de processo administrativo eletrônico ou de serviços;
- d) decisões administrativas referentes à concessão de benefícios assistenciais, trabalhistas, previdenciários e tributários que envolvam dispêndio direto ou renúncia de receita pela administração pública;
- e) declarações prestadas em virtude de lei que constituam reconhecimento de fatos e assunção de obrigações;
- f) envio de documentos digitais ou digitalizados em atendimento a procedimentos administrativos ou medidas de fiscalização;
- g) apresentação de defesa e interposição de recursos administrativos;
- h) atas de reuniões de Conselhos Municipais;

III - assinatura eletrônica qualificada: aceita em qualquer interação eletrônica com entes públicos e obrigatória para:

- a) pareceres jurídicos, pareceres e notas técnicas;
- b) atos relativos à ordenação de despesas;
- c) atos assinados pelo Prefeito, Vice-Prefeito e titulares dos órgãos e entidades do Poder Executivo;
- d) demais hipóteses previstas em lei.

§ 1º A autoridade máxima do órgão ou da entidade poderá estabelecer o uso de assinatura eletrônica em nível superior ao mínimo exigido no caput, caso as especificidades da interação eletrônica em questão o exijam.

§ 2º A exigência de níveis mínimos de assinatura eletrônica não poderá ser invocada como fundamento para a não aceitação

de assinatura s realizadas presencialmente ou derivadas de procedimentos presenciais para a identificação do interessado.

§ 3º A assinatura simples de que trata o inciso I do caput será admitida para interações eletrônica s em sistemas informatizados de processo administrativo ou de atendimento a serviços públicos, por parte de agente público, exceto nas hipóteses dos incisos II e III do caput.

§ 4º O ente público informará em seu site os requisitos e os mecanismos estabelecidos internamente para reconhecimento de assinatura eletrônica avançada.

§ 5º No caso de conflito entre normas vigentes ou de conflito entre normas editadas por entes distintos, prevalecerá o uso de assinatura s eletrônica s qualificadas.

§ 6º As certidões emitidas por sistema eletrônico da Justiça Eleitoral possuem fé pública e, nos casos dos órgãos partidários, substituem os cartórios de registro de pessoas jurídicas para constituição dos órgãos partidários estaduais e municipais, dispensados quaisquer registros em cartórios da circunscrição do respectivo órgão partidário.

Art. 6º Os documentos eletrônicos produzidos no Município de Dorés do Indaiá terão garantia de autoria, autenticidade e integridade asseguradas nos termos da lei, mediante utilização de assinatura eletrônica baseada em certificado digital.

§ 1º Poderá ser utilizado certificado digital para a assinatura de todo e qualquer documento do Município, atos processuais, correspondências oficiais, processos licitatórios e contratos eletrônicos, atos administrativos, Leis, Projetos de Leis, Decretos, Resoluções, Portarias, Ordens de Serviços, Instruções Normativas, desde que observado os níveis mínimos estabelecidos no art. 5º deste Decreto.

§ 2º Os documentos poderão ser produzidos em papel e assinados de próprio punho pela pessoa competente, podendo a versão assinada ser digitalizada e certificada digitalmente.

§ 3º Quando necessária a impressão física dos documentos assinados digitalmente, estes deverão ser preservados de acordo com o disposto na legislação pertinente.

§ 4º Os documentos gerados e assinados digitalmente devem ser armazenados de forma a protegê-los de acesso, uso, alteração, reprodução e destruição não autorizados.

§ 5º Qualquer servidor ativo poderá certificar documentos eletrônicos oriundos da digitalização, quando solicitado, mediante uso da assinatura eletrônica descrita no caput deste artigo.

Art. 7º A critério do chefe do Poder Executivo, o Município de Dorés do Indaiá proverá os usuários internos de certificado digital e respectiva mídia de armazenamento, na medida da necessidade e da implantação das funcionalidades tecnológicas que exijam o seu uso.

Art. 8º O detentor de certificado digital é responsável por sua utilização, guarda e conservação, respondendo pelos custos de reposição no caso de perda, extravio ou mau uso da mídia de armazenamento.

§ 1º O certificado digital é de uso pessoal, intransferível e hábil a produzir efeitos legais em todos os atos nos quais vier a ser utilizado, dentro ou fora do Município de Dorés do Indaiá.

§ 2º A utilização do certificado digital para qualquer operação implica não-repúdio e impede o detentor de negar a autoria da operação ou de alegar que tenha sido praticada por terceiro.

§ 3º O não-repúdio de que trata o parágrafo anterior se aplica também as operações efetuadas entre o período de solicitação

da revogação ou suspensão do certificado e respectiva inclusão na lista de certificados revogados publicadas pela autoridade certificadora.

Art. 9º Na hipótese de o certificado digital perder a validade, as assinaturas digitais anteriormente efetuadas permanecem válidas, podendo, também, ser verificadas a autoria e a integridade dos documentos já assinados.

Art. 10. Compete ao usuário interno detentor de certificado digital:

I - Apresentar-se tempestivamente, à autoridade certificadora, com a documentação necessária à emissão do certificado digital, após a autorização de aquisição pelo Setor de Compras e Licitações;

II - Estar de posse do certificado digital para o desempenho de atividades profissionais que requeiram o uso deste;

III - Solicitar, de acordo com procedimentos definidos para esse fim, a imediata revogação do certificado em caso de inutilização;

IV - Alterar imediatamente a senha de acesso ao certificado em caso de suspeita de seu conhecimento por terceiro;

V - Observar as diretrizes definidas para criação e utilização de senhas de acesso ao certificado;

VI - Manter a mídia de armazenamento dos certificados digitais em local seguro e com proteção física contra acesso indevido, descargas eletromagnéticas, calor excessivo e outras condições ambientais que representam risco à integridade dessas mídias;

VII - Solicitar o fornecimento de nova mídia ou certificado digital nos casos de inutilização, revogação ou expiração da validade do certificado;

VIII - Verificar periodicamente a data de validade do certificado e solicitar tempestivamente a emissão de novo certificado, conforme orientações publicadas para esse fim.

IX - informar ao ente público possíveis usos ou tentativas de uso indevido.

§ 1º No caso da assinatura simples fornecida pelo Poder Executivo, ao ser informado de possíveis usos ou tentativas de uso indevido, o meio de acesso deverá ser interrompido.

§ 2º A prática de atos assinados eletronicamente importará aceitação das normas regulamentares sobre o assunto e da responsabilidade pela utilização indevida da assinatura eletrônica.

§ 3º A vacância do quadro de pessoal não implica recolhimento, pelo Município de Dorcas do Indaiá do certificado digital e da respectiva mídia de armazenamento, anteriormente distribuído ao usuário interno.

Art. 11. O uso inadequado do certificado digital fica sujeito à apuração de responsabilidade penal, civil e administrativa, na forma da legislação em vigor.

Art. 12. Os órgãos e as entidades do Poder Executivo deverão adequar os sistemas de tecnologia da informação em uso para que a utilização de assinaturas eletrônicas atenda ao previsto neste decreto.

Art. 13. Eventuais casos omissos ou situações não previstas neste Decreto serão resolvidos pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

Parágrafo único. O Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças poderá expedir atos complementares

para o cumprimento do disposto neste decreto.

Art. 14. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições contrárias.

Dores do Indaiá/MG, 30 de novembro de 2.023

ALEXANDRO COÊLHO FERREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Certifico e dou fé que este Decreto foi publicado no Mural de Publicações na Sede da Prefeitura Municipal de Dorés do Indaiá, em ____/____/____, nos termos do art. 106, caput, da Lei Orgânica Municipal
_____, Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 27/12/2023